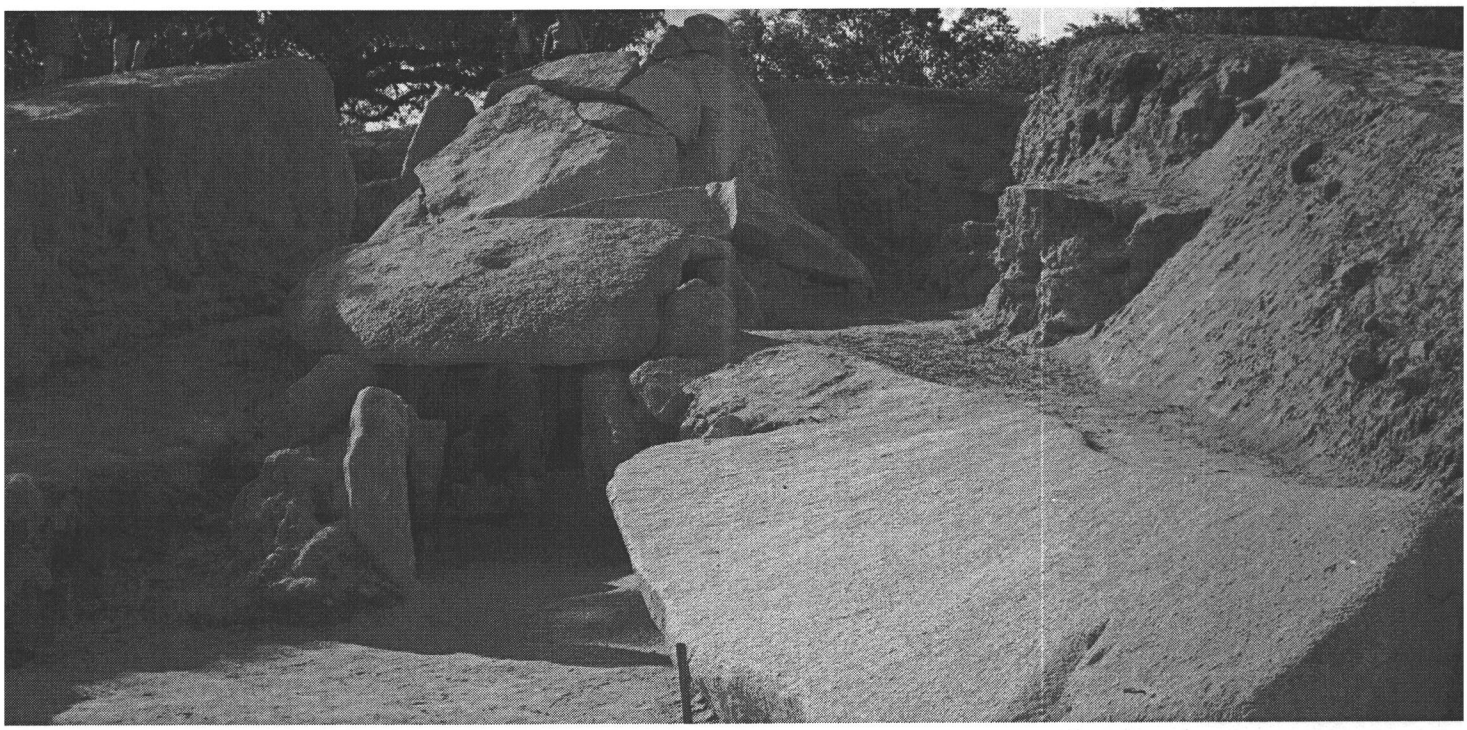
UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AUTOR: JOÃO CARLOS LARANJEIRA DOS SANTOS

ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

CONTRIBUTO PARA O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO MONUMENTO



Orientador: PROF.ª DR.ª LEONOR ROCHA

Évora, Dezembro de 2009

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AUTOR: JOÃO CARLOS LARANJEIRA DOS SANTOS

ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

CONTRIBUTO PARA O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO MONUMENTO

186725

Orientador: PROF.ª DR.ª LEONOR ROCHA

Évora, Dezembro de 2009

ALENTEJO

Agonia
dos lentos inquietos
amarelos,
solidão do vermelho
sufocado,
por fim o negro,
fundo espesso,
como no Alentejo
o branco obstinado.

(Eugénio de Andrade, 1997: 5).

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Nota: Fotografia de capa.
Autor: Marcolino Silva
Propriedade: Arquivo Fotográfico da CME

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....pág. 6

RESUMO.....pág. 8

ABSTRACT.....pág. 9

INTRODUÇÃO AO TRABALHO.....pág. 10

1 – ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O MEGALITISMO FUNERÁRIO REGIONAL

1.1 – História da investigação.....pág. 14

1.2 – Estado da investigação sobre o megalitismo.....pág. 25

1.2.1 – Origens do megalitismo: Indigenismo ou Difusionismo.....pág. 29

1.2.2 – Megalitismo no Alentejo Central: evolução e especificidades.....pág. 33

1.3 – Modelos sobre a utilização dos monumentos.....pág. 41

2 – A ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

Nota introdutória.....pág. 45

2.1 – Integração na envolvente paisagística:
Geologia; Orohidrografia e Pedologia.....pág. 49

2.2 – A descoberta do monumento.....pág. 55

2.3 – As campanhas arqueológicas de Henrique Leonor Pina.....pág. 57

2.4 – Intervenções no monumento megalítico e/ ou envolvente após a conclusão dos trabalhos de Henrique Leonor Pina.....pág. 65

2.5 – Cultura material: alguns artefactos recuperados nas campanhas de escavação.....pág. 82

3 – UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO:
O MODELO DE RECUPERAÇÃO DE ALCALAR 7.....pág. 84

4 – ESTUDO DO LNEC: O PONTO DE PARTIDA PARA A INTERVENÇÃO.....pág. 87

5 – RESTAURO E MUSEALIZAÇÃO DA ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO:
CONCLUSÕES E PROPOSTAS.....pág. 98

5.1 – Recomendações para o plano de manutenção do monumento.....pág. 107

CONCLUSÕES DO TRABALHO.....pág. 109

BIBLIOGRAFIA.....pág. 113

ANEXOS.....pág. 124

Anexo I.....pág. 125

Anexo II.....pág. 147

Anexo III.....pág. 151

Anexo IV.....pág. 152

Anexo V.....pág. 154

AGRADECIMENTOS

Ao concluir estes dois anos de trabalho, cuja súmula está materializada na presente dissertação, e olhando para trás, percebo claramente que há um conjunto de pessoas a quem devo muito. Não fossem elas e, provavelmente, este trabalho nunca chegaria a ver a luz do dia. Por várias ordens de razões, umas pelos conselho científico que me foram dando, outras pelo constante incentivo e motivação, outras ainda por todas as razões apresentadas.

Trata-se de um conjunto vasto, mas ficaria de mal com a minha consciência caso não as apontasse todas. Desde já, as minhas desculpas, caso ocorra algum esquecimento.

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Leonor Rocha, por aceitar dirigir esta tese, pelas críticas e sugestões sempre avisadas, pelo valioso trabalho de pesquisa que efectuou, pelo constante apoio e pela disponibilidade que sempre demonstrou, conquistando sempre um bocadinho de tempo à sua atarefada agenda para podermos trocar impressões.

À Dr.ª Manuela Oliveira, que tanto se bateu por uma solução para a Anta Grande do Zambujeiro.

Ao Prof. Dr. Manuel Calado, pela sua amizade, com a qual muito me honra, pela sugestão do tema para a presente dissertação, pelos conselhos e opiniões com que me foi beneficiando, pelo seu contributo para o apuro final deste trabalho e pelo permanente acompanhamento e interesse demonstrados.

Aos meus colegas do Departamento do Centro Histórico Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora. Dentre eles, merecem destaque particular o Arq. Eduardo Miranda, pelo incentivo e compreensão, a Dr.ª Celeste Guerreiro, pela partilha mútua de angústias e encorajamentos, a Drª Susana Coelho, pelo companheirismo e boa disposição, a Dr.ª Ludovina Grilo, o Sr. Joaquim Duarte e a Dr.ª Paula do Núcleo de Documentação do município eborense, pela preciosa ajuda na sugestão e busca de bibliografia, o Arq. Carlos Almeida, pelo seu modelo de incitamento muito particular, ainda que funcional. Igualmente, o Dr. Gustavo Val-Flores, com quem me iniciei nestas lides, pela amizade, pelo seu estímulo diário, literalmente, e pelo seu precioso auxílio no arranjo gráfico deste trabalho e o Dr. Panagiotis Sarantopoulos, pela documentação que me facultou, mas, principalmente, por ter sido o primeiro a oferecer-me uma oportunidade.

À Dr.ª Joana Duarte, prezada colega de curso, a desempenhar funções no Arquivo Fotográfico da CME, pelo precioso auxílio na busca de documentação fotográfica.

À Sara Piteira, promissora jovem artista, pelo levantamento fotográfico que efectuou da Anta Grande.

Ao Dr. Mário Carvalho, amigo de longa data, com quem passei muitas horas a debater sobre a Anta Grande durante as nossas demandas pelo território eborense no decurso dos trabalhos da Carta Arqueológica de Évora, com impacto directo no incremento da qualidade final desta dissertação. Ao Mário devo também um pedido de desculpas, pois foi ele que mais de perto lidou com as minhas pequenas vitórias e esmagadoras frustrações durante este período.

À minha esposa e amigos, fora do âmbito laboral, pela compreensão e paciência que tiveram por ouvir tantas vezes:

- Desculpem, mas hoje não posso, tenho de me dedicar à tese...

A meu pai, Simplício Santos, e minha mãe, Maria de Lurdes Santos, por tudo o que me proporcionaram e por terem sabido respeitar os meus desejos. A minha irmã, Sofia e primos (que são mais irmãos), Claúdia, Gonçalo e Luís Nuno pela permanente força e profunda ligação que partilhamos. À minha adorada super avó, Deolinda, avô, Manuel, madrinha, Rita, tio Catita e tia Ilda pela forte união que nos une.

Finalmente, tenho de destacar a acção do meu tio, Luís Laranjeira. Com ele aprendi muito – a gostar de História, a amar Évora, a apaixonar-me pelo Alentejo... – mas, acima de tudo, agradeço-lhe por se ter sempre comportado como um verdadeiro irmão mais velho.

Igualmente, como me poderei esquecer, foi também ele o primeiro a apresentar-me a Anta Grande do Zambujeiro.

A todos, o meu profundo reconhecimento.

RESUMO

Este trabalho trata da Anta Grande do Zambujeiro, mais concretamente, pretende avançar com hipóteses que se constituam como contributos para o necessário e desejável projecto de restauro e valorização desse monumento. Trata-se de um dos mais notáveis, senão mesmo o mais notável, monumento megalítico, deste género, existente a nível mundial.

No primeiro capítulo, será abordado, ainda que de forma breve, o enquadramento histórico relativo à evolução do megalitismo funerário regional. Efectivamente, as antas alentejanas, por serem monumentos extremamente marcantes na paisagem, têm, desde o século XVIII, pelo menos, estimulado a atenção dos investigadores. Serão também abordados os conceitos que, actualmente, norteiam as investigações relativas ao fenómeno megalítico, de modo a estabelecer o necessário enquadramento científico que permitirá iniciar o estudo específico do monumento.

O segundo capítulo irá debruçar-se exclusivamente sobre a Anta Grande do Zambujeiro e a sua envolvente. Nele, será feita referência ao historial do monumento e procurarei, igualmente, realizar uma breve descrição da sua envolvente paisagística utilizando variadas perspectivas, nomeadamente a Geologia, a Orohidrografia e a Pedologia.

O terceiro aspecto a tratar na dissertação será a realização de uma avaliação sumária da intervenção realizada em Alcalar 7. Mais concretamente, pretende-se comentar a filosofia e os métodos de restauro, aplicados nesse monumento, de modo a colocar essa experiência ao serviço de um programa de fundo centrado na Anta Grande do Zambujeiro.

O quarto ângulo de abordagem, este sim, determinante para os objectivos em vista, centrar-se-á na análise detalhada do estudo (e das propostas de intervenção) produzido pelo LNEC sobre a Anta Grande do Zambujeiro.

BIG DOLMEN OF ZAMBUJEIRO: CONTRIBUTION TO THE PROCESS OF RECOVERY OF THE MONUMENT

ABSTRACT

This study focuses its attention in the Anta Grande do Zambujeiro (Big Dolmen of Zambujeiro). Particularly, intends to bring forward some hypothesis to contribute for the project of restoration of the monument. This is one of the most remarkable, if not the most remarkable, megalithic monument of its kind, in the world.

In the first chapter, I will address, even though briefly, the historical background of the evolution of regional megaliths. Indeed, the Alentejo dolmens, being conspicuous monuments in the landscape, have since the eighteenth century, at least, has captured the attention of researchers.

The second chapter focuses exclusively on Anta Grande do Zambujeiro and its surroundings.

The third aspect, to be approached in the dissertation, is to carry out a brief assessment of the intervention in Alcalar 7. The purpose is put that knowledge to the service of Anta Grande do Zambujeiro.

The fourth angle of approach, crucial for the intended objective, is the analysis of the study, produced by LNEC, about Anta Grande do Zambujeiro.

Finally, some proposals will be presented for the intervention at the monument. Those proposals will have, as starting points, the report made by LNEC and the experience of Alcalar 7, directed by Elena Morán and Rui Parreira, one of the first to attempt a consequent intervention in Anta Grande do Zambujeiro.

INTRODUÇÃO AO TRABALHO

"A Anta Grande do Zambujeiro é o mais espectacular dos monumentos megalíticos funerários portugueses. (...) Dentro do modelo que, com algumas excepções, dominou na arquitectura dolménica peninsular, isto é, uma câmara com sete esteios, laje de fecho e corredor baixo, mais ou menos longo, a Anta Grande do Zambujeiro é, sem dúvida, o exemplar mais notável" (Manuel Calado, 2002: 4).

Nesta sumária descrição de Manuel Calado, é possível compreender, desde logo, a importância do elemento patrimonial objecto da presente dissertação.

Localizada no Concelho de Évora, Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe (de acordo com o Plano Director Municipal de Évora de 2005), ainda que o acesso se faça pela aldeia de Valverde, a Anta Grande do Zambujeiro é um elemento patrimonial a todos os níveis extraordinário.

Em primeiro lugar pela sua dimensão, "a maior do mundo, no seu género" (Calado, 2002: 5), em seguida pelo excepcional conjunto artefactual que encerrava, e, finalmente, pelo quase imaculado estado de conservação que a caracterizou até à sua descoberta; mantendo, inclusivamente, a totalidade da mamoa praticamente intacta.

Infelizmente, esta impressionante estrutura destaca-se, igualmente, pelo triste estado a que a intervenção do Homem e do tempo a deixaram chegar. De facto, abordar aquele monumento e olhá-lo é uma experiência constrangedora. Mais, percebê-lo debaixo daquela estrutura metálica (de inquestionável utilidade), que a oprime e lhe retira o aspecto majestático, é algo de verdadeiramente doloroso e que urge, muito rapidamente, modificar.

No entanto, e por muito mau que seja o cenário, nada do que atrás fica escrito surge como novidade para arqueólogos, instituições públicas ou privadas com responsabilidades na gestão e salvaguarda do património e mesmo para os turistas e visitantes que acorrem em grande número ao local.

Na verdade, a situação periclitante da Anta Grande é conhecida de todos há várias décadas, tendo existido várias iniciativas em diversas áreas científicas que, por uma razão ou outra, nunca passaram do papel à prática. Se, em certa medida, são compreensíveis as reservas em avançar com um programa de fundo – devido à imensa responsabilidade que acarretará para o líder do projecto – por outro, parece-me que protelar mais a questão é um erro que poderá, mais cedo ou mais tarde, ter consequências muito graves.

Chegados a este ponto, é conveniente justificar as razões que conduziram à selecção deste monumento para objecto de estudo. Antes de mais, é importante referir que a escolha da Anta Grande do Zambujeiro para tema desta dissertação ocorreu de forma muito natural.

De facto, o destino parece ter ficado traçado há muitos anos atrás quando, ainda garoto, contactei pela primeira vez com o monumento. Desde logo, fiquei fascinado pelos enormes esteios da câmara funerária, ao pé dos quais me sentia diminuto, mesmo sem ter ainda a noção exacta da sua função ou significado.

Suspeito que a influência daquele encontro marcou, de forma profunda, as escolhas que fui fazendo ao longo da vida, em termos de formação e carreira. Quem diria que a visita ao meu primeiro monumento megalítico teria um tal nível de repercussões...

No entanto, para além das razões do foro pessoal, existiram várias outras, muito mais relacionadas com as questões práticas do mestrado que seleccionei (Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural), cuja actualidade é perfeitamente inquestionável.

Dentre elas, e assumindo, desde já, que o estado actual da Anta Grande não é tolerável, podemos destacar a que envolve a dignificação do mais monumental dólmen português. O problema é: como fazê-lo?

Uma das formas que me ocorreu para resolver a questão do "como intervir" foi avançar com a análise de um modelo de recuperação. Essa pesquisa será baseada num exemplo de intervenção de reconhecido sucesso levada a cabo num monumento, Alcalar 7, mas também, e sobretudo, no relatório produzido, para este fim, pelo LNEC.

Com a realização dessa análise, julgo ser possível propor algumas possibilidades de intervenção específicas para a Anta Grande do Zambujeiro.

Oferecendo uma resposta cabal à questão que se coloca acima, será possível avançar para o modo de execução do grande objectivo que, em última análise, se procura. Esse objectivo consiste em tentar, definitivamente, dar o primeiro passo com vista à resolução dos vários problemas que rodeiam a Anta Grande do Zambujeiro.

Provavelmente, não será um trabalho facilmente exequível, mas será, seguramente, estimulante. Extraordinário seria se, para além de estimulante, se tornasse igualmente útil, essa sim a grande ambição que tenho para ele.

No final, o tempo encarregar-se-á de demonstrar se surtiu os efeitos que desejo, ou seja, a rápida e cientificamente correcta reabilitação da Anta Grande do Zambujeiro.

A acontecer, será uma importante mais-valia como elemento de fruição cultural e poderá retomar o seu lugar como um dos símbolos maiores do megalitismo funerário que, incontestavelmente, é seu por direito.

Chegados a esta fase, é altura de desmontar o plano de trabalho proposto e clarificar, de forma mais aprofundada, os objectivos a atingir em cada um dos momentos da dissertação.

1º Capítulo – O primeiro capítulo, denominado "Estado da investigação sobre o megalitismo funerário regional", pretende condensar, resumidamente, o estado actual do conhecimento sobre a matéria, englobando várias perspectivas.

No primeiro ponto, denominado "História da investigação", a ideia passa por focar atenções nos principais momentos da investigação, no tocante à temática do megalitismo funerário. Serão referidos, sumariamente, os principais investigadores que realizaram trabalhos no Alentejo Central desde que se tomou consciência da existência do fenómeno megalítico.

No segundo, apelidado de "Estado da investigação científica sobre o megalitismo", procurarei reportar sobre o actual estado do conhecimento, explicitando o conceito de megalitismo e abordando as principais teorias e modelos pelas quais os investigadores têm enveredado ultimamente. Este terá ainda um sub-ponto intitulado "Origens do megalitismo: Indigenismo ou Difusionismo", em que a questão das origens é o tema central.

De seguida avançarei para a análise da evolução local do fenómeno megalítico no "Megalitismo no Alentejo Central: evolução e especificidades", onde procurarei fazer uma focagem mais aproximada.

Por último, será abordada a temática das leituras interpretativas e das várias utilizações que têm sido atribuídas aos megálitos durante a sua existência, num ponto intitulado de "Modelos sobre a utilização dos monumentos".

2 Capítulo – O segundo capítulo, a que dei o nome de "A Anta Grande do Zambujeiro", marca a entrada em cena do objecto deste trabalho. Efectivamente, é este o momento em que será analisada e avaliada a investigação sobre a história do monumento, nas suas mais variadas vertentes.

Composto por cinco pontos, abarcará por toda a informação que consegui reunir sobre a Anta.

Depois de uma nota introdutória, o segundo ponto deste capítulo, denominado "A integração na envolvente paisagística", tratará da descrição da paisagem onde se

encontra integrado o elemento patrimonial em estudo, englobando aspectos como a Geologia, a Oro-hidrografia e a Pedologia.

O terceiro momento deste capítulo, designado "A descoberta do monumento", descreverá os momentos que antecederam a identificação da anta.

O quarto aspecto a tratar neste capítulo serão "As campanhas arqueológicas de Henrique Leonor Pina", onde será produzida uma descrição sintética das principais intervenções levadas a cabo pelo arqueólogo.

Em quinto lugar surgem "As Intervenções no monumento e/ ou envolvente após a conclusão dos trabalhos de Henrique Leonor Pina", que, como indica o título, pretende abordar algumas das várias operações, que tiveram como objecto a anta, posteriores às escavações de H. Leonor Pina. Aludirei a algumas das intervenções, mais ou menos aprofundadas, efectuadas no monumento.

Por fim, no ponto "Cultura material: alguns artefactos recuperados nas campanhas de escavação" proponho-me fazer referência, ainda que sucinta, a algum do espólio recolhido no monumento, parte do qual é verdadeiramente excepcional, como é o caso das contas de colar em âmbar.

3 Capítulo – O terceiro capítulo da presente dissertação, apelidado de "Uma experiência de intervenção: o modelo de recuperação de Alcalar 7", será dedicado à análise de alguns dos aspectos referentes à recuperação do monumento de Alcalar 7, efectuada por Elena Morán e Rui Parreira. O objectivo é procurar algumas soluções passíveis de aplicação na recuperação do edifício funerário em estudo.

4º Capítulo – O quarto capítulo, designado "Estudo do LNEC: o ponto de partida para a intervenção", centrar-se-á num estudo de estabilidade estrutural, realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que terá, obrigatoriamente, de ser levado em linha de conta no momento em que for pensada a intervenção.

5º Capítulo – Este parágrafo, denominado "Restauro e musealização da Anta Grande do Zambujeiro: conclusões e propostas", tem por objectivo avançar com algumas ideias relativas à recuperação do monumento.

Será ainda abordado um segundo aspecto, chamado "Recomendações para o plano de manutenção do monumento", onde serão colocadas algumas questões, que deverão ser acauteladas permanentemente, relativas à conservação do elemento patrimonial. A ideia fundamental é pensar a reabilitação não como um fim, mas antes como o início de um processo de constante monitorização.

1 – Estado da investigação sobre o megalitismo funerário regional

1.1 – História da investigação

> "Uma vez construídos, os monumentos megalíticos funerários pré-históricos passaram a integrar, de forma indelével, as paisagens físicas e culturais, muito para além das épocas em que foram concebidos e utilizados (...)" (Rocha, 2005: 32).

Na sua maioria, trata-se de edificações que marcam fortemente a paisagem, quer pela dimensão, em muitos casos, quer pelo aspecto antrópico que apresentam, principalmente após o desgaste da mamoa deixar apenas o esqueleto pétreo do edifício funerário. Como é óbvio, estes elementos não passaram despercebidos a viajantes e a curiosos. "Efectivamente, desde o século XVIII, pelo menos, que as antas alentejanas, por serem monumentos muito conspícuos, têm despertado o interesse dos investigadores" (Calado, Santos e Carvalho, 2009: 51-52).

Assim sendo, não é de estranhar que a questão do megalitismo tenha, rapidamente, sido considerada uma temática relevante a desenvolver, ainda que faltassem as ferramentas conceptuais, teóricas e práticas, para a análise produtiva dos dados que iam surgindo, nomeadamente, em termos cronológicos, culturais e funcionais dessas estruturas (Rocha, 2005).

As primeiras alusões a monumentos megalíticos remontam à Idade Média, como refere Ana Palma dos Santos (Santos, 1994) e surgem em antigos documentos notariais.

Georg Leisner mencionou ainda outras referências a antas em antigos manuscritos, como, por exemplo, nos antigos foros, alguns dos quais chegam a datar do século treze, ou ainda nos arquivos dos mosteiros (Leisner, 1949). Gabriel Pereira, em 1887, publicou documentos, do séc. XV, onde são apontados alguns monumentos megalíticos que funcionavam como referência para a marcação da divisão de propriedades. Num deles, é mencionada "hua pedra da anta que está levantada sobre pedras aadecima de ryo de moinhos na quall pedra da dita anta está feita hua cruz do aguyam, e dês a dita anta como atravesa ho caminho que vay pera a córte da pedra direito a huns penedos gordos..." (Cit. por Rocha, 2005: 32).

Outro exemplo interessante, é a carta que o padre Joseph Gaspar Simões, em 1769, dirige ao arcebispo Frei Manuel do Cenáculo, onde relata que "Vindo das Vendas do Duque no anno de 1768 para Évora vi à parte direita da estrada hum Altar com a sua meza em cima... Na mesma ocasião caminhando da dª Cidade pª a Villa de Aguiar, logo que passei Enxarrama, a pouca distancia vi à parte direita huas pedras em círculo, mais baixas, q´julguei serem vestígios de outro Altar" (Cit. por Oliveira, 1997: 54).

É justamente do século XVIII que datam os primeiros inventários de antiguidades em Portugal por iniciativa da Academia Real de História, fundada por D. João V em 1720. Logo em 1733, Martinho de Mendonça e Pina apresentou na instituição "um primeiro estudo sobre as estruturas megalíticas, as quais, à semelhança do que aconteceria no resto da Europa, eram interpretadas como altares de sacrifícios" (Oliveira, 2001: 35).

No ano seguinte, surgiu o primeiro inventário nacional de monumentos megalíticos, da autoria do Padre Afonso da Madre Deus Guerreiro, que contabiliza 315 antas, das quais 66 estavam localizadas na região de Évora. Desafortunadamente, como podemos constatar pela leitura de Georg Leisner, uma lista manuscrita destes monumentos, apresentada pelo padre à Academia de História, parece ter-se perdido no terramoto de 1755 (Leisner, 1949).

Curiosamente, como aponta Ana Palma dos Santos (Santos, 1994), a primeira notícia conhecida, relativa a destruições do património megalítico, é bastante anterior aos inventários. Reporta-se a 1571 e tem por base alguns dólmens existentes na quinta do Convento da Serra d´Ossa, mandados demolir pelo reitor para aproveitamento dos blocos pétreos. Esse facto foi denunciado por um frade, Frei Martinho de São Paulo, numa carta que dirigiu a D. Sebastião, na sequência da visita do monarca ao Convento.

Em 1798, na sua obra Elucidário, Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo descreve, aquilo que parecem ser «mamoas», como montes de terra artificiais que funcionariam como marcos de propriedade (Santos, 1994).

Exceptuando algumas obras corográficas (Leisner, 1949) – de que é exemplo o mapa com a dispersão dos dólmens portugueses, redigido no ano de 1871 pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, normalmente com escassa informação arqueológica e pouco circunstanciada, existe um hiato temporal considerável até que o tema volte à ordem do dia.

Ainda assim, foram surgindo alguns trabalhos de ampla divulgação pública sobre o tema. Não posso deixar de fazer referência à obra de Pinho Leal (Leal, 1874), que nos deixa "uma saborosa descrição dos monumentos megalíticos e dos rituais que com eles

supostamente estariam relacionados, revelando, até certo ponto, muitas das noções ingénuas que a arqueologia se encarregaria, nas décadas seguintes, de erradicar" (Rocha, 2005: 33).

Convém, no entanto, clarificar que o trabalho de Pinho Leal reflecte, no essencial, as presunções científicas dessas primeiras gerações de "arqueólogos" portugueses, construídas, fundamentalmente, com base em experiências europeias.

No texto apresentado, o autor classifica dólmen como "uma ara construída para os sacrifícios", enquanto anta seria "um monumento levantado à memória de algum guerreiro distincto", mamoa seria "o túmulo de alguma pessoa notável" e cairn, um "templo destinado a oração" (Cit. por Rocha, 2005: 33).

No entanto, há contributos interessantes que importa sublinhar. Um deles reporta-se à estruturação das mamoas e aos seus construtores. Sobre o tema, avançou a hipótese de que "as mâmoas ou modôrras (a que também alguns chamam mamunhas e mamuinhas) são os túmulos dos povos pre-historicos por ventura os indigenas da península ibérica (...)" (Cit. por Rocha, 2005: 34), lançando, possivelmente, "a primeira pedra do modelo indigenista que, como veremos, continua hoje, se bem que muito remodelado, na ordem do dia da investigação sobre o megalitismo regional" (Rocha, 2005: 34).

Igualmente, constatou a frequência com que se processavam as violações nos monumentos ao afirmar que "todas ellas foram arrombadas pelo povo, em busca de thesouros (...)" (Cit. por Rocha, 2005: 34).

Em relação ao tumulus, presumia "que quanto mais importância tinha a pessoa sepultada, maior era a pyramide. Ao vulgo contentavam-se em o enterrar no chão razo; mas quando ali passavam os devotos, rezavam certa oração e atiravam uma pedra sobre a campa. Alguns defuntos tiveram tantas orações que chegaram a formar uma pequena pyramide, das quaes algumas chegaram aos nossos dias" (Cit. por Rocha, 2005: 34).

No que concerne às antas, a descrição que nos faz é, no mínimo, curiosa, principalmente no que concerne ao chapéu, uma vez que as definia como sendo constituídas por "um pedregulho, de forma mais ou menos espherica, ou oval (alguns de um tamanho que faz pasmar!) collocados sobre quatro penedos mais pequenos, que os sustentam em equilíbrio" (Cit. por Rocha, 2005: 34-35).

O último quartel do séc. XIX é marcado pelo progressivo avanço da arqueologia pré-histórica. Com contributos de outras áreas, a consciência da grande antiguidade do Homem tornou-se um facto científico, o que conduziu a novas leituras da sua evolução.

Naturalmente, essa nova atitude reflectiu-se no estudo do megalitismo, tornando esses elementos objecto de estudo mais atento. "Por um lado confirmou-se, graças às primeiras escavações, a sua função funerária. Por outro, admitiu-se a sua antiguidade pré-histórica em função do espólio recolhido e no qual estava quase sempre ausente o metal" (Silva; Parreira; Silva e Sarantopoulos, 1992: 7).

Deste modo, o culminar do séc. XIX e os primórdios do séc. XX representam um período relativamente produtivo em termos de actividade arqueológica, tendo sido escavado um conjunto relevante de monumentos megalíticos no Alentejo Central. Arqueólogos como Leite de Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Emile Cartailhac, Mattos Silva, Filipe Simões, entre outros, foram presença assídua por terras transtaganas.

Como refere Leonor Rocha, "esses trabalhos, apesar de terem consistido apenas em intervenções avulsas, permitiram afastar algumas das especulações correntes e começar a reunir material objectivo que serviu de base a perspectivas mais pertinentes sobre o fenómeno, apesar de terem subsistido, até muito tarde, opiniões pouco sustentadas (Espanca, 1894)" (Rocha, 2005: 35).

Em todo caso, nenhum dos investigadores foi particularmente constante na sua actuação no campo do megalitismo, porventura reflexo da abrangência demasiado vasta do seu leque de interesses.

A realização do Congrè Ìnternational d`Anthropologie et d`Archeologie Préhistoriques (Gonçalves, 1980), no ano de 1880, ainda que centrado noutros temas, contribuiu, de forma categórica, para o reconhecimento, no contexto internacional, de alguns dos mais destacados monumentos megalíticos portugueses, bem como, do reforço da sua importância e antiguidade no quadro europeu.

"Este impulso, assim como a consciência emergente da diversidade e da especificidade cultural e o próprio florescimento dos nacionalismos, deram, finalmente, origem a abordagens integradas, de âmbito regional e com carácter de continuidade" (Rocha, 2005: 35).

No entanto, já antes da presença de Cartailhac, havia investigadores portugueses a trabalhar na temática. São de relevar as obras de conjunto escritas por Pereira da Costa e Filipe Simões, investigadores que fundamentaram, parcialmente, as suas conclusões em trabalhos realizados em antas do concelho de Évora (Leisner, 1949).

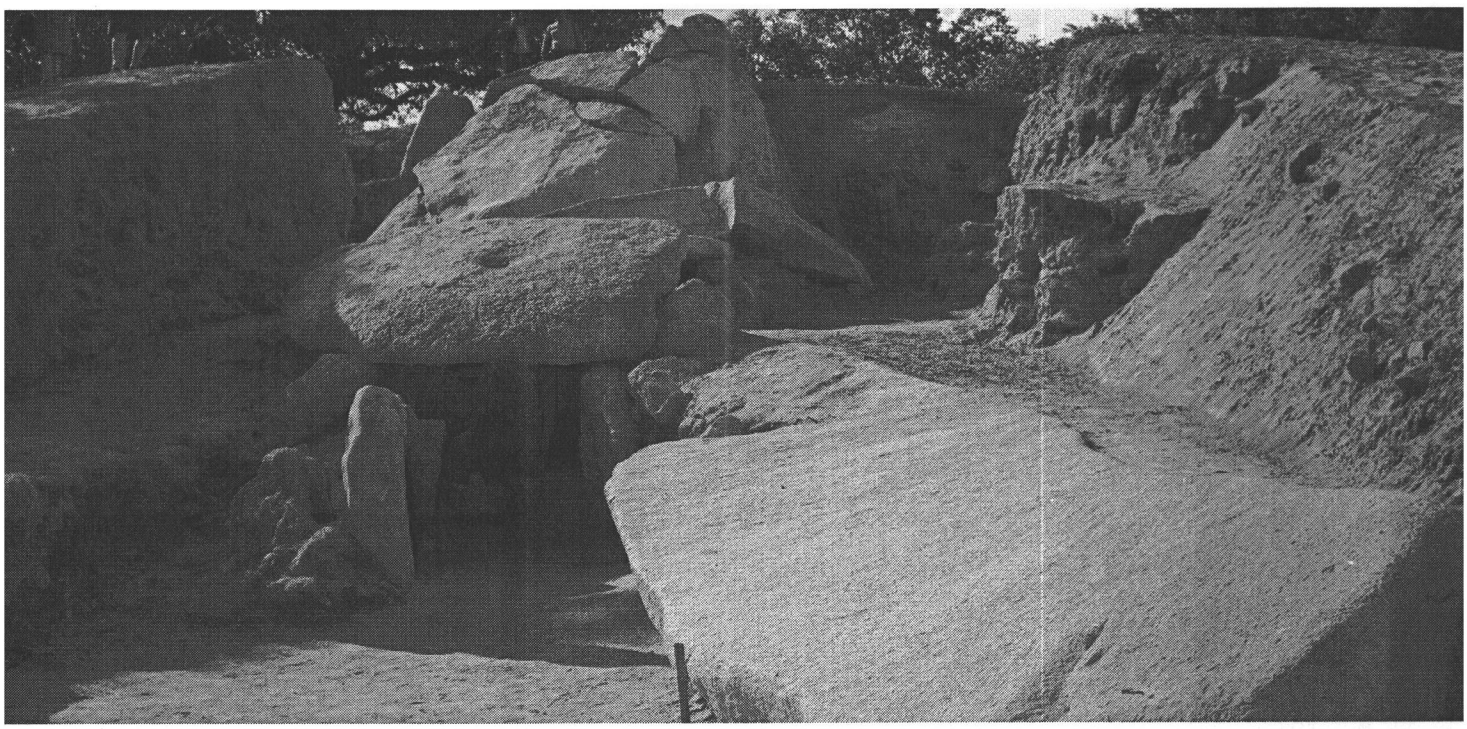
Destaque merece igualmente Gabriel Pereira (Pereira, 1875), ilustre historiador eborense, que, em 1875, numa obra denominada «Dolmens ou Antas dos Arredores de

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AUTOR: JOÃO CARLOS LARANJEIRA DOS SANTOS

ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

CONTRIBUTO PARA O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO MONUMENTO



Orientador: PROF.ª DR.ª LEONOR ROCHA

Évora, Dezembro de 2009

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

AUTOR: JOÃO CARLOS LARANJEIRA DOS SANTOS

ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

CONTRIBUTO PARA O PROCESSO DE RECUPERAÇÃO DO MONUMENTO

Orientador: PROF.ª DR.ª LEONOR ROCHA

Évora, Dezembro de 2009

ALENTEJO

Agonia
dos lentos inquietos
amarelos,
solidão do vermelho
sufocado,
por fim o negro,
fundo espesso,
como no Alentejo
o branco obstinado.

(Eugénio de Andrade, 1997: 5).

Nota: Fotografia de capa.
Autor: Marcolino Silva
Propriedade: Arquivo Fotográfico da CME

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS.....pág. 6

RESUMO.....pág. 8

ABSTRACT.....pág. 9

INTRODUÇÃO AO TRABALHO.....pág. 10

1 – ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O MEGALITISMO FUNERÁRIO REGIONAL

1.1 – História da investigação.....pág. 14

1.2 – Estado da investigação sobre o megalitismo.....pág. 25

1.2.1 – Origens do megalitismo: Indigenismo ou Difusionismo.....pág. 29

1.2.2 – Megalitismo no Alentejo Central: evolução e especificidades.....pág. 33

1.3 – Modelos sobre a utilização dos monumentos.....pág. 41

2 – A ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

Nota introdutória.....pág. 45

2.1 – Integração na envolvente paisagística:
Geologia; Orohidrografia e Pedologia.....pág. 49

2.2 – A descoberta do monumento.....pág. 55

2.3 – As campanhas arqueológicas de Henrique Leonor Pina.....pág. 57

2.4 – Intervenções no monumento megalítico e/ ou envolvente após a conclusão dos trabalhos de Henrique Leonor Pina.....pág. 65

2.5 – Cultura material: alguns artefactos recuperados nas campanhas de escavação.....pág. 82

3 – UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO:
O MODELO DE RECUPERAÇÃO DE ALCALAR 7.....pág. 84

4 – ESTUDO DO LNEC: O PONTO DE PARTIDA PARA A INTERVENÇÃO.....pág. 87

5 – RESTAURO E MUSEALIZAÇÃO DA ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO:
CONCLUSÕES E PROPOSTAS.....pág. 98

5.1 – Recomendações para o plano de manutenção do monumento.....pág. 107

CONCLUSÕES DO TRABALHO.....pág. 109

BIBLIOGRAFIA.....pág. 113

ANEXOS.....pág. 124

Anexo I.....pág. 125

Anexo II.....pág. 147

Anexo III.....pág. 151

Anexo IV.....pág. 152

Anexo V.....pág. 154

AGRADECIMENTOS

Ao concluir estes dois anos de trabalho, cuja súmula está materializada na presente dissertação, e olhando para trás, percebo claramente que há um conjunto de pessoas a quem devo muito. Não fossem elas e, provavelmente, este trabalho nunca chegaria a ver a luz do dia. Por várias ordens de razões, umas pelos conselho científico que me foram dando, outras pelo constante incentivo e motivação, outras ainda por todas as razões apresentadas.

Trata-se de um conjunto vasto, mas ficaria de mal com a minha consciência caso não as apontasse todas. Desde já, as minhas desculpas, caso ocorra algum esquecimento.

À minha orientadora, Prof.ª Dr.ª Leonor Rocha, por aceitar dirigir esta tese, pelas críticas e sugestões sempre avisadas, pelo valioso trabalho de pesquisa que efectuou, pelo constante apoio e pela disponibilidade que sempre demonstrou, conquistando sempre um bocadinho de tempo à sua atarefada agenda para podermos trocar impressões.

À Dr.ª Manuela Oliveira, que tanto se bateu por uma solução para a Anta Grande do Zambujeiro.

Ao Prof. Dr. Manuel Calado, pela sua amizade, com a qual muito me honra, pela sugestão do tema para a presente dissertação, pelos conselhos e opiniões com que me foi beneficiando, pelo seu contributo para o apuro final deste trabalho e pelo permanente acompanhamento e interesse demonstrados.

Aos meus colegas do Departamento do Centro Histórico Património e Cultura da Câmara Municipal de Évora. Dentre eles, merecem destaque particular o Arq. Eduardo Miranda, pelo incentivo e compreensão, a Dr.ª Celeste Guerreiro, pela partilha mútua de angústias e encorajamentos, a Drª Susana Coelho, pelo companheirismo e boa disposição, a Dr.ª Ludovina Grilo, o Sr. Joaquim Duarte e a Dr.ª Paula do Núcleo de Documentação do município eborense, pela preciosa ajuda na sugestão e busca de bibliografia, o Arq. Carlos Almeida, pelo seu modelo de incitamento muito particular, ainda que funcional. Igualmente, o Dr. Gustavo Val-Flores, com quem me iniciei nestas lides, pela amizade, pelo seu estímulo diário, literalmente, e pelo seu precioso auxílio no arranjo gráfico deste trabalho e o Dr. Panagiotis Sarantopoulos, pela documentação que me facultou, mas, principalmente, por ter sido o primeiro a oferecer-me uma oportunidade.

À Dr.ª Joana Duarte, prezada colega de curso, a desempenhar funções no Arquivo Fotográfico da CME, pelo precioso auxílio na busca de documentação fotográfica.

À Sara Piteira, promissora jovem artista, pelo levantamento fotográfico que efectuou da Anta Grande.

Ao Dr. Mário Carvalho, amigo de longa data, com quem passei muitas horas a debater sobre a Anta Grande durante as nossas demandas pelo território eborense no decurso dos trabalhos da Carta Arqueológica de Évora, com impacto directo no incremento da qualidade final desta dissertação. Ao Mário devo também um pedido de desculpas, pois foi ele que mais de perto lidou com as minhas pequenas vitórias e esmagadoras frustrações durante este período.

À minha esposa e amigos, fora do âmbito laboral, pela compreensão e paciência que tiveram por ouvir tantas vezes:

- Desculpem, mas hoje não posso, tenho de me dedicar à tese...

A meu pai, Simplício Santos, e minha mãe, Maria de Lurdes Santos, por tudo o que me proporcionaram e por terem sabido respeitar os meus desejos. A minha irmã, Sofia e primos (que são mais irmãos), Claúdia, Gonçalo e Luís Nuno pela permanente força e profunda ligação que partilhamos. À minha adorada super avó, Deolinda, avô, Manuel, madrinha, Rita, tio Catita e tia Ilda pela forte união que nos une.

Finalmente, tenho de destacar a acção do meu tio, Luís Laranjeira. Com ele aprendi muito – a gostar de História, a amar Évora, a apaixonar-me pelo Alentejo... – mas, acima de tudo, agradeço-lhe por se ter sempre comportado como um verdadeiro irmão mais velho.

Igualmente, como me poderei esquecer, foi também ele o primeiro a apresentar-me a Anta Grande do Zambujeiro.

A todos, o meu profundo reconhecimento.

RESUMO

Este trabalho trata da Anta Grande do Zambujeiro, mais concretamente, pretende avançar com hipóteses que se constituam como contributos para o necessário e desejável projecto de restauro e valorização desse monumento. Trata-se de um dos mais notáveis, senão mesmo o mais notável, monumento megalítico, deste género, existente a nível mundial.

No primeiro capítulo, será abordado, ainda que de forma breve, o enquadramento histórico relativo à evolução do megalitismo funerário regional. Efectivamente, as antas alentejanas, por serem monumentos extremamente marcantes na paisagem, têm, desde o século XVIII, pelo menos, estimulado a atenção dos investigadores. Serão também abordados os conceitos que, actualmente, norteiam as investigações relativas ao fenómeno megalítico, de modo a estabelecer o necessário enquadramento científico que permitirá iniciar o estudo específico do monumento.

O segundo capítulo irá debruçar-se exclusivamente sobre a Anta Grande do Zambujeiro e a sua envolvente. Nele, será feita referência ao historial do monumento e procurarei, igualmente, realizar uma breve descrição da sua envolvente paisagística utilizando variadas perspectivas, nomeadamente a Geologia, a Orohidrografia e a Pedologia.

O terceiro aspecto a tratar na dissertação será a realização de uma avaliação sumária da intervenção realizada em Alcalar 7. Mais concretamente, pretende-se comentar a filosofia e os métodos de restauro, aplicados nesse monumento, de modo a colocar essa experiência ao serviço de um programa de fundo centrado na Anta Grande do Zambujeiro.

O quarto ângulo de abordagem, este sim, determinante para os objectivos em vista, centrar-se-á na análise detalhada do estudo (e das propostas de intervenção) produzido pelo LNEC sobre a Anta Grande do Zambujeiro.

BIG DOLMEN OF ZAMBUJEIRO: CONTRIBUTION TO THE PROCESS OF RECOVERY OF THE MONUMENT

ABSTRACT

This study focuses its attention in the Anta Grande do Zambujeiro (Big Dolmen of Zambujeiro). Particularly, intends to bring forward some hypothesis to contribute for the project of restoration of the monument. This is one of the most remarkable, if not the most remarkable, megalithic monument of its kind, in the world.

In the first chapter, I will address, even though briefly, the historical background of the evolution of regional megaliths. Indeed, the Alentejo dolmens, being conspicuous monuments in the landscape, have since the eighteenth century, at least, has captured the attention of researchers.

The second chapter focuses exclusively on Anta Grande do Zambujeiro and its surroundings.

The third aspect, to be approached in the dissertation, is to carry out a brief assessment of the intervention in Alcalar 7. The purpose is put that knowledge to the service of Anta Grande do Zambujeiro.

The fourth angle of approach, crucial for the intended objective, is the analysis of the study, produced by LNEC, about Anta Grande do Zambujeiro.

Finally, some proposals will be presented for the intervention at the monument. Those proposals will have, as starting points, the report made by LNEC and the experience of Alcalar 7, directed by Elena Morán and Rui Parreira, one of the first to attempt a consequent intervention in Anta Grande do Zambujeiro.

INTRODUÇÃO AO TRABALHO

"A Anta Grande do Zambujeiro é o mais espectacular dos monumentos megalíticos funerários portugueses. (...) Dentro do modelo que, com algumas excepções, dominou na arquitectura dolménica peninsular, isto é, uma câmara com sete esteios, laje de fecho e corredor baixo, mais ou menos longo, a Anta Grande do Zambujeiro é, sem dúvida, o exemplar mais notável" (Manuel Calado, 2002: 4).

Nesta sumária descrição de Manuel Calado, é possível compreender, desde logo, a importância do elemento patrimonial objecto da presente dissertação.

Localizada no Concelho de Évora, Freguesia de Nossa Senhora de Guadalupe (de acordo com o Plano Director Municipal de Évora de 2005), ainda que o acesso se faça pela aldeia de Valverde, a Anta Grande do Zambujeiro é um elemento patrimonial a todos os níveis extraordinário.

Em primeiro lugar pela sua dimensão, "a maior do mundo, no seu género" (Calado, 2002: 5), em seguida pelo excepcional conjunto artefactual que encerrava, e, finalmente, pelo quase imaculado estado de conservação que a caracterizou até à sua descoberta; mantendo, inclusivamente, a totalidade da mamoa praticamente intacta.

Infelizmente, esta impressionante estrutura destaca-se, igualmente, pelo triste estado a que a intervenção do Homem e do tempo a deixaram chegar. De facto, abordar aquele monumento e olhá-lo é uma experiência constrangedora. Mais, percebê-lo debaixo daquela estrutura metálica (de inquestionável utilidade), que a oprime e lhe retira o aspecto majestático, é algo de verdadeiramente doloroso e que urge, muito rapidamente, modificar.

No entanto, e por muito mau que seja o cenário, nada do que atrás fica escrito surge como novidade para arqueólogos, instituições públicas ou privadas com responsabilidades na gestão e salvaguarda do património e mesmo para os turistas e visitantes que acorrem em grande número ao local.

Na verdade, a situação periclitante da Anta Grande é conhecida de todos há várias décadas, tendo existido várias iniciativas em diversas áreas científicas que, por uma razão ou outra, nunca passaram do papel à prática. Se, em certa medida, são compreensíveis as reservas em avançar com um programa de fundo – devido à imensa responsabilidade que acarretará para o líder do projecto – por outro, parece-me que protelar mais a questão é um erro que poderá, mais cedo ou mais tarde, ter consequências muito graves.

Chegados a este ponto, é conveniente justificar as razões que conduziram à selecção deste monumento para objecto de estudo. Antes de mais, é importante referir que a escolha da Anta Grande do Zambujeiro para tema desta dissertação ocorreu de forma muito natural.

De facto, o destino parece ter ficado traçado há muitos anos atrás quando, ainda garoto, contactei pela primeira vez com o monumento. Desde logo, fiquei fascinado pelos enormes esteios da câmara funerária, ao pé dos quais me sentia diminuto, mesmo sem ter ainda a noção exacta da sua função ou significado.

Suspeito que a influência daquele encontro marcou, de forma profunda, as escolhas que fui fazendo ao longo da vida, em termos de formação e carreira. Quem diria que a visita ao meu primeiro monumento megalítico teria um tal nível de repercussões...

No entanto, para além das razões do foro pessoal, existiram várias outras, muito mais relacionadas com as questões práticas do mestrado que seleccionei (Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural), cuja actualidade é perfeitamente inquestionável.

Dentre elas, e assumindo, desde já, que o estado actual da Anta Grande não é tolerável, podemos destacar a que envolve a dignificação do mais monumental dólmen português. O problema é: como fazê-lo?

Uma das formas que me ocorreu para resolver a questão do "como intervir" foi avançar com a análise de um modelo de recuperação. Essa pesquisa será baseada num exemplo de intervenção de reconhecido sucesso levada a cabo num monumento, Alcalar 7, mas também, e sobretudo, no relatório produzido, para este fim, pelo LNEC.

Com a realização dessa análise, julgo ser possível propor algumas possibilidades de intervenção específicas para a Anta Grande do Zambujeiro.

Oferecendo uma resposta cabal à questão que se coloca acima, será possível avançar para o modo de execução do grande objectivo que, em última análise, se procura. Esse objectivo consiste em tentar, definitivamente, dar o primeiro passo com vista à resolução dos vários problemas que rodeiam a Anta Grande do Zambujeiro.

Provavelmente, não será um trabalho facilmente exequível, mas será, seguramente, estimulante. Extraordinário seria se, para além de estimulante, se tornasse igualmente útil, essa sim a grande ambição que tenho para ele.

No final, o tempo encarregar-se-á de demonstrar se surtiu os efeitos que desejo, ou seja, a rápida e cientificamente correcta reabilitação da Anta Grande do Zambujeiro.

A acontecer, será uma importante mais-valia como elemento de fruição cultural e poderá retomar o seu lugar como um dos símbolos maiores do megalitismo funerário que, incontestavelmente, é seu por direito.

Chegados a esta fase, é altura de desmontar o plano de trabalho proposto e clarificar, de forma mais aprofundada, os objectivos a atingir em cada um dos momentos da dissertação.

1º Capítulo – O primeiro capítulo, denominado "Estado da investigação sobre o megalitismo funerário regional", pretende condensar, resumidamente, o estado actual do conhecimento sobre a matéria, englobando várias perspectivas.

No primeiro ponto, denominado "História da investigação", a ideia passa por focar atenções nos principais momentos da investigação, no tocante à temática do megalitismo funerário. Serão referidos, sumariamente, os principais investigadores que realizaram trabalhos no Alentejo Central desde que se tomou consciência da existência do fenómeno megalítico.

No segundo, apelidado de "Estado da investigação científica sobre o megalitismo", procurarei reportar sobre o actual estado do conhecimento, explicitando o conceito de megalitismo e abordando as principais teorias e modelos pelas quais os investigadores têm enveredado ultimamente. Este terá ainda um sub-ponto intitulado "Origens do megalitismo: Indigenismo ou Difusionismo", em que a questão das origens é o tema central.

De seguida avançarei para a análise da evolução local do fenómeno megalítico no "Megalitismo no Alentejo Central: evolução e especificidades", onde procurarei fazer uma focagem mais aproximada.

Por último, será abordada a temática das leituras interpretativas e das várias utilizações que têm sido atribuídas aos megálitos durante a sua existência, num ponto intitulado de "Modelos sobre a utilização dos monumentos".

2 Capítulo – O segundo capítulo, a que dei o nome de "A Anta Grande do Zambujeiro", marca a entrada em cena do objecto deste trabalho. Efectivamente, é este o momento em que será analisada e avaliada a investigação sobre a história do monumento, nas suas mais variadas vertentes.

Composto por cinco pontos, abarcará por toda a informação que consegui reunir sobre a Anta.

Depois de uma nota introdutória, o segundo ponto deste capítulo, denominado "A integração na envolvente paisagística", tratará da descrição da paisagem onde se

encontra integrado o elemento patrimonial em estudo, englobando aspectos como a Geologia, a Oro-hidrografia e a Pedologia.

O terceiro momento deste capítulo, designado "A descoberta do monumento", descreverá os momentos que antecederam a identificação da anta.

O quarto aspecto a tratar neste capítulo serão "As campanhas arqueológicas de Henrique Leonor Pina", onde será produzida uma descrição sintética das principais intervenções levadas a cabo pelo arqueólogo.

Em quinto lugar surgem "As Intervenções no monumento e/ ou envolvente após a conclusão dos trabalhos de Henrique Leonor Pina", que, como indica o título, pretende abordar algumas das várias operações, que tiveram como objecto a anta, posteriores às escavações de H. Leonor Pina. Aludirei a algumas das intervenções, mais ou menos aprofundadas, efectuadas no monumento.

Por fim, no ponto "Cultura material: alguns artefactos recuperados nas campanhas de escavação" proponho-me fazer referência, ainda que sucinta, a algum do espólio recolhido no monumento, parte do qual é verdadeiramente excepcional, como é o caso das contas de colar em âmbar.

3 Capítulo – O terceiro capítulo da presente dissertação, apelidado de "Uma experiência de intervenção: o modelo de recuperação de Alcalar 7", será dedicado à análise de alguns dos aspectos referentes à recuperação do monumento de Alcalar 7, efectuada por Elena Morán e Rui Parreira. O objectivo é procurar algumas soluções passíveis de aplicação na recuperação do edifício funerário em estudo.

4º Capítulo – O quarto capítulo, designado "Estudo do LNEC: o ponto de partida para a intervenção", centrar-se-á num estudo de estabilidade estrutural, realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), que terá, obrigatoriamente, de ser levado em linha de conta no momento em que for pensada a intervenção.

5º Capítulo – Este parágrafo, denominado "Restauro e musealização da Anta Grande do Zambujeiro: conclusões e propostas", tem por objectivo avançar com algumas ideias relativas à recuperação do monumento.

Será ainda abordado um segundo aspecto, chamado "Recomendações para o plano de manutenção do monumento", onde serão colocadas algumas questões, que deverão ser acauteladas permanentemente, relativas à conservação do elemento patrimonial. A ideia fundamental é pensar a reabilitação não como um fim, mas antes como o início de um processo de constante monitorização.

1 – ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O MEGALITISMO FUNERÁRIO REGIONAL

1.1 – HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

> "Uma vez construídos, os monumentos megalíticos funerários pré-históricos passaram a integrar, de forma indelével, as paisagens físicas e culturais, muito para além das épocas em que foram concebidos e utilizados (...)" (Rocha, 2005: 32).

Na sua maioria, trata-se de edificações que marcam fortemente a paisagem, quer pela dimensão, em muitos casos, quer pelo aspecto antrópico que apresentam, principalmente após o desgaste da mamoa deixar apenas o esqueleto pétreo do edifício funerário. Como é óbvio, estes elementos não passaram despercebidos a viajantes e a curiosos. "Efectivamente, desde o século XVIII, pelo menos, que as antas alentejanas, por serem monumentos muito conspícuos, têm despertado o interesse dos investigadores" (Calado, Santos e Carvalho, 2009: 51-52).

Assim sendo, não é de estranhar que a questão do megalitismo tenha, rapidamente, sido considerada uma temática relevante a desenvolver, ainda que faltassem as ferramentas conceptuais, teóricas e práticas, para a análise produtiva dos dados que iam surgindo, nomeadamente, em termos cronológicos, culturais e funcionais dessas estruturas (Rocha, 2005).

As primeiras alusões a monumentos megalíticos remontam à Idade Média, como refere Ana Palma dos Santos (Santos, 1994) e surgem em antigos documentos notariais.

Georg Leisner mencionou ainda outras referências a antas em antigos manuscritos, como, por exemplo, nos antigos foros, alguns dos quais chegam a datar do século treze, ou ainda nos arquivos dos mosteiros (Leisner, 1949). Gabriel Pereira, em 1887, publicou documentos, do séc. XV, onde são apontados alguns monumentos megalíticos que funcionavam como referência para a marcação da divisão de propriedades. Num deles, é mencionada "hua pedra da anta que está levantada sobre pedras aadecima de ryo de moinhos na quall pedra da dita anta está feita hua cruz do aguyam, e dês a dita anta como atravesa ho caminho que vay pera a córte da pedra direito a huns penedos gordos..." (Cit. por Rocha, 2005: 32).

Outro exemplo interessante, é a carta que o padre Joseph Gaspar Simões, em 1769, dirige ao arcebispo Frei Manuel do Cenáculo, onde relata que "Vindo das Vendas do Duque no anno de 1768 para Évora vi à parte direita da estrada hum Altar com a sua meza em cima... Na mesma ocasião caminhando da dª Cidade pª a Villa de Aguiar, logo que passei Enxarrama, a pouca distancia vi à parte direita huas pedras em círculo, mais baixas, q´julguei serem vestígios de outro Altar" (Cit. por Oliveira, 1997: 54).

É justamente do século XVIII que datam os primeiros inventários de antiguidades em Portugal por iniciativa da Academia Real de História, fundada por D. João V em 1720. Logo em 1733, Martinho de Mendonça e Pina apresentou na instituição "um primeiro estudo sobre as estruturas megalíticas, as quais, à semelhança do que aconteceria no resto da Europa, eram interpretadas como altares de sacrifícios" (Oliveira, 2001: 35).

No ano seguinte, surgiu o primeiro inventário nacional de monumentos megalíticos, da autoria do Padre Afonso da Madre Deus Guerreiro, que contabiliza 315 antas, das quais 66 estavam localizadas na região de Évora. Desafortunadamente, como podemos constatar pela leitura de Georg Leisner, uma lista manuscrita destes monumentos, apresentada pelo padre à Academia de História, parece ter-se perdido no terramoto de 1755 (Leisner, 1949).

Curiosamente, como aponta Ana Palma dos Santos (Santos, 1994), a primeira notícia conhecida, relativa a destruições do património megalítico, é bastante anterior aos inventários. Reporta-se a 1571 e tem por base alguns dólmens existentes na quinta do Convento da Serra d´Ossa, mandados demolir pelo reitor para aproveitamento dos blocos pétreos. Esse facto foi denunciado por um frade, Frei Martinho de São Paulo, numa carta que dirigiu a D. Sebastião, na sequência da visita do monarca ao Convento.

Em 1798, na sua obra Elucidário, Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo descreve, aquilo que parecem ser «mamoas», como montes de terra artificiais que funcionariam como marcos de propriedade (Santos, 1994).

Exceptuando algumas obras corográficas (Leisner, 1949) – de que é exemplo o mapa com a dispersão dos dólmens portugueses, redigido no ano de 1871 pela Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos do Reino, normalmente com escassa informação arqueológica e pouco circunstanciada, existe um hiato temporal considerável até que o tema volte à ordem do dia.

Ainda assim, foram surgindo alguns trabalhos de ampla divulgação pública sobre o tema. Não posso deixar de fazer referência à obra de Pinho Leal (Leal, 1874), que nos deixa "uma saborosa descrição dos monumentos megalíticos e dos rituais que com eles

supostamente estariam relacionados, revelando, até certo ponto, muitas das noções ingénuas que a arqueologia se encarregaria, nas décadas seguintes, de erradicar" (Rocha, 2005: 33).

Convém, no entanto, clarificar que o trabalho de Pinho Leal reflecte, no essencial, as presunções científicas dessas primeiras gerações de "arqueólogos" portugueses, construídas, fundamentalmente, com base em experiências europeias.

No texto apresentado, o autor classifica dólmen como "uma ara construída para os sacrifícios", enquanto anta seria "um monumento levantado à memória de algum guerreiro distincto", mamoa seria "o túmulo de alguma pessoa notável" e cairn, um "templo destinado a oração" (Cit. por Rocha, 2005: 33).

No entanto, há contributos interessantes que importa sublinhar. Um deles reporta-se à estruturação das mamoas e aos seus construtores. Sobre o tema, avançou a hipótese de que "as mâmoas ou modôrras (a que também alguns chamam mamunhas e mamuinhas) são os túmulos dos povos pre-historicos por ventura os indigenas da península ibérica (...)" (Cit. por Rocha, 2005: 34), lançando, possivelmente, "a primeira pedra do modelo indigenista que, como veremos, continua hoje, se bem que muito remodelado, na ordem do dia da investigação sobre o megalitismo regional" (Rocha, 2005: 34).

Igualmente, constatou a frequência com que se processavam as violações nos monumentos ao afirmar que "todas ellas foram arrombadas pelo povo, em busca de thesouros (...)" (Cit. por Rocha, 2005: 34).

Em relação ao tumulus, presumia "que quanto mais importância tinha a pessoa sepultada, maior era a pyramide. Ao vulgo contentavam-se em o enterrar no chão razo; mas quando ali passavam os devotos, rezavam certa oração e atiravam uma pedra sobre a campa. Alguns defuntos tiveram tantas orações que chegaram a formar uma pequena pyramide, das quaes algumas chegaram aos nossos dias" (Cit. por Rocha, 2005: 34).

No que concerne às antas, a descrição que nos faz é, no mínimo, curiosa, principalmente no que concerne ao chapéu, uma vez que as definia como sendo constituídas por "um pedregulho, de forma mais ou menos espherica, ou oval (alguns de um tamanho que faz pasmar!) collocados sobre quatro penedos mais pequenos, que os sustentam em equilíbrio" (Cit. por Rocha, 2005: 34-35).

O último quartel do séc. XIX é marcado pelo progressivo avanço da arqueologia pré-histórica. Com contributos de outras áreas, a consciência da grande antiguidade do Homem tornou-se um facto científico, o que conduziu a novas leituras da sua evolução.

Naturalmente, essa nova atitude reflectiu-se no estudo do megalitismo, tornando esses elementos objecto de estudo mais atento. "Por um lado confirmou-se, graças às primeiras escavações, a sua função funerária. Por outro, admitiu-se a sua antiguidade pré-histórica em função do espólio recolhido e no qual estava quase sempre ausente o metal" (Silva; Parreira; Silva e Sarantopoulos, 1992: 7).

Deste modo, o culminar do séc. XIX e os primórdios do séc. XX representam um período relativamente produtivo em termos de actividade arqueológica, tendo sido escavado um conjunto relevante de monumentos megalíticos no Alentejo Central. Arqueólogos como Leite de Vasconcellos, Nery Delgado, Carlos Ribeiro, Gabriel Pereira, Emile Cartailhac, Mattos Silva, Filipe Simões, entre outros, foram presença assídua por terras transtaganas.

Como refere Leonor Rocha, "esses trabalhos, apesar de terem consistido apenas em intervenções avulsas, permitiram afastar algumas das especulações correntes e começar a reunir material objectivo que serviu de base a perspectivas mais pertinentes sobre o fenómeno, apesar de terem subsistido, até muito tarde, opiniões pouco sustentadas (Espanca, 1894)" (Rocha, 2005: 35).

Em todo caso, nenhum dos investigadores foi particularmente constante na sua actuação no campo do megalitismo, porventura reflexo da abrangência demasiado vasta do seu leque de interesses.

A realização do Congrè Ìnternational d`Anthropologie et d`Archeologie Préhistoriques (Gonçalves, 1980), no ano de 1880, ainda que centrado noutros temas, contribuiu, de forma categórica, para o reconhecimento, no contexto internacional, de alguns dos mais destacados monumentos megalíticos portugueses, bem como, do reforço da sua importância e antiguidade no quadro europeu.

"Este impulso, assim como a consciência emergente da diversidade e da especificidade cultural e o próprio florescimento dos nacionalismos, deram, finalmente, origem a abordagens integradas, de âmbito regional e com carácter de continuidade" (Rocha, 2005: 35).

No entanto, já antes da presença de Cartailhac, havia investigadores portugueses a trabalhar na temática. São de relevar as obras de conjunto escritas por Pereira da Costa e Filipe Simões, investigadores que fundamentaram, parcialmente, as suas conclusões em trabalhos realizados em antas do concelho de Évora (Leisner, 1949).

Destaque merece igualmente Gabriel Pereira (Pereira, 1875), ilustre historiador eborense, que, em 1875, numa obra denominada «Dolmens ou Antas dos Arredores de

Évora», descreveu 17 monumentos megalíticos que tinha visitado na área limítrofe da cidade, ampliando, numa publicação posterior, este número com mais três dólmenes. "Foi este o primeiro ensaio de tratar da cidade de Évora como centro de uma cultura pré histórica, ponto de vista justificado pela invulgar riqueza da região em monumentos megalíticos" (Leisner, 1949: 3).

Em 1879, J. Possidónio da Silva, então presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, relatou que, em vez das trezentas e quinze sepulturas contabilizadas pelo padre Guerreiro, somente relocalizou cento e trinta e oito.

O Padre Joaquim José da Rocha Espanca, verdadeiro homem dos sete ofícios, publicou, em 1894, um trabalho sobre dólmenes (Sarantopoulos, 1997).

Na transição para o séc. XX, surge em cena a revista «O Archeólogo Português», publicação ligada à figura incontornável de J. Leite de Vasconcellos. Com ela, surgiram novos elementos, destacando-se, naturalmente, os relacionados com o estudo das antas eborenses.

Como nos disse Georg Leisner, "em resultado de todas estas investigações, 20 antas dos arredores de Évora foram declaradas monumentos nacionais" (Leisner, 1949: 4), através do Decreto de 16 de Junho de 1910. Acrescentou ainda que, "muitas delas merecem esta honra, ao passo que outras já se encontram bastante arruinadas, pelo que devessem mesmo ser substituídas nessa honra por outros monumentos importantes recentemente descobertos" (Leisner, 1949: 4). Estas palavras justificam hoje, como no momento da sua publicação, uma reflexão ponderada.

As primeiras duas décadas do século XX não trouxeram grandes novidades ao estudo do Megalitismo da região de Évora, exceptuando os trabalhos de Vergílio Correia, então conservador do Museu de Etnologia, que se empenhou num projecto de estudo abrangente "centrado, pela primeira vez, numa área concreta e incluindo, para além das antas, os povoados e os supostos santuários naturais (Correia, 1921)" (Rocha, 2005: 36).

Na sequência, Manuel Heleno, na época director do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e Docente na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, principiou, no início dos anos 30 do século passado, um estudo sistemático do megalitismo funerário alentejano. A sua área de actuação correspondeu, grosso modo, a um rectângulo de orientação NE-SW, delimitando a zona norte do Alentejo Central incluída na bacia hidrográfica do Tejo. Os trabalhos abrangeram parte dos concelhos de Montemor-o-Novo, Mora, Coruche, Arraiolos e Estremoz (Rocha, 2005).

Adquiridos recentemente pelo Museu Nacional de Arqueologia, os Cadernos de Campo de Manuel Heleno permitiram reconstituir a ligação entre o conjunto de materiais exumados pelo arqueólogo nas suas escavações, depositados no MNA (Rocha, 2005), com os monumentos de onde eles são provenientes (Silva; Rocha e Oliveira, 2007).

Para os anos de 40 e 50 do século passado, é de destacar a actividade dos arqueólogos alemães Georg e Vera Leisner. Efectivamente, produziram um inventário monumental sobre o megalitismo, regional e não só (Calado, Santos e Carvalho, 2009).

É de realçar o enorme cuidado que demonstraram com a realização de documentação gráfica de estruturas e espólio, bem como a atenção que prestaram à importância do trabalho de campo (prospecção e escavação). Igualmente, efectuaram a "revisão da bibliografia disponível e de parte dos materiais depositados no Museu Etnológico" (Rocha, 2005: 36-37).

De resto, e apesar de terem utilizado cartografia de pequena escala (1:100 000), as informações que disponibilizaram nos seus artigos sobre a localização dos monumentos revelam-se, ainda hoje, de utilidade inquestionável no campo (Calado, Santos e Carvalho, 2009).

A sua grande obra, Megalithgräber der Iberishen Halbinsel (Leisner, 1956; 1959), nunca chegou a ser traduzida, mas, para além dela, editaram, em português, um conjunto de trabalhos importantíssimos. Deles se destaca, "pelo carácter praticamente exaustivo" (Rocha, 2005: 37), o estudo das antas de Reguengos de Monsaraz (Leisner, 1948-49; 1951; 1955).

Uma menção também para a actividade de Irisalva Moita (Moita, 1956), arqueóloga que centrou a sua pesquisa na área de Pavia. De referir igualmente a sua acção no Museu Etnológico, onde foi colaboradora de Manuel Heleno (Rocha, 2005).

Nas décadas de 60 e 70, assistiu-se à diminuição acentuada da actividade arqueológica, resultando, mais uma vez, os novos elementos arrolados sobretudo de "descobertas fortuitas e intervenções avulsas" (Rocha, 2005: 37).

Dentre elas, natural relevo para a identificação da Anta Grande do Zambujeiro, próxima da aldeia de Valverde (Évora), (Pina, 1971; 1976), trazendo à luz do dia aquele que é, sem dúvida, um dos maiores monumentos, no seu género, à escala mundial. De lamentar, é o facto de todas as intervenções arqueológicas de que foi alvo permanecerem inéditas. Actualmente, permanecem as indefinições em torno da Anta Grande, enquanto se agravam as suas patologias.

Na mesma altura, Manuel Farinha dos Santos, em 1964, escavou o tholos do Escoural (Montemor-o-Novo), identificado por trabalhadores no seguimento da preparação de um forno tradicional de carvão (Santos et al, 1969). No ano anterior, havia sido identificada, na mesma área, a Gruta do Escoural, descoberta, acidentalmente, após forte detonação relacionada com a actividade de uma pedreira de mármore.

Dela, foram retirados materiais "cronologicamente atribuíveis ao Neolítico antigo, mas também com uma clara utilização funerária, no Neolítico final, que encontra óbvias afinidades no megalitismo funerário regional (Santos, 1964; 1971; Santos et al, 1991; Araújo et al, 1993; Araújo et al, 1995)" (Rocha, 2005: 38).

Segundo Leonor Rocha, foi a primeira vez que se identificou, na região, cerâmica impressa, incluindo cardial, semelhante ao que se conhecia, desde o século anterior, para o litoral (Rocha, 2005).

No entanto, foi neste período temporal, com particular incidência para a primeira metade da década de setenta, que foi revelado um aspecto praticamente inédito do megalitismo alentejano, ou seja, os menires e os cromeleques. Até então virtualmente invisíveis, estes elementos começaram, paulatinamente, a ser identificados.

Investigadores como Henrique Leonor Pina (Pina, 1971; 1976) e José Pires Gonçalves, (Gonçalves, 1970; 1972; 1975), deram um contributo notável para o avolumar do número de monumentos descobertos.

De qualquer forma, a temática não era completamente original, uma vez que "a mais antiga referência aos menires, no Alentejo Central, deve-se a Gabriel Pereira (Pereira, 1880), que interpretou como tal um monólito, conhecido localmente como o Padrão do Mouro" (Calado, 2004: 46).

Igualmente, o casal de arqueólogos alemães Georg e Vera Leisner (Leisner e Leisner, 1959) haviam anteriormente divulgado uma planta do recinto de Vale d'El Rei, situado no concelho de Pavia, estrutura que não valorizaram particularmente (Calado, 2004).

As últimas décadas do séc. XX ficaram marcadas pelo recrudescimento das actividades arqueológicas no Alentejo Central, com especial incidência no corredor megalítico de Montemor-o-Novo, Évora e Reguengos de Monsaraz. Foram vários os autores a concentrar atenções na região.

Victor S. Gonçalves dirigiu esforços para o estudo do megalitismo na área de Reguengos de Monsaraz, revendo de forma crítica o trabalho dos Leisner, e realizando, paralelamente, escavações de diagnóstico em vários povoados do Neolítico final e

Calcolítico, bem como campanhas de prospecção no entorno do povoado da Torre do Esporão (Gonçalves et al., 1992).

No final da década de noventa, no âmbito dos trabalhos arqueológicos relacionados com a construção da Barragem do Alqueva, dirigiu escavações em povoados e em estruturas megalíticas, entretanto submersas (Gonçalves, 1993b; 1994a; 1995; 1999; 2001a; 2001b; 2002a; 2002b;2003b; 2003c; Gonçalves e Sousa, 1997a; 1997b; 2000; 2003).

Outro dos trabalhos, iniciados neste período, teve como finalidade a elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Évora. Integrado no contexto da produção de uma Carta Arqueológica Nacional, esse levantamento, coordenado por Jorge de Oliveira (Oliveira et al., 1987), sofreu com os escassos apoios proporcionados pelo IPPC (Calado, Santos e Carvalho, 2009). O mesmo arqueólogo tem, ultimamente, trabalhado em várias campanhas de escavação na Anta 2 da Mitra (Évora).

Um outro projecto, principiado na mesma época, foi o Evora Archaeological Survey (EAS). Dirigido por Colin Burgess, da Universidade de Newcastle, nasceu com o propósito de analisar o contexto arqueológico do recinto megalítico dos Almendres (Burgess et al., 1987). Esse programa teve o mérito adicional de propiciar a identificação de novos monumentos megalíticos funerários (Calado, Santos e Carvalho, 2008).

Destaque igualmente, para a acção de longo curso desenvolvida na área de Vale de Rodrigo (Évora) por P. Kalb, M. Höck e L. Larsson (Kalb e Höck, 1994; Kalb, 1996; Kalb e Höck, 1997; Vortisch, 1999; Höck e Kalb, 2000; Larsson, 2000, 2001). Esse trabalho, com particular incidência na escavação do conjunto megalítico, tem sido complementado por campanhas de prospecção na sua envolvente.

Tratando-se de um projecto pluridisciplinar, "tem vindo a fornecer dados muito interessantes sobre os monumentos e, em particular, sobre a relação entre estes e as matérias-primas utilizadas" (Rocha, 2005: 40).

Ainda com o Alqueva como pano de fundo (Antunes et al., 2003), foram realizadas algumas intervenções em monumentos de xisto.

Nota para a execução de várias escavações de emergência: em Reguengos de Monsaraz; Mário Varela Gomes procedeu a trabalhos na Anta da Belhoa (Gomes, 1997); Manuel Calado interveio na anta 1 do Lucas (Calado, 1994); e Leonor Rocha na anta 6 do mesmo conjunto megalítico (Rocha, 2005).

Neste período, ainda que sem publicação de resultados, foram também intervencionadas a Anta Grande do Zambujeiro, sequencialmente por Carlos Tavares da Silva e Rui Parreira, e a Anta Grande da Comenda da Igreja, por Mário V. Gomes.

Sobre o contexto arqueológico "em que, genericamente, se enquadra o megalitismo funerário" (Rocha, 2005: 41), foi levado a cabo um conjunto moderado de escavações em sítios de habitat de cronologia Neolítica e Calcolítica, no Alentejo Central. É o caso do povoado calcolítico dos Perdigões (Lago et al., 1998), em Reguengos de Monsaraz, do povoado Neolítico antigo e Calcolítico de Patalim (Diniz, 2003), em Montemor-o-Novo, e dos povoados Calcolíticos de S. Gens (Calado, 2002), em Terena, S. Gens (Mataloto, 2004), em Redondo/Estremoz, tendo sido terminada recentemente a escavação do povoado calcolítico de S. Pedro, igualmente no concelho de Redondo (Rocha, 2005).

Tendo como pano de fundo a Serra d'Ossa, "Manuel Calado reuniu, no âmbito de um trabalho académico (Calado, 1995, 2001), um volume, até aí insuspeito, de sítios de habitat neolíticos e calcolíticos, contribuindo para uma imagem cada vez mais complexa do povoamento megalítico, cuja complexidade, aliás, não parou, desde então, de crescer" (Rocha, 2005: 43).

Voltando à área afectada pela construção da Barragem do Alqueva, foram identificados, e alvos de escavação, dois povoados com fossos do Neolítico final, Juromenha 1 e Malhada das Mimosas e dois povoados Calcolíticos, o Moinho Novo de Baixo 1 e Miguens 3 (Calado, 2002). Finalmente, o mesmo autor (Calado, 2004) escavou o sítio das Águas Frias, outro povoado com fossos, "que proporcionou dados absolutamente inovadores sobre a planta das estruturas negativas" (Rocha, 2005: 42).

Noutro registo cronológico, é importante referir também a escavação do povoado do neolítico antigo da Valada do Mato (Évora), sítio identificado por Manuel Calado, cujos trabalhos decorreram, na sua maioria, sob a direcção de Mariana Diniz.

No que concerne ao megalitismo não funerário do Alentejo Central, há a relatar um conjunto muito razoável de intervenções que decorreram dos meados dos anos oitenta em diante (Rocha, 2005).

Assim sendo, devem ser referidas as escavações conduzidas por Mário V. Gomes nos menires da Pedra Longa, Cuncos, Perdigões, Almendres, Portela de Mogos, Vidigueiras e Barrocal (Gomes, 1986, 1989, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 2000a, 2000b, 2002) e as dirigidas, na segunda metade da década de noventa, por Manuel Calado, nos menires de Vale Maria do Meio, S. Sebastião, Tojal, Monte do Tojal e Vale d'El Rei e Fontaínhas

(Calado, 1997a, 2000b, 2003, 2004; Calado et al, 2007). Particular destaque para o trabalho de fundo, realizado por este autor, centrado no tema dos menires, no âmbito do Alentejo Central (Calado, 2004).

Similarmente, têm sido vários os projectos de prospecção arqueológica levados a cabo no território em análise, contribuindo para o crescimento efectivo dos inventários patrimoniais. Para além do vasto conjunto de sítios de habitat e de outros correlacionáveis, há a registar o forte incremento que esses trabalhos proporcionaram ao número de monumentos megalíticos (funerários e não funerários) actualmente conhecidos.

Em boa parte, estes novos dados estão consignados nas Cartas arqueológicas que têm sido produzidas nos últimos anos. "Destacam-se, pela quantidade de antas inéditas registadas, as cartas arqueológicas de Alandroal (Calado, 1993) e Redondo (Calado e Mataloto, 2001), assim como o Inventário do Património Arqueológico, incluído no Plano Director Municipal de Évora (Calado, 2003)" (Rocha, 2005: 43).

Com semelhantes objectivos, foram realizados trabalhos no concelho de Portel (Lima, 1992) e de Arraiolos (Silva e Perdigão, 1998), contribuindo igualmente para amplificar o leque de conhecimentos.

Noutro âmbito, realizaram-se trabalhos de prospecção que alargaram a base de dados disponível, designadamente o projecto dirigido por José Manuel Mascarenhas, na sequência do Programa Stride (Mascarenhas, 1995) e dois outros, dirigidos por Manuel Calado, tendo o primeiro incidido no entorno do recinto de Vale Maria do Meio e no traçado da A6, em 1994-95 (Calado, 1995; Calado et al., 2004), e o segundo (Calado, 2001b; 2006a) na área das Herdades das Murteiras e propriedades anexas da Fundação Eugénio de Almeida, em 2001 (Calado, Santos e Carvalho, 2008).

Para além das intervenções anteriormente referidas, o projecto de minimização de impactos que precedeu e acompanhou a construção do empreendimento do Alqueva, propiciou várias campanhas de prospecção e escavação nas áreas afectadas pelo regolfo da barragem.

Esses dados, mais recentemente publicados (Silva, 1996, 1999) e os já disponíveis (Silva e Soares, 1989; Soares e Silva, 1992), são igualmente um contributo muito importante para o aprofundamento dos conhecimentos relativos ao povoamento de toda a região (Rocha, 2005).

No ano de 1996, Catarina Oliveira (2001), principia uma inovadora aproximação transdisciplinar, desenvolvida no concelho de Montemor-o-Novo, na qual se propôs acompanhar a biografia das estruturas megalíticas.

Por fim, no contexto da investigação relativa ao megalitismo, realce para os resultados obtidos nas prospecções efectuadas na área do Tojal (Montemor-o-Novo), onde, numa área muito reduzida (cerca de 3 km2), Manuel Calado identificou um conjunto alargado de monumentos megalíticos funerários, nomeadamente 10 sepulturas e nove antas com corredor. Segundo o autor, parece existir uma possível relação entre dois recintos megalíticos existentes nesta área, Casas de Baixo e Tojal, e ainda o menir do Monte do Tojal (Calado, 2003).

Actualmente, encontra-se em curso o projecto da Carta Arqueológica de Évora. Desenvolvido por Manuel Calado, João Santos e Mário Carvalho, este trabalho pretende realizar novas campanhas de prospecção no concelho eborense, de modo a atingir um novo patamar em termos de conhecimento científico, de gestão territorial, de valorização do património e da sua promoção turística. Nota para o facto de a base de dados conter, nesta fase, cerca de 2500 entradas, o que, para além de constituir de longe o maior número de registos a nível nacional, por concelho, acentua a importância que este território tem no contexto arqueológico português.

1.2 – ESTADO DA INVESTIGAÇÃO SOBRE O MEGALITISMO

O conceito de megalitismo engloba duas grandes categorias de monumentos: os de carácter funerário, comummente conhecidos por dólmenes ou antas e os não funerários, constituídos por blocos de pedra (por vezes trabalhados), cravados verticalmente no solo, os menires. Para além de isolados, é possível encontrá-los organizados em linhas, originando alinhamentos, ou organizados sob a forma de recintos megalíticos (Calado, 1993).

O megalitismo apresenta um espectro que podemos considerar de escala mundial. Abarca regiões tão discrepantes como a Europa atlântica, boa parte do continente africano, a região do Cáucaso, a Índia, a América do Sul, a Coreia e o Japão, entre outras (Joussaume, 1985; Gonçalves, 1993).

Victor Gonçalves refere que "a prática do megalitismo ultrapassa as dimensões de um simples costume regional, eventualmente produzido por uma conjuntura de acaso. Trata-se efectivamente do produto de um momento na evolução das estruturas simbólicas da humanidade" (Gonçalves, 1993: 247).

Apesar desta disseminação de carácter planetário, é na Europa, mais concretamente na fachada atlântica deste continente – onde se inclui Portugal (com particular realce para o Alentejo Central), Espanha, França, Holanda, Alemanha, Dinamarca, Suécia, Grã-Bretanha e Irlanda –, que o fenómeno megalítico mostra a sua face mais extraordinária.

Para além da quantidade de monumentos existentes – atingindo os vários milhares –, há a registar a diversidade de tipologias arquitectónicas. Destacam-se igualmente, pela sua superior antiguidade (representando, neste aspecto, o Alentejo e a Bretanha o expoente máximo, remontando, nestas áreas, a meados do V milénio a.C. a construção deste tipo de estruturas).

Apesar das várias tipologias, os diversos modelos de antas podem ser agrupados em dois tipos arquitectónicos principais: os dólmenes de corredor, caracterizados pela existência de uma câmara poligonal à qual se acede por um corredor rebaixado em relação ao espaço funerário, de dimensão variável, resguardados por uma mamoa de pedra e terra, sendo o tipo mais comum na Península Ibérica; e os monumentos funerários sem corredor, de planta arredondada ou alongada, igualmente encobertos por tumulus.

Para além das mencionadas, existe ainda uma outra solução arquitectónica que, apesar de não recorrer ao uso de grandes blocos pétreos, é, geralmente, incluída na arquitectura

funerária megalítica. É o caso dos *tholoi*, monumentos caracterizados pela existência de uma câmara circular ou poligonal à qual se acede por um longo corredor.

As paredes ou são revestidas por pequenas lajes sobrepostas, através da técnica de pedra seca (não aglutinada por qualquer argamassa), ou por ortostatos (lajes cravadas na vertical) sendo a cobertura em falsa cúpula obtida pela sobreposição de sucessivas fiadas de lajes horizontais, rematadas no topo por uma única laje de cobertura, representando Alcalar 7 um dos exemplos mais notáveis deste tipo de arquitectura funerária (Morán e Parreira, 2004).

Sobre a origem da denominação, Ana Palma dos Santos refere que "a sua semelhança formal com túmulos reais de Micenas, levou a que fossem, impropriamente, designados de tholoi. De facto, os tholoi micénicos são mais tardios que os monumentos de falsa cúpula da Península Ibérica" (Santos, 1994: 16), de cronologia calcolítica.

Existem igualmente construções funerárias de tipo misto, onde são utilizadas as técnicas construtivas descritas anteriormente de forma combinada, ou seja, câmaras constituídas por esteios e cobertura de falsa cúpula. Seguem esta tipologia, entre outros, o dólmen de Vale de Rodrigo, localizado no concelho de Évora, e alguns monumentos bretões.

Em relação à, até muito recentemente, discutida questão da antiguidade de antas e menires, recorremos às palavras de Manuel Calado e Leonor Rocha para tentar clarificar a problemática. Os referidos autores defendem "que a maioria dos menhires e cromeleques foram erigidos num momento globalmente anterior ao megalitismo funerário, que aqui designamos, por falta de elementos suficientes, como Neolítico Antigo-Médio" (Calado e Rocha, 1995: 4).

Noutro texto do mesmo autor esta ideia sai reforçada. Segundo Manuel Calado, "em termos tecnológicos, as sepulturas megalíticas, estruturalmente mais complexas, parecem representar uma evolução dos modelos arquitectónicos elementares desenvolvidos nos menires e cromelechs" (Manuel Calado, 1993: 298).

Entre muitos outros argumentos, esta ideia partiu dos vários exemplos de reutilização de menires na construção de monumentos funerários megalíticos, identificados, por exemplo, na Bretanha francesa (Le Roux, 1984: 111) ou na Grã-Bretanha (Joussame, 1985: 71), (Calado, 1993).

O autor citado entende que "os menires corresponderiam a uma fase de penetração num território virgem" (Calado, 1993: 298-299), onde era essencial constituir alicerces, rasgar caminhos e estabelecer formas de sustento, enquanto os monumentos funerários

seriam produto de um povoamento mais estável, "em que a posse dos territórios se legitimava e assinalava pela construção das moradas dos mortos" (Calado, 1993: 299).

No mesmo sentido, parecem apontar os contextos artefactuais do ocidente peninsular, já que, frequentemente, surgem articulados com espólio do Neolítico Antigo/ Médio, sem correspondência com os materiais exumados nos dólmenes. De referir também a frequência com que são detectados sítios de habitat, do referido período cronológico, na envolvente dos recintos megalíticos (Calado, 2004).

A reforçar esta ideia surgem, por exemplo, os resultados da escavação do Recinto Megalítico das Fontainhas. Segundo os escavadores, "de entre os materiais pré-históricos, os mais directamente relacionáveis com a construção e o uso do monumento, destacam-se os artefactos líticos – maioritariamente lamelas e restos de talhe – que, em termos tipológicos, remetem genericamente para o Neolítico Antigo/Médio" (Calado; Rocha e Alvim, 2007: 91-92).

Jorge de Oliveira parece concordar com este conceito, avançando inclusivamente algumas possibilidades para justificar essa pré-existência. Como refere o arqueólogo:

"se aceitarmos essa anterioridade, a presença, que começa a ser hoje já recorrente, de menires no interior de estruturas funerárias dolménicas poderá ter, pelo menos, três explicações possíveis. A mais simplista dir-nos-ia que, devido a uma economia de recursos, os construtores de dólmenes recorreriam àquelas pedras já talhadas e aproveitavam-nas para a construção dos sepulcros. Uma segunda hipótese dir-nos-á que a inclusão dos menires se ficaria a dever a algum ritual que obrigaria os construtores de antas a remover os menires e a incluí-los na sua estrutura. Uma terceira hipótese dir-nos-ia que os dólmenes foram construídos no mesmo local onde se situava já anteriormente o menir, incluindo-o na sua estrutura e mantendo uma sacralização do espaço" (Oliveira, 2006: 222).

Como afirma Manuel Calado, existe a possibilidade das antas representarem a fusão da experiência técnica adquirida com a edificação dos menires com o paradigma tradicional da gruta funerária (Calado, 1993).

Sobre a origem do fenómeno, Victor S. Gonçalves entende que "a espinha dorsal da evolução do megalitismo encontra-se no desenvolvimento local das sociedades de agricultores estabilizados" (Gonçalves, 1993: 279), sendo eles, continua, "aqueles que generalizarão o uso dos grandes sepulcros de corredor onde a colectivização da morte traduz o aumento de famílias extensas, a assunção colectiva do território e os laços de solidariedade de grupos estabilizados no espaço" (Gonçalves, 1993: 279).

Outro aspecto muito importante prende-se com a questão da construção dos monumentos megalíticos. Esta tarefa pressupõe a existência de um forte empenho colectivo, que implica uma organização social relativamente complexa (Gonçalves, 1993).

Este facto implica, à partida, a existência de uma divisão social do trabalho, e uma união e hierarquia social profundamente alicerçadas, de modo a administrar correctamente uma economia capaz de criar excedentes suficientes para suportar os empreendimentos.

A construção de tais estruturas implica a existência de um ideal partilhado pelos membros do grupo que concede aos antepassados um papel muito relevante, não sendo, igualmente, de afastar a possibilidade destes elementos funcionarem como marcos territoriais, constituindo-se, pela sua evidência, como importantes formas de apropriação das áreas de exploração do povoado, essenciais para a sua sobrevivência e desenvolvimento.

A fortalecer a componente simbólica e sagrada de antas e menires, vários destes monumentos aparecem decorados com símbolos figurativos (báculos, representações solares e lunares) e geométricos (espirais, linhas onduladas ou quebradas), bem como com as enigmáticas covinhas, para citar apenas alguns dos mais comuns.

1.2.1 – ORIGENS DO MEGALITISMO: INDIGENISMO OU DIFUSIONISMO

> "(...) o megalitismo – em sentido lato – é efectivamente um fenómeno muito complexo, de desenvolvimentos dendriformes, esses mesmos desenvolvimentos que nos levam a falar de «polimorfismos» a que chamamos *regionais*. (Gonçalves, 1993: 281).

Na segunda metade do séc. XIX, eventualmente com atrasos em relação ao que se fazia no resto da Europa, a arqueologia portuguesa pareceu reflectir o progresso científico geral (Rocha, 2005).

Efectivamente, a constatação da alta antiguidade do Homem e do planeta, a Teoria das Três Idades e os avanços revolucionários proporcionados por Charles Darwin, reverberaram a atenção pelo homem pré-histórico, numa abordagem livre "do espartilho das interpretações dos textos bíblicos" (Rocha, 2005: 45).

De facto, nessa época, eram comuns as referências a altares de sacrifício, relacionados com os celtas e outros povos bárbaros, para explicar a génese dos monumentos megalíticos. No entanto, a investigação produzida demarcou-se destas leituras mas "limitou-se a acumular, numa óptica positivista, o maior número possível de dados sobre espólios, arquitecturas e rituais" (Rocha, 2005: 235), faltando os modelos interpretativos para analisar um fenómeno que era atribuído, genericamente, à pré-história.

Em relação à problemática da origem geográfica, a discussão polarizou-se, desde o princípio e até ao aparecimento das datações radiocarbónicas, "a favor ou contra o modelo do *ex oriente lux*, assumida, não sem discussão, uma origem monogenética (Costa, 1868) para o megalitismo" (Rocha, 2005: 235).

Nesta fase, despontou um conjunto de teorias que, com variáveis, podem ser condensadas em duas grandes correntes teóricas antagónicas: o Indigenismo e o Difusionismo. No que diz respeito ao megalitismo, a ideia dominante, até meados do séc. XX, era a sua origem no mediterrâneo oriental.

Com origem na segunda metade do séc. XIX, a corrente Evolucionista foi o produto de uma sociedade que começava, gradualmente, a compreender a extraordinária antiguidade da humanidade.

Na prática, esta ideia implicava uma sequência linear da arquitectura megalítica, ou seja, das formas mais simples para as mais elaboradas; pequenos sepulcros simples,

pequenos dólmenes de corredor, grandes dólmenes de corredor e, por fim, os sepulcros de falsa cúpula.

Entre os defensores desta tese contava-se Émile Cartailhac, arqueólogo francês, que, em 1896, avançou com a possibilidade de o fenómeno megalítico ter a sua génese no território português, mais concretamente, nos pequenos dólmenes simples ou de corredor curto existentes na região beirã e transmontana.

Esta teoria foi igualmente seguida, na sua essência, por autores como N. Ålberg (1921), P. Bosch-Gimpera (Bosch-Gimpera, 1927) ou H. Obermaier (Obermaier, 1932), que também se bateram por uma origem ocidental, possivelmente até ibérica, do fenómeno (Rocha, 2005).

Em Portugal destacamos apenas alguns investigadores, da primeira metade do séc. XX, que basearam as suas conclusões, em boa parte, nos monumentos alentejanos.

É o caso de Virgilio Correia que identificou, pela primeira vez de um modo diferenciado, um grupo de pequenos sepulcros que considerou coevos das antas de corredor. Segundo o autor, a distingui-las estariam apenas os rituais funerários, individuais no caso das pequenas sepulturas e colectivos nos edifícios de maior dimensão. De acordo com L. Rocha, "tratava-se, de certo modo, de uma primeira formulação do polimorfismo que, ainda hoje, constitui uma das alternativas aos tradicionais modelos evolucionistas" (Rocha, 2005: 235).

Na década de 40 do século XX, as investigações que Manuel Heleno levou a cabo por terras alentejanas, permitiram-lhe criar um modelo interpretativo que tinha como base mais antiga (correspondendo ao Neolítico Antigo) as sepulturas proto-megalíticas – monumentos de enterramento individual e escasso espólio –, avançando progressivamente para as formas mais complexas, de que os tholoi (Calcolítico) representariam o expoente máximo. Foi inflexível na defesa de uma génese regional para o conjunto megalítico que estudou, admitindo, muito pontualmente, algum tipo de influência exterior (Rocha, 2005).

Irisalva Moita, ao advogar a teoria da evolução linear, seguiu, na essência, os passos de Manuel Heleno. No entanto, introduziu uma variante importante ao considerar apenas dois grupos para o megalitismo funerário alentejano: o Grupo Primitivo e o Grupo Evolucionado (Rocha, 2005), regressando, no fundo, ao modelo clássico.

A postura adoptada por Georg e Vera Leisner (Leisner, 1949; Leisner e Leisner, 1951, 1953, 1959) foi muito semelhante à de Manuel Heleno; moderadamente difusionistas,

os arqueólogos alemães consideravam a evolução da arquitectura megalítica como um processo essencialmente indígena (Rocha, 2005).

No que diz respeito ao megalitismo, o 1º quartel do séc. XX marca a entrada em cena das teorias difusionistas, de que Gordon Childe (1925; 1939), Glyn Daniel, que defendeu uma origem micénica para os monumentos megalíticos portugueses, e H. Savory (1968; 1977), são alguns dos principais rostos de proa (Rocha, 2005).

Esta corrente teórica irá prevalecer praticamente durante toda a primeira metade do séc. XX, alicerçando-se nas primeiras cronologias relativas, que partiam das cronologias históricas das civilizações pré-clássicas do Mediterrâneo Oriental.

Da mesma forma, os primeiros trabalhos arqueológicos nessa região permitiram começar a vislumbrar o elevado nível de desenvolvimento das respectivas culturas, bem diversa da apresentada pelas coetâneas do Mediterrâneo Ocidental e do resto da Europa.

Neste contexto, o Próximo Oriente irrompeu, de forma perfeitamente lógica, como o berço da Civilização Antiga – *ex Oriente lux* – constituindo-se como o exemplo a seguir pelos povos indígenas menos desenvolvidos e estabelecidos em territórios periféricos. A sua disseminação seria consequência de contactos de diversos tipos.

No que concerne ao megalitismo, ao invés de fazerem uma leitura evolutiva do fenómeno, nomeadamente, do modelo arquitectónico mais modesto ao mais complexo, os difusionistas acreditam que o modelo foi precisamente o inverso, ou seja, as estruturas de falsa cúpula ocidentais, eram consideradas a primeira demonstração da arquitectura funerária do Ocidente.

Esta hipótese, que ficou conhecida como involução ou degenerescência, implicava que após as primeiras reproduções perfeitas de tholoi, as populações ocidentais, menos aptas tecnicamente, teriam começado a construir edifícios funerários cada vez mais pequenos e de aspecto mais grosseiro.

De notar que este conceito nunca chegou a ter grande número de apoiantes, exceptuando-se, como refere L. Rocha, "a proposta avançada por Ph. Kalb, de que as pequenas sepulturas seriam apenas «um reflexo periférico e secundário» (Kalb, 1989: 42) do verdadeiro megalitismo que, por sua vez, teria chegado de fora, juntamente com os primeiros prospectores de metal" e o modelo suportado por A. Varagnac (Varagnac, 1963), (Rocha, 2005: 237).

Estas teorias provocaram acesas discussões e apaixonaram gerações de arqueólogos até meados do século passado, momento em que surgiu um método revolucionário de

datação absoluta, o Carbono 14, contribuindo para a diminuição acentuada da disputa teórica, no que se refere à génese do megalitismo.

Suportadas pelo referido método de datação, foram estabelecidas cronologias muito anteriores (que em determinadas regiões retrocedem a meados do quinto milénio a. C.) para os sepulcros megalíticos ocidentais, tornando claro que os seus homólogos orientais, de que eram pretensos derivados, são edificações bastante mais tardias.

No que se refere ao ocidente peninsular, o balanço actual sobre a génese e evolução do megalitismo funerário não contradiz a origem mesolítica, ainda que indirecta, dos construtores de monumentos mais antigos (por um lado, as datações mais altas, arqueologicamente sustentáveis, a par das datações mesolíticas mais tardias), a que os micrólitos geométricos conferem suporte artefactual (Rocha, 2005).

"A imagem global de uma maior antiguidade dos monumentos mais arcaicos (e, aparentemente, também dos dolmens de corredor) no Norte da Península, conjugável, numa visão de conjunto, com as datas de alguns monumentos bretões (Gonçalves, 1992: 205; Calado, 2004; Cassen et al., 2000; Mohen e Scarre, 2002), é, por enquanto, apenas uma hipótese a ter em conta; porém, a crença numa origem puramente autóctone, alentejana, do megalitismo funerário, parece perder terreno, embora num cenário em que as evidências cronométricas não podem ser consideradas ainda suficientes" (Rocha, 2005: 257).

Igualmente, o novo paradigma político europeu tem estimulado uma visão cada vez mais transversal "e uma recuperação dos dois grandes traumas isolacionistas que o século XX introduziu no estudo do megalitismo europeu: os nacionalismos, na primeira metade do século e, a partir dos 70, sob a batuta de Colin Renfrew, um certo poligenismo, resultante de uma abordagem processualista, que, em Portugal, não parece ter tido demasiados reflexos directos" (Rocha, 2005: 257).

1.2.2 - MEGALITISMO NO ALENTEJO CENTRAL: EVOLUÇÃO E ESPECIFICIDADES

> "De entre os factores fisiográficos que concorrem para a elevada densidade de sítios no concelho de Évora, destaca-se a posição privilegiada deste território, no contacto entre as bacias dos três grandes rios do Sul (Tejo, Sado e Guadiana), o que remete para questões de transitibilidade natural; este factor aplica-se praticamente a todas as épocas" (Calado, Santos e Carvalho, 2008: 53-54).

A origem dos construtores dos monumentos megalíticos permanece envolta num relativo mistério. Sobre o tema, Luís Raposo explica que a reflexão mais usual considerava que seriam originários do litoral, onde há vestígios de povoamento permanente desde, pelo menos, o Epipaleolítico (cerca de 8000 a 7000 anos a. C.).

No entanto, elementos recentemente identificados no vale do Guadiana parecem suportar uma teoria discordante, segundo a qual o interior alentejano seria habitado já em momentos anteriores, verificando-se uma evolução principalmente de carácter autóctone (Raposo, 2003).

Na verdade, entre os vestígios a que o autor se refere e o início do Neolítico não existem, por enquanto, evidências, parecendo haver uma lacuna generalizada no que diz respeito ao Mesolítico.

Por enquanto, a chegada ao interior das populações costeiras, com o consequente abandono progressivo dos concheiros mesolíticos, parece ter iniciado essa mudança global (Calado, 2004).

Como refere Manuel Calado, "a reocupação sistemática do interior peninsular, ainda a partir do Neolítico antigo, e a expansão dessas comunidades, num quadro de prosperidade económica e de crescimento demográfico, criou, finalmente, uma rede de povoamento contínua, ou quase, que facilitaria a transmissão de ideias, modas e produtos, sem necessidade de viagens de longo curso" (Calado, 2004: 262).

No mesmo sentido, sobre o megalitismo alentejano, Victor S. Gonçalves refere que foi, na sua quase totalidade, consequência de um moroso processo de aperfeiçoamento local (Gonçalves, 1993).

Como esclarece M. Calado, o surgimento da arquitectura megalítica, que vem definir uma paisagem que se ambicionava domesticar e apropriar, insere-se, de modo muito plausível, num contexto de ruptura/inovação (Calado, 1997).

O mesmo autor acrescenta que "os construtores dos cromeleques seriam os primeiros portadores, no interior alentejano, nessa altura virtualmente desabitado, do "pacote

cultural" neolítico: agricultura, pastorícia, cerâmica, pedra polida, sedentarização e, agora, megalitismo" (Calado, 1997: 46).

O facto de terem construído os grandes recintos megalíticos de Évora, com pesados blocos graníticos, em áreas onde essa rocha não surge à superfície, parece significar que os construtores quiseram vincar, claramente, o carácter artificial do sítio consagrado, por contraposição aos santuários anteriores, cuja sacralidade parece decorrer de circunstâncias naturais particulares, que podemos encontrar, por exemplo, nas grutas, nos rochedos, nos rios ou nas fontes (Calado, 1997).

E porque terá sido escolhido o Alentejo Central para a implantação de conjunto tão alargado de monumentos?

Segundo Manuel Calado, a razão principal ter-se-ia relacionado com a centralidade deste território, no contexto regional.

Nesse período, em que as principais linhas de trânsito seriam os rios e os festos, a região de Évora – onde se reúnem as bacias do Tejo, Sado e Guadiana – teria funcionado como um ponto de confluência para as populações em vias de neolitização (pastores com uma agricultura muito incipiente), transformando este espaço num território apetecível para as populações mesolíticas dos estuários do Tejo e Sado (Calado, 1997).

Sobre a antiguidade do fenómeno em Portugal, parecem subsistir cada vez menos dúvidas, sendo, por sua vez, cada vez mais frequentes as comparações com o megalitismo bretão, ainda que permaneçam por aprofundar as suas implicações mais importantes[1].

De acordo com Richard Bradley, reportando-se à construção dos primeiros monumentos, "the earliest Neolithic monuments in Brittany and Portugal may have been created while Mesolithic cemeteries were still in use"[2].

Segundo Manuel Calado, "a ideia chave, quer entre os defensores de modelos indigenistas quer no lado dos defensores das teses colonialistas, era, entre nós, a de que o megalitismo (e só se pensava, naturalmente, no megalitismo funerário) só seria viável numa fase amadurecida do sistema agro-pastoril"[3].

Dentro desta linha de pensamento, a investigação tem sido conduzida sob o pressuposto da existência de um Neolítico pré-megalítico. Ainda que defenda uma reflexão sobre a

---

[1] CALADO, Manuel (2005) – **Standing stones and natural outcrops**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjan2005/text.html>, (19.09.09).

[2] cit. por CALADO, Manuel (2005) – **Standing stones and natural outcrops**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjan2005/text.html>, (19.09.09).

[3] CALADO, Manuel (2005) – **Standing stones and natural outcrops**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjan2005/text.html>, (19.09.09).

ideia de um Megalitismo pré-Neolítico, Manuel Calado considera que, tanto no Alentejo como na Bretanha, a edificação de menires se poderá imputar, presumivelmente, aos povos autóctones em vias de neolitização. O megalitismo "seria assim parte integrante do processo, embora como uma achega original a acrescentar aos restantes elementos do «pacote neolítico»"[4].

Sem querer avançar muito sobre o tema da vetustez dos menires/ dólmens – a ele voltarei adiante – têm sido várias as achegas que parecem fortalecer a ideia da antiguidade dos menires, bem como da aparente contiguidade cultural entre o megalitismo alentejano e o seu congénere bretão.

A sugeri-lo temos, por um lado, a identificação da maioria dos habitats, com cerâmica impressa, nas proximidades de menires (Calado, 1995; Calado e Rocha, 1995; Calado e Sarantopoulos, 1995), e por outro, o surgimento de datações similares, para este tipo de monumentos, noutras regiões portuguesas (Gomes, 1994; Oliveira, 1997) (Calado, 2006).

Relativamente à questão cronológica dos monumentos funerários, a definição do início do fenómeno carece ainda de investigações adicionais. De qualquer forma, de acordo com alguns dados obtidos em zonas mais setentrionais, têm sido admitidas datações dentro da segunda metade do V milénio a.C. para algumas das sepulturas mais pequenas.

Para os monumentos maiores, ou seja, as grandes antas de corredor, são, geralmente, aceites datas dentro do IV milénio a.C., "embora muitas se tenham mantido em uso e outras aparentemente tenham sido erigidas já no III milénio" (Calado, 2006: 19).

O IV e III milénios a. C. representaram o momento de auge da arquitectura megalítica. São deste período os mais monumentais dólmenes, com grandes câmaras poligonais e longos corredores de acesso, de que é um dos mais extraordinários exemplos a Anta Grande do Zambujeiro.

Os espólios recolhidos incluem os característicos ídolos-placa – a que me reportarei adiante – de xisto ou arenito (em menor número), utensílios em pedra lascada, abundantes conjuntos cerâmicos e elementos de adorno.

Os *tholoi* são estruturas típicas do III milénio anterior à nossa era. Trata-se de construções com carácter funerário, tal como as antas, diferenciando-se destas pelo sistema construtivo empregue. Apresentam câmara constituída por lajes de pequenas

---

[4] CALADO, Manuel (2005) – **Standing stones and natural outcrops**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjan2005/text.html>, (19.09.09).

dimensões, cobertura de falsa cúpula e corredor. Exemplo desta tipologia arquitectónica é o *tholos* do Escoural, situado no concelho de Montemor-o-Novo.

No que concerne ao espólio é notória a enorme semelhança que existe com o das antas utilizadas neste período, o que parece indiciar uma certa coexistência de ambos os sistemas construtivos.

As placas de xisto, pequenas lajes rectangulares ou ovaladas e pouco espessas (normalmente em xisto, mais raramente em arenito), constituem um dos elementos mais distintivos da individualidade do megalitismo alentejano. Surgem, sobretudo, nos grandes sepulcros de corredor e são decoradas com incisões, formando associações de motivos muito variadas e raramente repetidas, transformando cada placa num objecto de arte absolutamente único.

Para além do Alentejo, onde o fenómeno é particularmente importante – Victor S. Gonçalves defende mesmo que "a região de Évora, em sentido lato, é (...) o centro de uma vasta área onde floresce o rito das placas de xisto gravadas e, muito provavelmente, o lugar que viu nascer e evoluir uma das mais extraordinárias e originais manifestações do sagrado da Pré-História do Ocidente peninsular" (Gonçalves, 2004: 62) –, podemos, por exemplo, encontrar placas de xisto decoradas, embora com menor frequência, a norte do rio Tejo e na zona de Huelva, no sul de Espanha.

Segundo o mesmo arqueólogo, estes elementos decorativos estão, na sua maioria, organizados, de cima para baixo, em campos. O superior "correspondendo a uma «Cabeça», separada, ou não, de um «Corpo» por elementos de diferenciação, ele próprio rematado, ou não, por uma área final que marca o extremo inferior da placa" (Gonçalves, 2004: 49).

Algumas das placas apresentam o limite recortado, de modo a reforçar o carácter antropomórfico. Outras ostentam representações de olhos, muito frequentemente com indicação da radiação, sendo normalmente denominadas de «Olhos de Sol». Eram produzidas para serem penduradas ao pescoço dos falecidos, pelo que geralmente exibem uma ou duas perfurações no topo, para suspensão.

Reconhecidas, desde o séc. XIX, como uma extraordinária manifestação artística relacionada com o mundo da morte, rapidamente se tornaram objecto de variadas especulações teóricas. Como refere Victor S. Gonçalves, "a que defendo (...) considera-as uma representação da Deusa Mãe, força de vida e, por isso mesmo, companhia dos mortos" (Gonçalves, 2004: 40).

Como notou Manuel Calado, as antas alentejanas raramente apresentam vestígios de pinturas ou gravuras, contrariamente ao que ocorre com alguma regularidade em áreas confinantes. A justificação para esta inexistência pode, segundo o autor, "relacionar-se com a presença das placas de xisto que, de certo modo, teriam funções rituais semelhantes às da arte megalítica" (Calado, 2006: 19).

Outro tipo de produção regional, esta bastante mais rara, é a de báculos de xisto. Trata-se de objectos, igualmente decorados, que parecem ter desempenhado um papel simbólico importante em termos de demonstração de poder. Não deixa de ser extremamente interessante a semelhança estética (e formal?) entre os actuais atributos de bispos e papas e estes objectos pré-históricos.

Sobre a arquitectura megalítica da Europa Ocidental, Chris Scarre considera-a fundamentada numa utilização fortemente aperfeiçoada de um tipo específico de matéria-prima e "longe de ser oportunista"[5].

Encara-a como uma clara opção por parte dos construtores e não como uma limitação técnica, aspecto revelador da postura destas comunidades perante os materiais que utilizavam.

As características morfológicas dos blocos indiciam, normalmente, a sua recolha em afloramentos. Ocasionalmente, os ortóstatos poderiam estar já tombados e desligados do afloramento por clivagem natural, embora, por norma, os blocos fossem separados da rocha-mãe aproveitando as linhas de fissura existentes.

Esta técnica, para além de relativamente simples, tinha a grande vantagem de permitir que as massas retiradas tivessem formas e dimensões muito próximas do ideal, necessitando de escasso ou nenhum trabalho de afeiçoamento de superfícies, bastando apenas integrá-las nas estruturas a erguer.

Ainda assim, as muitas dificuldades impostas pelo transporte e manuseamento deste tipo de material aconselham prudência relativamente às interpretações a construir, principalmente se elas se basearem na lei do menor esforço. Como refere C. Scarre, "é significativo que as gerações seguintes não tenham achado a arquitectura "megalítica" a forma mais fácil de construir"[6].

---

[5] SCARRE, Chris (2007) – **Monumentos de Pedra "Rude" e Pedras Troféu: A Relação com os Materiais nos Megalitos da Europa Ocidental**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textset2007/text13.html>, (22.07.09).

[6] Idem.

Se a maior parte das estruturas foram erguidas utilizando blocos recolhidos na envolvente próxima, alguns dos casos mais extraordinários envolvem elementos transportados de distâncias bastante superiores – entre 10 a 12 km no que se refere ao Grand Menhir Brisé (Le Roux, 1997), cerca de 30 km para os sarsens de Stonehenge e a rondar os 130 km para as pedras azuis de Stonehenge (Green, 1997). Os exemplos apresentados comprovam a importância particular atribuída pelos construtores de megálitos, durante o V e o IV milénios a.C., às pedras que utilizavam nas suas obras (Scarre, 2007).

A utilização de lajes não trabalhadas nos monumentos megalíticos foi a opção mais usual, registando-se, no entanto, vários exemplos em que os blocos foram afeiçoados e as suas superfícies ornamentadas.

Se o motivo para tal comportamento se prende com a importância do afloramento de origem ou com eventuais características particulares dos elementos pétreos, é complicado de destrinçar. Ainda assim, "a criação de padrões específicos ou contrastes de cor ou forma sugere que a aparência das pedras foi muito relevante mas estas qualidades visuais também teriam servido como pistas em relação ao seu local de origem"[7].

Muito provável é o facto de terem tido um significado especial, patente na forma como eram seleccionadas e incorporadas nas estruturas megalíticas. "Em certo sentido, todas elas podem ser consideradas como "pedras troféu", não apenas materiais de construção convenientes mas elementos do mundo natural ou cultural que se encontravam já dotados de significados e qualidades especiais"[8].

Como refere o mesmo autor, "os significados podem ser irrecuperáveis hoje em dia; mas a materialidade dos blocos megalíticos fornece provas para uma compreensão parcial desta tradição cultural tão difundida"[9].

No Alentejo Central, o território em análise, o granito é um elemento abundante, resistente e durável, e foi esse o material maioritariamente seleccionado pelos construtores de megálitos.

Para conseguir retirar os esteios dos afloramentos, introduziam, sempre que necessário, cunhas de madeira em fissuras na rocha que, depois de embebidos em água, se

---

[7] SCARRE, Chris (2007) – **Monumentos de Pedra "Rude" e Pedras Troféu: A Relação com os Materiais nos Megalitos da Europa Ocidental**, in *crookscape*, [em linha], <http://www.crookscape.org/textset2007/text13.html>, (22.07.09).

[8] Idem.

[9] Ibidem.

avolumavam, provocando dessa forma a desagregação do bloco pretendido. A prática descrita foi utilizada, na exploração de pedra, durante milénios, permanecendo até ao aparecimento dos explosivos.

O transporte destas massas pétreas, que, por vezes, ultrapassavam as dezenas de toneladas, por distâncias que, pontualmente, andariam na ordem de quilómetros, permanece, para o grande público, um tema com um carácter algo misterioso. É comummente aceite que essa tarefa seria realizada com recurso a troncos de árvores, sobre os quais rolavam os blocos, a cordas e alavancas.

Quanto ao modo de construção dos dólmenes de corredor, as técnicas empregues teriam que considerar um conjunto de factores que incluiriam, provavelmente entre outros, a dimensão do monumento, a tipologia a erguer e os materiais a utilizar (bem como a sua origem e o transporte).

Segundo Victor Gonçalves, as antas são compostas por:

"1 – uma estrutura tumular, o *tumulus* ou mamoa. Usada na construção do monumento, como rampa para arraste dos ortóstatos, é completada no sentido de recobrir totalmente o monumento, protegendo-o. Geralmente circular ou oval, é geralmente construída com terras e anéis de pedra, estes últimos destinados a evitar o escorregamento da terra e o descarnamento precoce do monumento. As dimensões variam muito, desde alguns poucos metros até cerca de 40;

2 – uma *câmara*, mais ou menos circular ou trapezoidal, dependendo a sua geometria definitiva da disposição dos seus componentes, as grandes pedras chamadas ortóstatos ou, em bom português, esteios. Sobre a câmara é colocada horizontalmente uma grande pedra de fecho, designada *chapéu*;

3 – na maioria dos casos, um *corredor*, sempre mais baixo do que a câmara, cujas dimensões variam em extremo. (...) O corredor era coberto por *tampas* monolíticas e pela estrutura tumular. No corredor podemos ainda encontrar dois tipos de estrutura: um pequeno átrio, na entrada exterior, e uma pequena área de passagem para a câmara, provavelmente, tal como a anterior, provida de uma porta" (Gonçalves, 1993: 248-249).

Sobre as questões relativas à antiguidade dos menires em relação aos dólmenes, Manuel Calado tem defendido a tese de que "os menires e, em particular, os grandes cromeleques dos arredores de Évora, seriam o verdadeiro inicio do fenómeno megalítico (numa data centrada no V milénio a. C.), anterior a todas ou, pelo menos, à maioria das sepulturas megalíticas" (Calado, 1997: 45).

O mesmo autor advoga a tese de uma separação entre megalitismo funerário e não funerário. Baseando-se na ideia de precedência dos menires no fenómeno megalítico regional, defende a possibilidade do megalitismo, como fenómeno simbólico, só tardiamente se ter transferido do "mundo dos vivos para o mundo dos mortos" (Calado, 2004: 262).

Ainda assim, mesmo sem provas definitivas, os menires parecem, desde os primórdios, filiar-se no culto dos antepassados, faltando, no entanto, estabelecer os modelos dessa relação.

A hipótese da edificação sincrónica dos dois tipos de megalitismo, não deve, para já, ser colocada de parte, particularmente se considerarmos as dúvidas que subsistem entre as etapas terminais de uns e outros. Contudo, geralmente, os dois tipos de monumentos aparentam ocupar espaços diversos, ainda que tenham coexistido nas mesmas paisagens (Calado, 2004).

A construção de antas em vez de menires, no Alentejo Central, pode ser encarada como uma mutação de paradigma no âmago da "cultura" megalítica. Se, como parece, não se ergueram novos menires, tal não significa que os que sobreviveram não mantivessem, presumivelmente, algum tipo de funcionalidade simbólica (Calado, 2004).

Como refere M. Calado, "os monumentos, em vez de representarem os antepassados, passam a conter os seus restos mortais; trata-se, de certo modo, da passagem de uma forma embrionária de escultura/estatuária para aquela que é, certamente, uma das mais antigas formas de arquitectura ritual" (Calado, 2004: 262).

Esta mudança deverá ter tido desenvolvimentos complexos. No entanto, é de supor um desenvolvimento a partir das pequenas sepulturas, em ferradura ou rectangulares/ trapezoidais, que aparentam, na sua maioria, serem anteriores aos sepulcros megalíticos com corredor, em estreita ligação com a experiência entretanto adquirida com a fundação de menires (Rocha, 1999; Calado, 2004).

1.3 – MODELOS SOBRE A UTILIZAÇÃO DOS MONUMENTOS

> "A paisagem, enquanto resultado da interacção homem-natureza, surge-nos hoje como um verdadeiro repositório de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos.
> É esta paisagem construída, trabalhada, conceptualizada, que ainda hoje nos acompanha pejada de simbolismos, códigos e significações, que procuramos decifrar com a actividade arqueológica, numa ânsia de criação/preservação da memória colectiva" (Mataloto, 2007: 123).

Em Portugal, como no resto da Europa, os monumentos megalíticos foram, recorrentemente, interpretados como altares de sacrifícios. Esta leitura, como outras, que consideravam as antas como habitações troglodítas, ou simples espeluncas de pastores, permanece até um momento bastante avançado do séc. XIX, posterior mesmo ao aparecimento da ciência arqueológica no nosso país. Com estes antecedentes, não é de estranhar que o megalitismo se revista, ainda hoje, de uma certa aura de mistério e misticismo, campo fértil para um conjunto bem variado de leituras.

Com a adição de elementos científicos proporcionados por um conjunto alargado de disciplinas, tais como, por exemplo, a Arqueologia, a Antropologia e a História, a origem e a função destes monumentos é, actualmente, bastante mais clara.

Mais clara é igualmente a sequência de utilização destes edifícios. Segundo Catarina Oliveira, "Na Idade do Bronze as antas foram interpretadas como monumentos funerários, tendo sido reutilizadas para enterramentos ocasionais" (Oliveira, 2001: 41).

Complementando esta ideia, Rui Mataloto explica que "começa a poder-se afirmar que teria sido principalmente dentro da primeira metade/meados do II milénio a.C. que estas comunidades da Idade do Bronze, com fortes ligações à realidade do "Bronze do Sudoeste", teriam ocupado de modo relativamente frequente, ou mesmo sistemático, antigos monumentos megalíticos do Alto Alentejo; no entanto, tal não seria impeditivo de que, em casos aparentemente menos numerosos, tal continuasse a suceder em momentos mais tardios" (Mataloto, 2007: 131-132).

Como refere Catarina Oliveira, são também conhecidas algumas violações e intrusões em monumentos megalíticos originárias do período romano, "confirmadas pela presença de cerâmicas" (Oliveira, 2001: 41).

Conforme a autora, na Idade Média as antas são reaproveitadas de dois modos bem diferentes, como abrigo temporário e como referência para a marcação de limites de propriedade e administrativos (Oliveira, 2001).

Este segundo propósito fica patente na carta de termos do Concelho de Montemor-o-Novo. Nesse documento, do séc. XVIII, "encontra-se registado o fenómeno, sugerido pela expressão "... ad Antaa...", designando o monumento ou o topónimo revelador da sua presença na propriedade" (cit. por Oliveira, 2001: 41). De acordo com a mesma autora, "esta utilização fundamenta-se no facto das antas representarem pela sua estrutura pétrea eficazes e duráveis pontos de referência" (ibidem).

Outro aspecto relevante na existência destes elementos, prende-se, como apontámos anteriormente, com as interpretações de carácter mágico-religioso, em contexto cristão. A atracção exercida sobre as populações era tanta, que o poder religioso vigente procurou veementemente controlá-la e mesmo bani-la. Essa intenção tornou-se evidente nas palavras do Bispo de Lamego que, no séc. XVI, retomando práticas de proibição deliberadas em época medieval, declarou: "defendemos e mandamos que com as procissões nam vam a outeiros, nem penedos, mas soomente aa igreja, ou hermida onde se faz do officio divino" (Cit. por Silva, 1993: 15).

Deste excerto podemos inferir que seria uma prática corrente as procissões deslocarem-se a locais associados ao imaginário devocional popular, incluindo-se entre eles as antas.

A explicação para a manutenção deste tipo de comportamentos, segundo António Carlos Silva (1993), teve a sua origem no final do Império Romano. Nesse período, o Cristianismo torna-se a religião oficial do Estado e foi nas cidades, fruto de uma predisposição das classes dirigentes, que a sua disseminação decorreu mais rapidamente.

No espaço rural, "onde se mantinham as tradições e os cultos pré-romanos, tolerados ou assimilados pelo pragmatismo político-religioso latino, o dogmatismo cristão penetrou com dificuldade e as sucessivas decisões dos concílios contra as velhas «superstições» do pagão (o paganus do latim, ou aquele que vive no campo) são provas das resistências enfrentadas pela nova religião oficial" (Silva, 1993: 15).

Segundo o mesmo autor, foram reprimidos os juramentos ao sol e à lua, as dádivas a pedras e árvores, e todas as tradições de origem pagã. Num segundo momento, a religião dominante, procurou integrar todas estas manifestações sob a sua égide (Silva, 1993).

António Carlos Silva refere o aparecimento de cruzes nas pedras sagradas, a proliferação das relíquias, a substituição das fadas das fontes e dos bosques por santos e a multiplicação das visões da Virgem Maria, "cuja imagem teima em aparecer

misteriosamente nas lapas ou nas grutas, próximo das fontes ou junto a determinadas árvores, substitui por certo antigas divindades como a grande «deusa-mãe»" (Silva, 1993: 15).

Da mesma forma, os ciclos festivos, anteriormente relacionados com a celebração pagã do solstício de Verão, passam, nesse período, a louvar São João e os outros santos populares (Silva, 1993).

As antas-capela são um exemplo sintomático dessa vontade de atribuir um cunho cristão a antigos cultos e tradições que, conservando o modelo, se vêem imiscuídos do carácter pagão.

Em Portugal, são vários os exemplos de cristianização de monumentos megalíticos, curiosamente com uma particular incidência no distrito de Évora – anta-capela de São Dinis (Pavia) e anta-capela de Nossa Senhora do Livramento (São Brissos), que utilizam a estrutura megalítica como parte integrante do templo; Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Estremoz) e Igreja de São Bento do Mato (Azaruja), neste caso não empregam o monumento como elemento estrutural, mas a proximidade a que se encontram destes sugere um relacionamento que ultrapassa a simples coincidência, entre outros exemplos –, originando um campo de trabalho que a arqueologia tarda em valorizar (Silva, 1993).

A transmutação de antas em templos é mais do que uma simples questão estrutural, "(...) não se trata, unicamente, da reutilização física do monumento pré-histórico mas da apropriação e revalorização de um espaço tradicionalmente palco de manifestações simbólicas" (Oliveira, Sarantopoulos e Balesteros, 2001: 287).

No que concerne às tradições e lendas que frequentemente rodeiam estas estruturas milenares, C. Oliveira (2001) refere que são inúmeras as crenças e costumes arrolados pelos etnólogos sobre o tema. Muitas delas incidem sobre o carácter mágico dos monumentos megalíticos em aspectos tão diversos como a fecundidade, a saúde, o amor e a felicidade.

Também existe uma panóplia alargada de seres associados a este fenómeno, não sendo rara a inclusão de mouros e mouras (normalmente encantadas), o diabo, a Virgem Maria, e mesmo animais como serpentes ou touros. Infelizmente, a referência, relativamente comum, a tesouros enterrados no interior dos monumentos, tem resultado na destruição de várias estruturas megalíticas (Oliveira, 2001).

Menos conspícuos, os menires foram geralmente excluídos deste tipo de cultos, embora existam excepções. Ainda assim, como refere Catarina Oliveira, antas e menires

"comportam-se como presenças evocativas na paisagem, lugares de memória e marcas temporais, capazes de fornecer ligações com o passado distante, essenciais para os habitantes estabelecerem uma identidade e legitimarem a posse da terra" (Oliveira, 2001: 47).

2 – A ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

> "Os espaços e os objectos sepulcrais são referentes privilegiados da memória. O critério que lhes assegura o privilégio é o de neles e com eles, estando-se vivo e presente, poder exorcizar-se a morte e a ausência permanentes. Mas é preciso, de qualquer modo, dizer aqui jaz, que descanse em paz, porque a palavra que anima o vivo reanimará o morto" (Pina, 2003 – Abordagem Semiótica de um Tema Arqueológico).

NOTA INTRODUTÓRIA

Os arredores de Évora, com particular evidência para a área a Oeste da cidade, representam uma das paisagens megalíticas mais distintas e excepcionais.

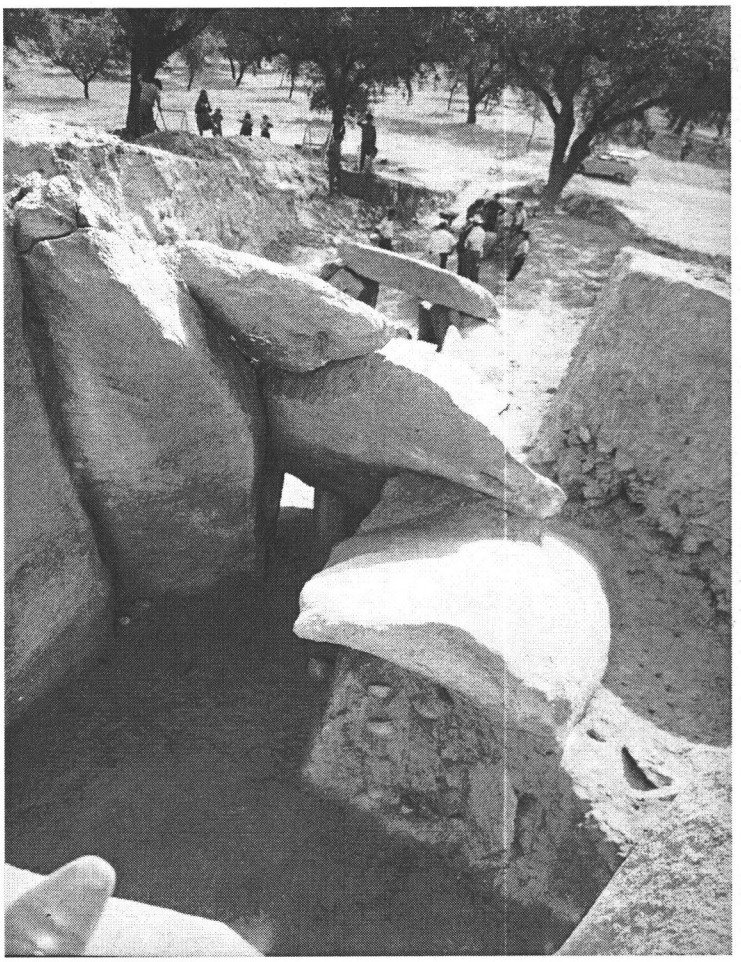
A abundância e a dimensão de alguns dos monumentos megalíticos eborenses devem-se, em primeiro lugar, ao posicionamento singular deste território, no que se refere à transitabilidade natural. Na verdade, é nesta região que se encontra o único ponto onde se juntam as bacias hidrográficas dos três grandes rios do Sul (Tejo, Sado e Guadiana).

A função estruturante nas redes viárias ancestrais, cumprida por cursos de água e linhas de festo, foi, muito provavelmente, um dos factores primordiais para a monumentalidade do megalitismo regional (Calado, Santos e Carvalho, 2008).

É precisamente na área anteriormente mencionada do território eborense que se integra a Anta Grande do Zambujeiro, o mais extraordinário monumento funerário megalítico em território nacional, e, praticamente, sem paralelo, à escala mundial, no que concerne à altura dos esteios que constituem a câmara. Estes, desde a sua base até ao topo, rondam os seis metros de altura, aos quais deveremos somar os cerca de dois metros cravados no solo.

Segundo Manuel Calado, na Europa, e dentro da mesma família, são múltiplos os monumentos megalíticos de carácter funerário que, em variados aspectos, excedem a Anta Grande. Por exemplo, no tocante à volumetria interior, existe a Cueva de Menga, em Antequera, localizada no Sul de Espanha. Em relação à volumetria exterior, existem, entre outros, Silbury Hill, no Sul de Inglaterra, Hill of Tara, na Irlanda, ou o Mont de St. Michel, no Morbihan (França). No que concerne à decoração, característica praticamente ausente no monumento em estudo, há que fazer referência a sítios como Gavrinis, igualmente no Morbihan (França), ou os do vale do Boyne (Newgrange, Knowth e Dowth), na Irlanda, com magníficos exemplares de gravuras, e também Dombate, na Galiza (Espanha), relativamente a pinturas (Calado, 2002).

IMAGEM 1:
CÂMARA FUNERÁRIA DA AGZ
APÓS A INTERVENÇÃO DE H. L. PINA
AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE:
ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME



Assim sendo, o que permite destacar a Anta Grande do Zambujeiro?

Na verdade, este monumento detém um conjunto de características que o tornam verdadeiramente único.

Em primeiro lugar, a altura dos seus esteios que fazem dela, utilizando as palavras de Manuel Calado, uma verdadeira "proto-catedral megalítica" (Calado, 2002: 4).

Entrar na câmara deste edifício e admirar a sua dimensão, é uma experiência a que ninguém consegue ficar indiferente.

Em segundo lugar, dentro do protótipo que, com algumas ressalvas, foi o mais utilizado na arquitectura dolménica ibérica, isto é, uma câmara com sete esteios, chapéu monolítico e corredor baixo, mais ou menos longo, a Anta Grande do Zambujeiro é, indubitavelmente, o exemplar mais admirável.

Por fim, provavelmente em substituição da arte megalítica, foi recolhido do seu interior um impressionante conjunto de placas e báculos de xisto, espólio seguramente ritual,

que se constitui, com algumas excepções em áreas circunvizinhas, como uma das principais especificidades da Cultura Megalítica Alentejana (Calado, 2002).

Estruturalmente, o monumento é constituído por um longo corredor, com cerca de 12 m de comprimento, 2 m de altura e 1,5 m de largura (Rodrigues e Nunes, 2006).

É ainda visível, na zona intermédia do corredor, um alinhamento das peças, colocadas ao longo da Galeria. A câmara apresenta sete esteios, mais uma pedra de fecho por cima da entrada da câmara, e a tampa, muito fracturada, que se encontra depositada, na vertente ocidental, sobre o que sobeja da excepcional mamoa (Rodrigues e Nunes, 2006).

O edifício está orientado a 105°, valor que coincide, genericamente, com a média regional (Hoskin e Calado, 1998).

Na envolvente próxima da Anta Grande, estão depositados dois misteriosos monólitos, em granito, de considerável dimensão. O primeiro deles, de formato paralelepipédico, está localizado à entrada do corredor; o segundo, localizado a Sudeste, apresenta, na face visível, um número considerável de covinhas.

Para Luís Raposo o local, para além da função funerária, teria sido utilizado igualmente como local de culto, baseando a sua teoria precisamente na existência do bloco granítico que o autor classifica como enorme estela-menir, coberta de covinhas (Raposo, 2003).

Em relação à composição do granito, J. Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes referem que os blocos que constituem o monumento são de natureza granítica, "de grão médio a grosseiro, excepto um que apresenta grão muito grosseiro porfiróide, feldspático" (Rodrigues e Nunes, 2006: 24).

No que concerne à origem dos blocos, os mesmos autores, referem que na área e, mais concretamente, na envolvente da anta, existem duas pedreiras donde é possível retirar blocos graníticos, macroscopicamente idênticos aos que constituem o monumento (Rodrigues e Nunes, 2006).

De acordo com J. Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, a peça de granito porfiróide, única no conjunto do monumento, parece provir da envolvente do Monte do Freixial, situado a cerca de 7Km, onde foi possível encontrar rochas graníticas de semelhante composição (Rodrigues e Nunes, 2006).

Na altura da descoberta, em 1964, a câmara funerária encontrava-se completamente envolvida pela mamoa, constituindo uma impressionante colina artificial com cerca de 50m de diâmetro, aflorando à superfície apenas os limites superiores dos esteios. Destaca-se, igualmente, o facto de, na altura da descoberta, este monumento se

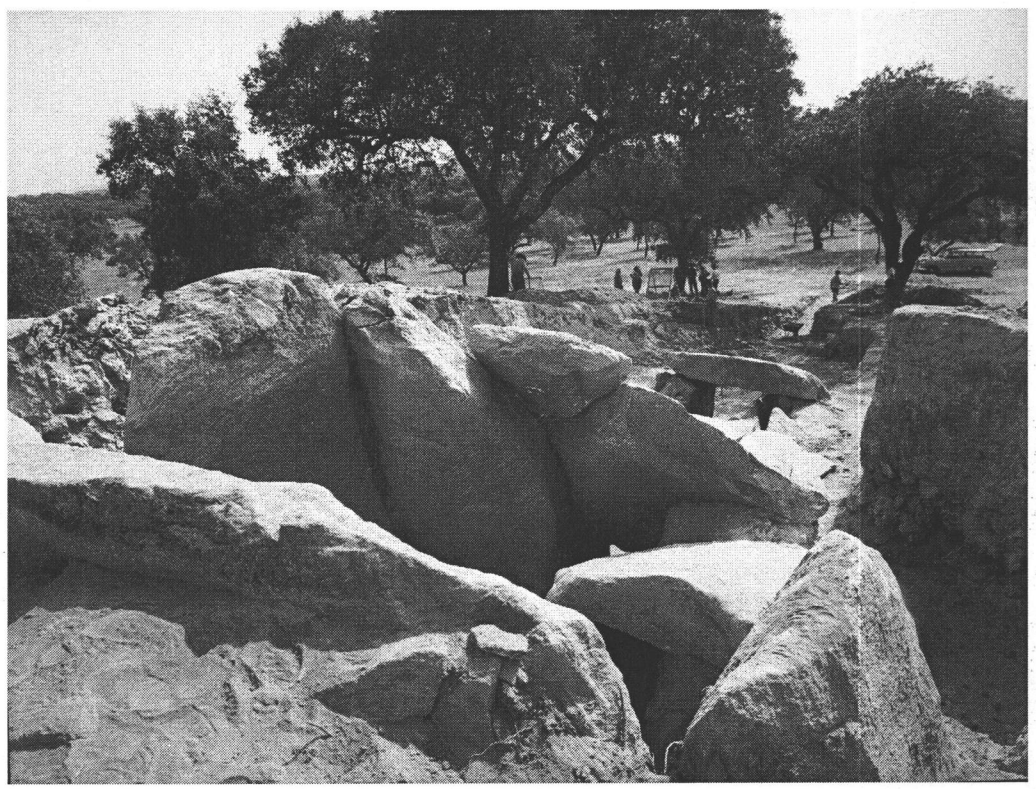
encontrar selado. Do seu interior foi retirado um abundante espólio, de que se salientam objectos rituais e de adorno, actualmente à guarda do Museu de Évora.

Hoje em dia, o monumento continua o seu processo de degradação em ritmo cada vez mais acelerado, sem dúvida a pagar a pesada factura do tempo, para além do resultado das intervenções realizadas nos anos sessenta do século passado.

Nessa altura foi-lhe retirada grande parte da mamoa, reduzindo de forma drástica a estabilidade estrutural e iniciando um processo de rápida erosão do tumulus. Para tentar contrariar esta situação, no princípio dos anos oitenta do século XX, foi necessário recorrer a medidas provisórias, de minimização de impactos, nomeadamente a construção de uma cobertura metálica e a estabilização de alguns pontos mais sensíveis da estrutura granítica.

Resta acrescentar que estamos perante um elemento patrimonial classificado como Monumento Nacional (Decreto N. 516/71, de 22/11), o que apenas reforça a necessidade imperiosa de se envidarem todos os esforços no sentido de recuperar condignamente tão importante estrutura.

IMAGEM 2: ASPECTO GERAL DA CÂMARA E CORREDOR DA AGZ APÓS A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA DE H. L. PINA



AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

2.1 – Integração na envolvente paisagística: Geologia; Orohidrografia e Pedologia

Como refere Pedro Alvim, o território do Alentejo Central corresponde, grosso modo, ao Distrito de Évora, sendo que a capital se encontra localizada, aproximadamente, no centro da região, desempenhando, desde o período romano, pelo menos, um papel preponderante na articulação deste espaço (Alvim, 2006).

"Geomorfologicamente, corresponde a porção do limite ocidental do Maciço Antigo, na Zona Ossa-Morena, incluindo a franja de contacto das bacias detríticas do baixo Tejo e Sado já pertencentes à Zona Sul-Portuguesa" (Alvim, 2006: 23).

Na metade oriental, este território é trespassado pela falha da Messejana, sendo esta a maior ocorrência tectónica do Alentejo, que ocorre de Nordeste para Sudoeste. No que concerne ao substrato rochoso, este é, na sua maioria, constituído por material pétreo de origem plutónica e metamórfica.

O Alentejo Central encontra-se circunscrito por três acidentes orográficos: a Serra d´Ossa, cujo ponto mais alto atinge os 653m de altitude (S. Gens), localizada a Nordeste e próxima do limite regional, a Serra de Portel, igualmente conhecida como Mendro, a Sudeste, e a Serra de Monfurado, situada entre Évora e Montemor-o-Novo, a Oeste. Monfurado tem ainda a particularidade de representar o último relevo, a ocidente, antes das serranias do litoral centro/sul do território nacional, nomeadamente, as serras da Arrábida, de Sintra e a crista do Maciço Calcário da Estremadura (Alvim, 2006).

Estes três acidentes orográficos têm por base rochas metamórficas, ao contrário do que sucede na peneplanície envolvente, constituída, principalmente, por rochas plutónicas. (Alvim, 2006).

Hidrograficamente, o território em análise é drenado pelos três maiores rios do Sul do país, o Tejo, o Sado e o Guadiana, estando o ponto de confluência das respectivas bacias hidrográficas localizado a ocidente da cidade de Évora (Alvim, 2006).

"As rochas metamórficas têm a maior representação através de xistos, gnaisses, grauvaques e anfibolitos; os xistos e grauvaques são responsáveis pelas zonas de relevo mais acidentado e pelos relevos mais expressivos (Serra de Ossa e Serra de Portel). Regra geral, os terrenos neste tipo de substrato têm pouca ou nenhuma aptidão agrícola (classes D e E)" (Alvim, 2006: 26).

Facto relevante, no que concerne à sua utilização como material de base para produzir objectos de pedra polida na pré-história, é a existência de anfibolito, que surge, analogamente, em áreas onde dominam as rochas plutónicas e metamórficas,

desenvolvendo-se em espaços alongados e estreitos, por norma, dificilmente detectáveis (Alvim, 2006).

As rochas plutónicas correspondem às zonas pouco acidentadas. Os gabros e dioritos, usualmente circunscritos a pequenos espaços, costumam formar elevações de relativa evidência, rompendo a monotonia das manchas alongadas de rochas granitóides. Entre estas, é possível encontrar granitos, tonalitos ou quartzodioritos, e os granodioritos.

As zonas onde predominam as rochas plutónicas caracterizam-se pela moderada aptidão agrícola, incluindo-se nas classes B e C. A ressalva vai para as áreas de granito mais acidentadas, classes D e E, onde escasseia o potencial agrícola, e que dão origem à característica paisagem de peneplanície centro-alentejana, pontualmente interrompida por afloramentos, destacando-se os protagonizados pelas rochas granitóides (Alvim, 2006).

As rochas carbonatadas, através de calcários cristalinos, predominam no Maciço Calcário de Estremoz, localizando-se entre Vila Viçosa e Cano, a Nordeste da Serra d`Ossa.

Em relação ao sílex, material que é possível encontrar amiúde em contextos neolíticos, desconhecem-se jazidas deste elemento no Alentejo Central. Ainda assim, é possível encontrar esta matéria-prima, em configuração de seixos rolados, no Vale do Guadiana, se bem que a sua expressividade seja diminuta. Os investigadores têm adoptado a teoria de que este produto tenha provindo, na sua maioria, das áreas litorais, nomeadamente da Serra da Arrábida e/ou do Maciço Calcário da Estremadura (Alvim, 2006).

O Concelho de Évora, como já referi, localiza-se em posição relativamente central no Alentejo. Em termos biofísicos, manifesta especificidades que se podem considerar como equilibradas, comparativamente à restante região, "afastando-se das situações "extremas" que se verificam a nascente (ao longo da fronteira e vale do Guadiana), a poente (junto à costa), a norte (na transição para o Ribatejo e Beira Baixa) e a Sul (na ligação à serra do Algarve)" (PDM Évora, 2007: 75).

Em termos biofísicos, pode destacar-se o seguinte:

- O concelho de Évora aproxima-se das características climáticas gerais do Sul do país, com pronunciados contornos mediterrânicos. A precipitação concentra-se em 5 ou 6 meses de Outono e Inverno, representando o final da Primavera e o Verão períodos quase sem chuvas. Existe um carácter algo incerto entre anos secos e chuvosos, verificando-se, por vezes, a ocorrência de fortes chuvadas no início do Outono, criando condições favoráveis à erosão do solo (PDM Évora, 2007).

- A precipitação média anual no concelho ronda os 675 mm, o que equivale a um valor intermédio no interior do Alentejo, registando-se precipitações superiores a 900mm na Serra de Monfurado e inferiores a 500 mm em grande porção do vale do Guadiana (PDM Évora, 2007).

- Exceptuando a faixa litoral, verificam-se importantes amplitudes térmicas, anuais e diárias, no Alentejo. Esta é uma faceta de clima continental que o território eborense também respeita, ainda que com valores um pouco inferiores aos registados próximo à fronteira (PDM Évora, 2007).

- No que respeita aos valores de insolação, elevados em todo o Alentejo, "são no concelho superiores a 2 950 horas anuais, aumentando naturalmente de poente para nascente (superior a 3 000 horas para Este do limite do concelho). Em termos de conforto bioclimático, a situação de Évora segue o panorama geral da região, embora, uma vez mais, não apresentando condições extremas: de Novembro a Março dominam as necessidades de radiação para restabelecer as condições de conforto (frio que continua a fazer-se sentir durante a noite em quase todo o resto do ano, mesmo no verão); de Junho a Setembro, entre o nascer e o pôr-do-sol, domina a situação de conforto ao ar livre e à sombra, com excepção das horas a meio do dia, muito quentes e secas" (PDM Évora, 2007: 75-76).

- Em termos do relevo, Évora encontra-se no "centro de distribuição correspondente à junção das três principais bacias hidrográficas do Alentejo – Tejo, Sado e Guadiana" (PDM Évora, 2007: 76). Ainda assim, a altimetria imperante no concelho é relativamente reduzida, "variando entre os 200 e os 400 metros (inferior aos 200 metros no encaixe dos rios Degebe e Xarrama, superior aos 400 metros na serra de Monfurado) (PDM Évora, 2007: 76).

- Os níveis referidos são os característicos da peneplanície alentejana, seguindo-se-lhes, em sentido descendente, "os da bacia sedimentar do Tejo e Sado até ao oceano ou, para o interior e ainda no maciço antigo, os vales encaixados das principais linhas de água (de que se destaca o Guadiana, a cerca de 80 – 100 metros abaixo do nível geral envolvente)" (PDM Évora, 2007: 76). Acima dos 400 metros, em contraste com a vasta peneplanície, são de relevar alguns acidentes de relativa importância no Alentejo, encontrando-se entre eles, as serras d´Ossa, Portel, São Mamede, Grândola, Cercal, entre outros, estando parcialmente representados no concelho de Évora pela serra de Monfurado (PDM Évora, 2007).

- "Ao contrário do que se passa na bacia sedimentar do Tejo e Sado, em que os fundos aluviais têm uma dimensão significativa, no concelho de Évora e no resto do maciço antigo, a sua presença é frequente mas de reduzida dimensão. À semelhança do que se passa em extensas superfícies alentejanas, tanto a zona poente do concelho (início da Serra de Monfurado) como a zona que acompanha o rio Degebe para Sul de N.ª Sr.ª de Machede apresentam um relevo mais vigoroso, sem grandes diferenças de nível mas fortemente acidentadas, em contraste com o restante território que é plano ou levemente ondulado.

- Relativamente à geologia o concelho de Évora é constituído fundamentalmente por rochas ígneas e metamórficas afectadas pela orogenia hercínica. Afloram também alguns depósitos sedimentares do Terciário, embora sem grande expressão geográfica. Em termos de recursos minerais metálicos, o concelho não tem qualquer exploração activa. No que diz respeito aos recursos minerais não metálicos, as principais explorações no concelho são pedreiras que extraem rochas ornamentais e industriais (a extracção de materiais industriais representa cerca de 99% do total explorado).

- Existe grande potencial extractivo, com especial incidência nos afloramentos de tonalitos e granodioritos, apesar de não ter qualquer comparação com o muito maior interesse económico do principal centro de exploração de rochas ornamentais do Alentejo, o maciço calcário de Borba – Estremoz – Vila Viçosa" (PDM Évora, 2007: 76).

- Quanto ao solo, o concelho de Évora apresenta uma relativa diversidade, apresentando uma estreita ligação às diferentes situações de relevo. Quando comparado com outros concelhos do distrito, "verifica-se um mosaico nitidamente mais apertado de manchas com fertilidade muito baixa (litossolos, solos litólicos, solos mediterrâneos em fases delgadas), outras com fertilidade baixa a mediana (solos mediterrâneos sem especiais problemas de erosão), bem como alguns fundos aluviais com fertilidade elevada" (PDM Évora, 2007: 77).

- No que se refere à ocupação do solo, o território de Évora não apresenta grandes especificidades. Neste caso, "dominam os sistemas de sequeiro, por vezes com árvores dispersas, seguindo-se-lhe os montados de sobro, de azinho e mistos; em conjunto, estes sistemas ocupam cerca de 80% da área do concelho" (PDM Évora, 2007: 78). Ocupando áreas menos significativas, ainda que denotando significado económico crescente, são de destacar as vinhas e os sistemas agrícolas de regadio (PDM Évora, 2007).

- "Quanto a valores presentes de flora e vegetação, o panorama do concelho não se destaca em termos regionais, sendo de assinalar como tendo especial interesse para a conservação diversos habitats nos ecossistemas ribeirinhos, os montados e matos termófilos.

- O concelho de Évora apresenta um património avifaunístico com um elevado interesse, sendo possível reconhecer um conjunto de biótopos particularmente importantes para a conservação de espécies prioritárias e/ou com interesse sinecológico, o que justifica a adopção de medidas que visem salvaguardar os respectivos valores avifaunísticos. As áreas mais significativas para a conservação são grande parte dos montados, áreas de estepe cerealífera, locais de parada nupcial das abetardas, algumas albufeiras e açudes e troços de galeria ripícola em bom estado" (PDM Évora, 2007: 78).

Sobre a flora existente na paisagem a Oeste de Évora, Carlos J. Pinto Gomes oferece algumas pistas. Como aponta o autor, a flora e a vegetação deste território resultam de múltiplos aspectos. A sua génese parece residir no Miocénico. Nesta fase, a Europa e África voltaram-se a unificar, obstruindo o estreito de Gibraltar, passando o Mediterrâneo a ser um mar interior que esteve próximo de secar no período Mesiniense (Gomes, 1997).

É nestes momentos de inconstância entre períodos de estio acentuado e de fortes enchentes, com consequências marcantes no tocante ao desenvolvimento da flora, que aparecem os carvalhos perenifólios e esclerofíticos como a azinheira (Quercus rotundifolia), sobreiro (Quercus suber), carrasco (Quercus coccifera), entre outros. Verifica-se, igualmente, a "emigração de algumas plantas centro-europeias, sobretudo de zonas baixas, através da via migratória Itália – África – Península Ibérica. Assim, as superfícies peninsulares enriquecem-se com elementos "estepários" termófilos e boreais, algumas das quais se mantêm acantonadas em pequenas serras do território" (Gomes, 1997: 9).

No Pliocénico, sensivelmente há oito milhões de anos, o estreito volta-se a desobstruir o que provoca a disjunção final entre África e a Península Ibérica. Nesta fase aumenta a aridez, o que vai beneficiar as espécies terofíticas de ciclo curto, evento que facultou o isolamento da flora peninsular e a sua consequente especiação gradual (Gomes, 1997).

Alvo de contínuos avanços e recuos, causados pelas oscilações climatéricas, durante os períodos glaciares, a flora pliocénica sofreu baixas irrecuperáveis, estabilizando apenas na última glaciação, quando o clima estabiliza com as características actuais (Gomes, 1997).

Estes bosques expandem-se no decorrer de milénios até que a paisagem começa a ser dominada pelo Homem.

"Porém, nos locais mais declivosos e menos acessíveis, onde a agricultura e a pastorícia não se fizeram sentir, é ainda possível observar, muito pontualmente, pequenos bosquetes esclerófilos e sempervirens, mais ou menos cerrados, reliquiais das florestas climácicas, normalmente associados a afloramentos rochosos, com uma estrutura e composição florística muito semelhante às formações de antanho" (Gomes, 1997: 10).

No que concerne à Anta Grande, esta localiza-se nas imediações da aldeia de Valverde, a cerca de 8Km da cidade de Évora.

Em termos morfológicos, a paisagem que rodeia o monumento é bastante plana, ainda que a anta se situe numa elevação pouco acentuada, de pendente muito suave, na margem direita de uma linha de água aí existente. A vegetação existente é algo dispersa, sendo constituída fundamentalmente por azinheiras, algumas de dimensão considerável. A flora de sub-bosque é escassa, sobressaindo as gramíneas e o mato (Rodrigues e Nunes, 2006).

2.2 – A DESCOBERTA DO MONUMENTO

A história da Anta Grande do Zambujeiro recomeça em Março de 1964, mais precisamente, e segundo Henrique Leonor Pina, no dia 24 ou 25 desse mês[10].

Nesse dia chuvoso, de inícios de Primavera, o arqueólogo efectuava trabalhos de consolidação na Anta do Barrocal que, devido às chuvas intensas, corria o risco de colapsar.

É neste contexto que surge o Sr. António Rebocho, guarda da Mitra, a oferecer-se para conduzir Leonor Pina a um conjunto de sítios com potencial arqueológico.

A primeira paragem foi num sítio conhecido na microtoponímia local como "Cabeço da Anta". Leonor Pina conta o episódio da maneira que se reproduz:

"Eu, quando cheguei lá, fiquei com os olhos em bico. Passámos a ribeirinha de Valverde, subimos, fomos ver aquilo, depois viemos atrás, ver a entradinha. Aqui está uma Anta, sim, mas tem... dez metros de altura!"[11].

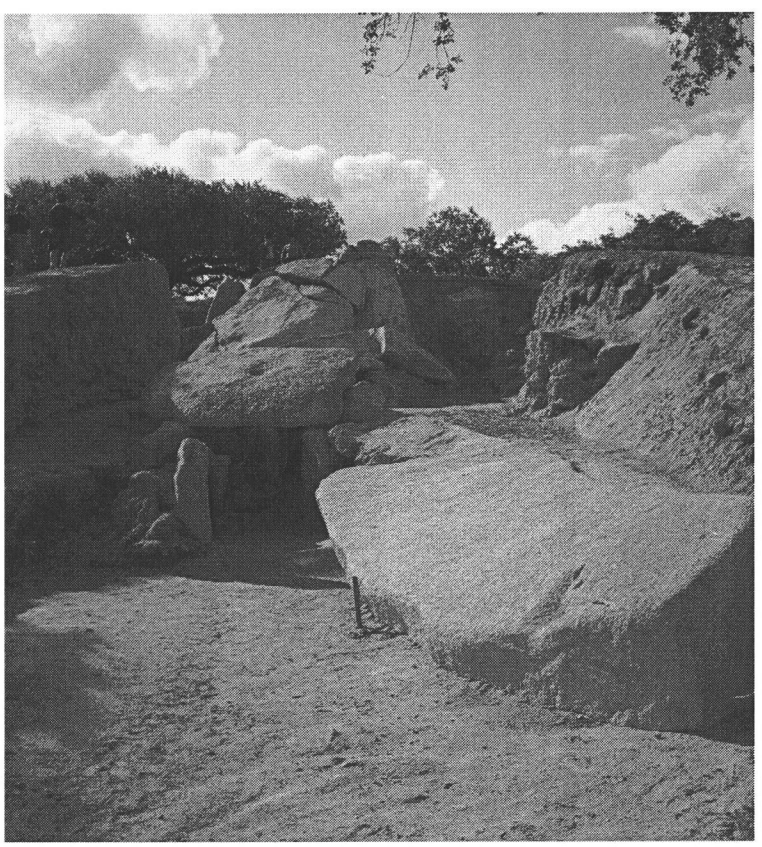


IMAGEM 3:
VISTA GERAL DO MONUMENTO
APÓS A INTERVENÇÃO DE H. L. PINA
AUTOR: MARCOLINO SILVA
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

[10] PINA, Henrique Leonor, Arqueólogo – **A Anta Grande do Zambujeiro na memória do arqueólogo Henrique Leonor Pina**, in *CENACULO, Boletim on line do Museu de Évora*, [em linha], <http://boletimevora.googlepages.comhttp://boletimevora.googlepages.com>, (19.09.09).

[11] Idem.

Curiosamente, depois de deixarem a Anta Grande do Zambujeiro, o arqueólogo e o seu guia seguiram em direcção à aldeia de Nossa Senhora de Guadalupe, mais concretamente, à Herdade dos Almendres, onde, num cabeço destacado, baptizado pela sabedoria popular de "Alto das Talhas" (Pina, 1971), identificaram o Cromeleque dos Almendres. Os resultados destas visitas transformaram aquele dia numa data verdadeiramente memorável para a arqueologia portuguesa.

No entanto, a versão dos acontecimentos que resumimos atrás, e que resulta de uma entrevista que Henrique Leonor Pina deu ao boletim online do Museu de Évora "Cenáculo", não é a única a que tivemos acesso.

Segundo Rui Parreira, o factor que esteve na base da descoberta do monumento foi a circunstância de um grupo de trabalhadores terem feito explodir aquilo que consideravam um afloramento granítico. Como refere o arqueólogo, "quando a pedra partiu, os homens entreviram por baixo dela um espaço oco, e por ali entraram, recolhendo cerâmicas e placas de xisto decoradas" (Parreira, 1996: 1).

De acordo com o mesmo autor, ao tomar conhecimento da descoberta, José Augusto Machado logo a comunicou a Henrique Leonor Pina, com quem já realizara trabalhos em escavações na região. Com o apoio da Junta Distrital de Évora, principiou-se a investigação do maior monumento megalítico em território nacional, num conjunto de campanhas arqueológicas que haveriam de se estender entre os anos de 1965 e 1969 (Parreira, 1996).

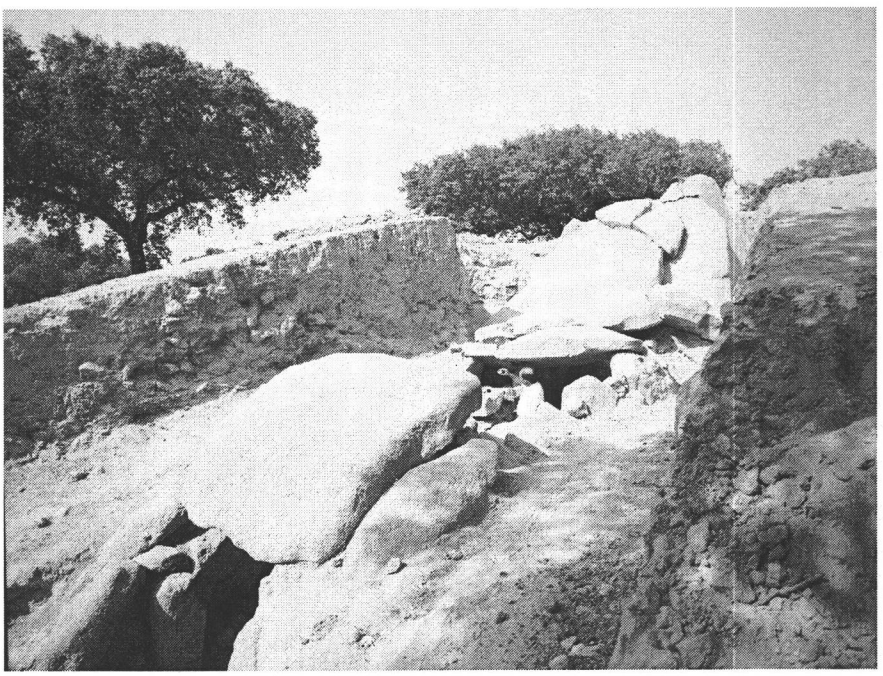
2.3 – AS CAMPANHAS ARQUEOLÓGICAS DE HENRIQUE LEONOR PINA

Como já foi referido, as escavações da Anta Grande do Zambujeiro decorreram, sob a orientação de Henrique Leonor Pina, de 1965 a 1969. As campanhas duravam três semanas em cada ano, no Verão, aproveitando o período de férias do arqueólogo.

Curiosamente, nessa fase já devia existir um conjunto de materiais recuperados da Anta Grande, uma vez que existe uma carta, datada de Outubro de 1964, remetida pela Associação dos Arqueólogos Portugueses para o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (Ministério da Educação Nacional), a solicitar a realização de um reconhecimento do espólio arqueológico originário da Anta do Monte do Zambujeiro "que se encontra desmantelada". Os autores de tal estudo seriam o Tenente-coronel Afonso do Paço, a Dr.ª Vera Leisner e o Dr. José Fernandes Ventura (Anexo 1, doc. 2).

De acordo com Leonor Pina, o projecto partiu de uma vontade pessoal e foi apoiado pela Junta Distrital, que requisitava o equipamento à Junta Autónoma de Estradas e assumia as despesas relacionadas com o pagamento dos trabalhadores rurais adstritos ao trabalho[12].

IMAGEM 4: VISTA GERAL DA AGZ DURANTE A INTERVENÇÃO DE H. L. PINA
AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME



[12] PINA, Henrique Leonor, Arqueólogo – **A Anta Grande do Zambujeiro na memória do arqueólogo Henrique Leonor Pina**, in *CENACULO, Boletim on line do Museu de Évora*, [em linha], <http://boletimevora.googlepages.comhttp://boletimevora.googlepages.com>, (19.09.09).

Segundo o que me foi dado perceber pela leitura da entrevista citada, resumem-se, em seguida, as acções produzidas em cada uma das campanhas:

1965 – Neste ano procedeu-se à limpeza da extensa área a intervencionar. Conforme explica, H. Leonor Pina debateu-se com escassez de tempo, tendo, por isso, requisitado uma máquina para remover a terra, nomeadamente a camada superior que tinha sido lavrada, e onde havia muito mato. Foram realizadas sondagens, embora sem resultados.

Só depois desses primeiros trabalhos é que começa a surgir o chapéu. Antes disso, apenas eram visíveis algumas das pontas dos esteios.

Imediatamente abaixo desse nível, começaram a aparecer elementos que o arqueólogo atribuiu à Idade do Ferro, bem como um fragmento de vidro fenício que considerou, provavelmente, resultante de trocas comerciais.

1966 – Nessa campanha começou a antever a possibilidade de entrar no corredor. Utilizando uma expressão de Leonor Pina, "tiraram-lhe o miolo", porque, segundo o arqueólogo, uma parcela do topo era de escorrimento de águas, tornando-a, sobretudo, um combinado de areias lavadas, numa camada a rondar os trinta centímetros.

1967; 1968 e 1969 – De 1967 em diante, não foi mais possível estabelecer uma divisão temporal clara para as actividades arqueológicas, pelo que optei por condensar as informações disponíveis.

No terceiro ano, a escavação desenvolveu-se lentamente no corredor. Segundo Leonor Pina, um dos primeiros artefactos recolhidos foi uma lâmina de bronze, descoberta sobre as lajes de cobertura do corredor.

O corredor, de acordo com o arqueólogo, estava dividido em dois. Uma parte encontrava-se totalmente obstruída pelo lado Sul, devido a um desabamento, revelando um conjunto muito reduzido de materiais.

Chegando próximo da denominada pedra padieira, tornou-se difícil prosseguir os trabalhos, pois existia o risco da equipa ficar soterrada.

Em relação ao chapéu, Leonor Pina afiança que já se encontrava partido, tendo sido apenas deslocado para fora da área da câmara, por receio de queda.

Os esteios foram levantados e escorados, através da introdução de varas de aço, habitualmente utilizadas nas pedreiras para colocar dinamite.

No que concerne à eventual dinamitação do chapéu, o arqueólogo é peremptório na sua negação. O excerto da entrevista que se segue atesta-o:

"Não, não, ninguém dinamitou. Havia uma pedreira da GRAEL ao lado, e havia um senhor que já faleceu, o Francisco Mendes, que dirigia o corte das pedras, era canteiro

de profissão. Então, ele foi lá com um guincho mecânico, e com outros dois manuais e fizemos as movimentações das pedras"[13].

IMAGEM 5: TAMPA DA AGZ APÓS A SUA REMOÇÃO POR H. L. PINA
AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

Prosseguindo a sua explicação, Leonor Pina afirmou que a tampa já estava fragmentada e abateu, o que, na sua opinião, poderia ter sido provocado por um forte abalo sísmico.
Em determinado momento, que a entrevista não clarifica, um dos esteios, o quarto, colapsou para o interior.
Antes de proceder aos trabalhos de levantamento, o arqueólogo decidiu escavar a base do esteio, que estava quebrado, e deparou-se com um alvéolo de implantação de cerca de dois metros de profundidade, constituído por brita e areia.
Foi ainda realizada outra intervenção que teve como alvo a denominada pedra padieira[14].

[13] PINA, Henrique Leonor, Arqueólogo – **A Anta Grande do Zambujeiro na memória do arqueólogo Henrique Leonor Pina**, in *CENACULO, Boletim on line do Museu de Évora*, [em linha], <http://boletimevora.googlepages.comhttp://boletimevora.googlepages.com>, (19.09.09).

[14] idem.

Dataram dessa fase de intervenções na Anta Grande aqueles que podem ser considerados os primeiros trabalhos de restauro. Segundo Rui Parreira, para as operações referidas atrás, foram utilizadas "técnicas muito simples e correntemente usadas nas pedreiras da região, usando macacos, toros de madeira e brocas de aço. Assim se reergueram «colaram» os esteios C1 e C2 e se recolocou a laje padieira no seu primitivo lugar, em acções que hoje classificaríamos de verdadeira «arqueologia experimental»" (Parreira, 1996: 1).

Um ano após o término dos trabalhos arqueológicos, o estado do monumento já não seria o melhor. A comprová-lo temos a carta que H. L. Pina escreveu ao Presidente da Subsecção de Arqueologia da Junta Nacional de Educação – Ministério da Educação Nacional. Nela se pedia autorização, com carácter urgente, "para proceder a trabalhos de conservação na Anta Grande do Zambujeiro de Valverde" (Anexo 1, doc. 01). Este documento deu entrada na Junta Nacional da Educação em 14/10/1970 e na Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, em 16/10/1970.

Em resposta, com data de 21/10/1970 e assinada por Mário Fonseca, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes considera que para uma correcta apreciação do pedido "parece que deverá solicitar-se o plano dos trabalhos que o interessado se propõe efectuar na Anta Grande do Zambujeiro de Valverde" (Anexo 1, doc. 02). Relativamente a esta informação, existem dois despachos, datados de 22/10/1070, onde se escreve "Concordo", com assinaturas ilegíveis.

Em 23/10/1970, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes oficiou Henrique Leonor Pina a solicitar o plano de trabalhos. O Ofício foi assinado (nome ilegível) pelo Inspector Superior das Belas-Artes, verificando-se que esta rubrica é igual a uma das que assinavam o despacho "Concordo" anteriormente referido (Anexo 1, doc. 03).

Em resposta ao ofício, em 27/10/1970, Henrique Leonor Pina remete o plano de trabalhos a realizar. Este consistia de:

"1) Consolidação dos esteios e pedras de cobertura do corredor do monumento;

2) Reunião das partes da pedra de cobertura da anta e sua ligação sólida sobre o monumento;

3) Trabalhos de protecção contra a arenização dos megálitos da construção;

4) Consolidação da parte aberta da mamoa e do seu perímetro;

5) Melhoramento dos acessos e local de estacionamento para visitantes" (Anexo 1, doc. 04).

O documento deu entrada na Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, em 28/10/1970.

A Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 29/10/1970, refere que face ao pretendido se deve submeter o assunto à apreciação da Junta Nacional da Educação.

Sobre esta Informação existem dois carimbos, sendo que um deles, de 29/10/1970, designa como Relator o Dr. Farinha dos Santos. Existe ainda um despacho a dizer "Concordo", de 29/10/1970, com assinatura ilegível (Anexo 1, doc. 05).

Noutro documento, de 11/11/1970, surge o parecer do Vogal Relator (Manuel Farinha dos Santos). Nele referiu que, apesar de considerar importante o trabalho proposto por Henrique Leonor Pina, este deve ser antecedido pela Classificação como Monumento Nacional. Por outro lado considerou que o plano apresentado devia ser reformulado pois "o mesmo arqueólogo apenas apresentou uma simples, ainda que valiosa, relação dos trabalhos a executar nessa anta e não a forma como tal conservação vai ser efectuada" (Anexo 1, docs. 06 e 07).

Nesse parecer existem dois carimbos. Num deles aparece "Aprovado em sessão da 1ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional da Educação. 11 de Dezembro de 1970. O Presidente:" assinatura ilegível. O segundo é do Ministério da Educação Nacional, Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, L.º JN9, N.º 1(54), Fls..., Em 15 de Dezembro de 1970.

Existe ainda um despacho de "Homologo" de 15.X.70, com assinatura ilegível (Anexo 1, docs. 06 e 07).

As intervenções de Henrique Leonor Pina na Anta Grande do Zambujeiro representaram o seu último grande trabalho de campo. Na sequência da intervenção, tornou-se fiel depositário do espólio exumado do monumento até 1988. Nesse ano, os materiais foram transferidos para os Serviços de Arqueologia do Sul para, pouco tempo depois, serem deslocados para o Museu de Évora, onde ainda hoje se encontram. De referir que algum desse espólio está, actualmente, a ser estudado, nomeadamente as placas de xisto, por Victor S. Gonçalves, e um conjunto de materiais líticos por Leonor Rocha (Leonor Rocha, informação pessoal).

Para além do que refere H. Leonor Pina, pouco mais conseguimos apurar sobre os resultados da escavação do monumento. Ainda assim, foi possível compreender que foram identificadas duas fases de ocupação, "nitidamente separadas por um esteio caído

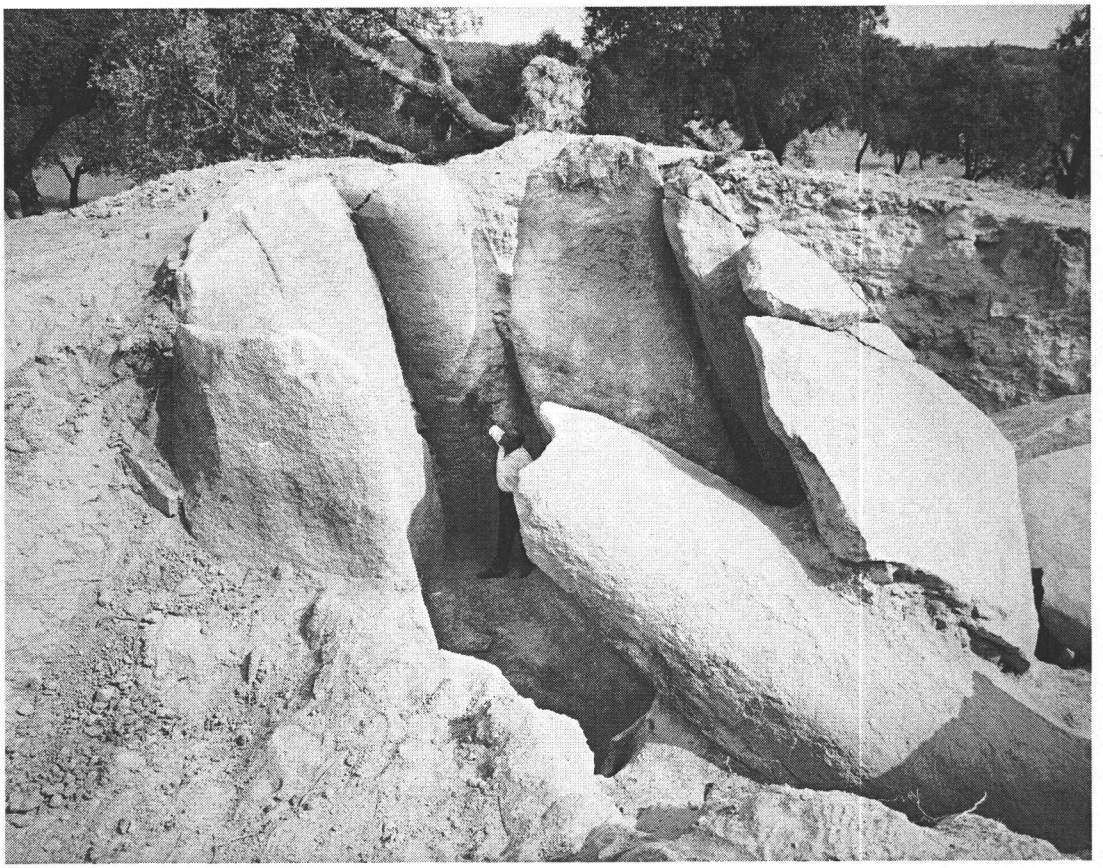


IMAGEM 6: CÂMARA FUNERÁRIA DA AGZ APÓS A INTERVENÇÃO DE H. L. PINA
AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

para o interior (hoje reconstruído), à fase mais antiga pertencendo (nesse sector do monumento) micrólitos, um machado e contas de pedra verde, enquanto cerâmicas, pontas de seta e ídolos-placa de xisto correspondem ali à fase mais recente" (Património Arqueológico no Perímetro Escoural-Valverde-Guadalupe, 1989: 5).

Mas, se há intervenções polémicas no mundo da arqueologia, esta poderá, com facilidade, ser considerada uma das mais controversas, não sendo poucas as vozes que se levantaram, e se levantam, contra os métodos de escavação empregues.

Rui Parreira é um bom exemplo dessa contestação. De acordo com este arqueólogo, foram empregues métodos, considerados hoje perfeitamente inaceitáveis, que dissecaram completamente a estrutura da mamoa e desnudaram o seu esqueleto pétreo. A somar, acrescenta, perderam-se os cadernos de campo e as etiquetas que acompanharam os materiais demonstraram ser insuficientes para reconstituir as condições da jazida (Parreira, 1996).

Também Jorge de Oliveira se mostrou particularmente crítico com todo o processo que envolve a Anta Grande. Como explicou o arqueólogo:

"Ao visitante servirá como exemplo do que não deve ser uma escavação arqueológica, e menos ainda do que se entende por conservação patrimonial. Esventrado há cerca de trinta anos e fornecedor, tanto quanto se sabe de espólios dignos da sua arquitectura, nunca estes foram publicados. Posteriormente, várias campanhas, completamente descoordenadas, que visavam a continuação do estudo e sobretudo a consolidação do monumento, pioraram, ainda mais, a já precária estabilidade arquitectónica de toda a estrutura tumular" (Oliveira, 1997: 55-56).

Menos incisivo, José Pires Gonçalves, no Roteiro de Alguns Megálitos da Região de Évora, não deixou de tecer alguns comentários à condição da Anta Grande do Zambujeiro, sendo particularmente interessante o que se refere ao estado de conservação do monumento. Segundo o autor, o monumento "encontra-se estranhamente votado ao abandono, desprovido das mais elementares medidas de protecção e segurança – não dispõe, tão pouco, de um guarda permanente! – e até esquecido das recomendações gerais oportunamente formuladas pela UNESCO objectivando a preservação do património monumental dos povos, como direito comum a toda a Humanidade!" (Gonçalves, 1975: 244). E poderia continuar...

Ainda dentro da problemática da intervenção, um dos aspectos que mais celeuma provocou foi a questão que envolveu a tampa. A posição de Henrique Leonor Pina ficou clara acima, negando categoricamente a dinamitação e atribuindo antes a fragmentação do chapéu a um possível terramoto.

No entanto, existe uma outra versão da história que explica o colapso da laje de cobertura através do uso deliberado de dinamite (Património Arqueológico no Perímetro Escoural-Valverde-Guadalupe, 1989).

Não possuo a resposta para esta questão, o que não invalida que tenha uma opinião formada. Das muitas vezes que me desloquei à Anta Grande do Zambujeiro, em várias ocasiões dei por mim a observar os fragmentos da tampa e a reflectir sobre o tema.

Daquilo que me foi dado ver, julgo que o chapéu terá, efectivamente, cedido de forma natural e, ao cair, ter-se-á partido em vários fragmentos. Se o evento foi causado por um terramoto ou, pura e simplesmente, porque o bloco não suportou as forças a que estava sujeito, bastando para isso recordar a posição artificial em que se encontrava, nunca o poderei afiançar, mas parece-me que a explicação estará bastante mais próxima de qualquer uma destas suposições do que da utilização de explosivos.

A dinamitação do granito implicaria a permanência de marcas na pedra, mais concretamente, a característica difusão radial de linhas de fractura que, arrancando do

ponto de detonação, se disseminariam pelo bloco. Tal elemento parece ausente. Naturalmente, não sendo especialista na matéria, trata-se apenas de uma posição meramente pessoal.

2.4 – Intervenções no monumento megalítico e/ ou envolvente após a conclusão dos trabalhos de Henrique Leonor Pina

Após a conclusão dos trabalhos de Leonor Pina, em 1969, há um hiato temporal de cerca de 14 anos até que a Anta Grande do Zambujeiro volte a ser alvo de novas actividades arqueológicas.

Isto pelo que me foi dado ver após visita ao site do extinto Instituto Português de Arqueologia, porque a consulta do processo respeitante à Anta Grande, existente na Direcção Regional de Cultura do Alentejo, revelou-se pouco profícua pelo facto de se encontrar incompleto, faltando toda a informação relativa à descoberta e às intervenções arqueológicas no monumento.

O que escrevo atrás, não significa que o monumento tenha sido esquecido ou ignorado nesse período. De facto, foram várias as movimentações ocorridas ainda nos anos setenta. Algumas das quais se resumem adiante.

Exemplo disso é o ofício que Miguel Fernandes Soares dirigiu, em 23/08/1972, ao arqueólogo J. Bairrão Oleiro. Nele foram incluídas fotografias comprovativas "do estado actual a que a leviandade de certos Senhores levou a "Anta Grande do Zambujeiro", das maiores e mais perfeitas que conheci aqui na região. O estado de destruição verificado em tão poucos anos, parece representar mais desleixo que abandono" (Anexo 1, doc. 045). O documento deu entrada na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 25/8/1972.

No dia 8/6/1974, foi produzida uma informação pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Nela se escreveu que o processo foi devolvido, pelo Relator Farinha dos Santos, sem parecer. Assinada por F. Barral.

Sobre esta encontra-se escrito "Em nova distribuição: Designo relator o Exmo. Dr. Bairrão Oleiro" Datada de 8/8/1974. Assinatura ilegível (Anexo 1, doc. 047).

Com data de 12/7/1974, existe uma Deliberação da Junta Nacional da Educação a referir que o processo da anta deve ser devolvido à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais pelo facto da carta enviada por Miguel Fernandes Soares, não "impor a realização de quaisquer diligências" (Anexo 1, doc. 049). Assinatura ilegível. Sobre esta um carimbo da JNE a dizer que foi aprovado em sessão da 1ª Sub-Secção da 2ª Secção em 12 de Julho de 1974. Assinatura ilegível.

Datado de 02/12/1974, novo ofício. Desta vez com origem na Junta Nacional de Educação e destinada à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais. Nele, na sequência de

uma visita ao local com três arqueólogos italianos, se apontava a necessidade de medidas de protecção e conservação para o monumento. Assinatura ilegível. Deu entrada na DGAC em 5/12/1974 (Anexo 1, doc. 050).

De 20/12/1974 existe um parecer de João Manuel Bairrão Oleiro. Nele, o arqueólogo fez referência à necessidade de se proceder, com urgência, a trabalhos de consolidação e escoramento do importante monumento e que fosse solicitado à DGAC, como órgão executivo, para, em conjunto com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estudarem a vedação e a defesa da Anta, "interessando nesse estudo e na vigilância do monumento as autarquias locais" (Anexo 1, doc. 054). Este parecer apresenta um carimbo da JNE a dizer que foi aprovado em sessão da 1ª Sub-Secção da 2ª Secção em 20 de Dezembro de 1974. Assinatura ilegível.

Os documentos 058 e 059 são também eles muito interessantes, particularmente o 058. Este último trata-se da fotocópia de um texto/memorando. Nele, com o título "Anta Grande do Zambujeiro", refere-se:

"A anta grande do Zambujeiro, considerado o monumento dolménico de maiores proporções da Península Hispânica, foi estudada pelo Prof. Henrique Leonor Pina, a partir de 1965 e recuperada a instâncias da Junta Distrital de Évora. Das escavações então realizadas recolheu-se um espólio arqueológico de valor limitado mas assinalável por algumas espécies raras e de alta antiguidade, conjunto que foi acautelado e classificado parcialmente pelo mesmo investigador em campanhas sucessivas.

Este espólio encontra-se em depósito mas não exposto ao apreço público na secção de Pré-História do Museu de Évora.

A anta, que se encontra situada em propriedade particular, mas de acesso relativamente fácil, por vizinha de caminho público, está devidamente sinalizada mas em mau estado de conservação, por se ter negligenciado, nos últimos tempos, o seu estado, limpeza e vigilância.

SITUAÇÃO: Localizado na Herdade do Zambujeiro, a cerca de 18 km de distância da cidade, próximo do aldeiamento de Valverde (Mitra), freguesia de N.ª S.ª da Tourega.

NECESSIDADES URGENTES

1 – Nomear investigador-arqueólogo que complete o estudo no local, bem como do espólio. Ver da possibilidade de na equipa de investigadores serem integrados alunos de História inscritos no Serviço Cívico Estudantil.

2 – Arranjo do caminho que serve a "anta".

3 – Fazer a conservação da "anta" – actualmente em muito mau estado.

4 – Dar a conhecer a verdadeira importância do monumento."

No Documento 59, que serve de capa e que tem apenas "1-Anta Grande do Zambujeiro; 2-Museu de Évora; 3-Museu Municipal", encontram-se três anotações: uma, sem data nem assinatura refere "Enviado pela Câmara Municipal de Évora directamente ao Dr. Freitas Branco"; na segunda, datado de 7.7.75, com assinatura ilegível, diz "À DGAC chama-se a especial atenção dos serviços competentes para o que está assinalado nos textos relativos à Anta Grande e ao Museu de Évora"; no último, de 11/7/75, diz que a parte referente ao Museu de Évora foi enviado para a Acção Cultural Interna. Assinatura ilegível. Tem carimbo de entrada na DGAC de 14/7/75 (Anexo 1, docs. 058 e 059).

Em 25/8/75, foi enviado um ofício para Bairrão Oleiro, a enviar fotocópia do relatório apresentado pela Câmara Municipal de Évora e a comunicar-lhe a nomeação, como arqueólogo responsável para completar o estudo do monumento, para os efeitos do expresso no n.º 1 do mesmo relatório. Assinatura ilegível (Anexo 1, doc.061).

O documento, arrolado com o número 062, é um outro ofício, de 25/8/75, semelhante ao anterior, acrescentando apenas a nomeação de Bairrão Oleiro, desta vez dirigido ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assinatura ilegível (Anexo 1, doc. 062).

Em 04/09/1975, o arqueólogo João Bairrão Oleiro responde ao convite que lhe foi endereçado. Nele agradeceu a confiança depositada na sua pessoa, mas pediu a nomeação de outro arqueólogo, invocando as seguintes razões:

"1ª) A Anta Grande do Zambujeiro é um monumento pré-histórico da mais alta importância e que deve ser estudado por um pré-historiador.

2ª) Toda a minha actividade arqueológica foi sempre encaminhada para o sector da arqueologia clássica e, acidentalmente, para o da proto-história, pelo que não me considero de forma nenhuma em condições para bem realizar um estudo que sai completamente do âmbito da minha especialidade.

3ª) O estudo do monumento e do seu espólio deveria, por razões de ética científica, ser completado por quem fez os trabalhos iniciais e que, certamente, dispões de dados colhidos durante as pesquisas"

Este documento deu entrada em 10/09/75 (Anexo 1, doc. 063).

No dia 12/09/1975, a DGAC produziu uma informação, a enviar para resolução superior, contendo a resposta de Bairrão Oleiro. Assinatura ilegível.

Neste documento escreveu-se ainda "Pergunte-se ao Sr. Dr. Henrique Leonor Pina se está disposto, e em que condições, a completar o estudo do monumento e do seu espólio". Datada de 30/10/75. Assinatura ilegível (Anexo 1, doc. 064).

O último documento a que tive acesso é de 23/09/1975. Tratou-se de uma informação da DGAC, a enviar para conhecimento a carta anterior e a referir que aguardavam resposta de Leonor Pina. Assinatura ilegível. Sobre esta o despacho, de 30.10.75, a confirmar que se deve aguardar. Assinatura ilegível (Anexo 1, doc. 067).

Esta foi a última informação a que foi possível aceder e não cheguei a saber qual foi, exactamente, a resposta de Leonor Pina. No entanto, de acordo com o que referi anteriormente, não tenho conhecimento de que este arqueólogo tenha voltado a intervir na Anta Grande.

Do ano de 1977 é o ofício, emanado pela Direcção Geral do Património Cultural, onde se fez referência ao à disponibilidade do arqueólogo Victor S. Gonçalves em colaborar com a Direcção dos Monumentos do Sul no "estabelecimento de um plano de restauro da anta "Grande" do Zambujeiro" (Anexo 5, doc. 1). Neste documento se transcreveu parte da carta enviada pelo referido investigador. Nela, o arqueólogo mostrava-se disposto a contribuir para a "enunciação concreta de medidas cautelares a adoptar para a conservação do monumento" e, igualmente, em "todas as outras que se justifiquem para a sua valorização" (Anexo 5, doc. 1).

Na mesma missiva, Victor Gonçalves fez questão de relembrar que "na mesma região cultural (no âmbito do Neolítico) não é apenas a Anta Grande do Zambujeiro que cumpre proteger, e entre os monumentos que o justificam se encontra em primeiro lugar o importantíssimo cromlech dos Almendres" (Anexo 5, doc. 1).

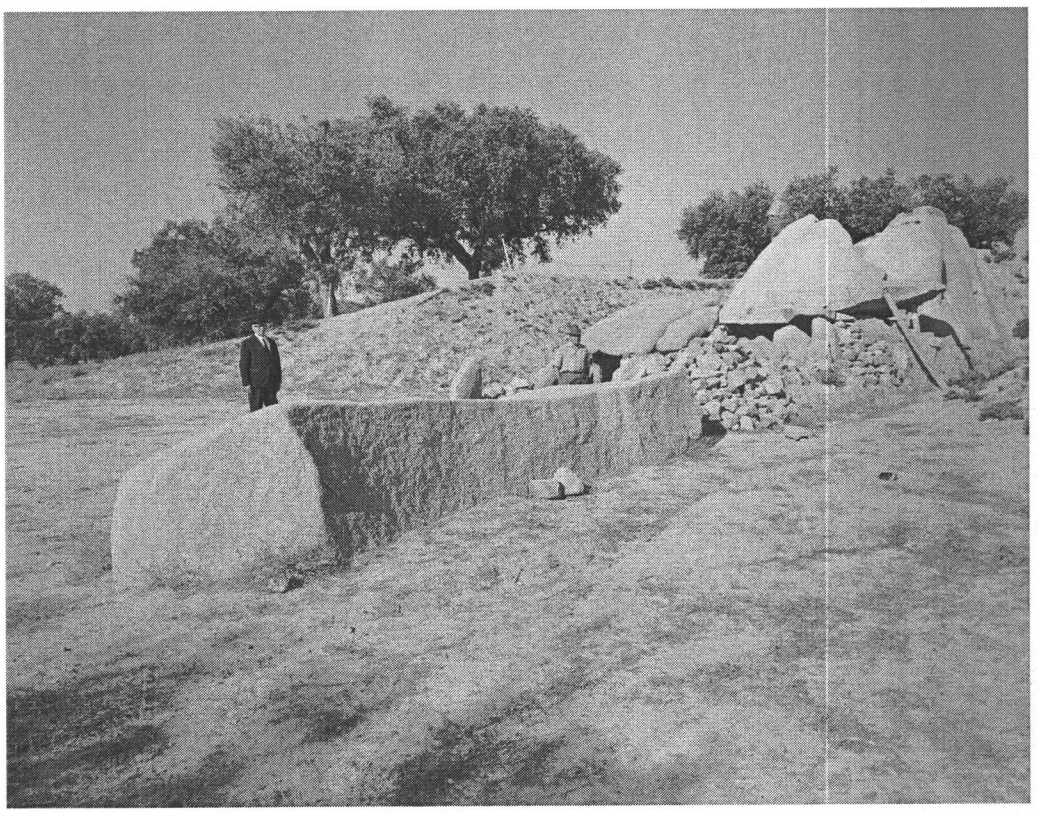
Em 19 de Abril de 1979, J. Pinho Monteiro, então assistente do Instituto Universitário de Évora, entregou o seu projecto de "Protecção e Recuperação da Anta Grande do Zambujeiro" (Anexo 3). Nele estavam previstas dois tipos de intervenções. A primeira, de carácter arqueológico, foi assinada pelo próprio Pinho Monteiro.

A segunda, denominada "Projecto de Protecção e Enquadramento Paisagístico da Anta do Zambujeiro", tem data de 26 de Abril de 1979 e foi subscrita, por quatro autores que, segundo consegui discernir, foram Maria da Conceição Lopes, José Ramalho, João Barão da Cunha e Alexandre Cancela d´Abreu.

No que concerne à primeira parte do projecto, a arqueológica, Pinho Monteiro começou por descrever as condições em que encontrou o monumento, não deixando de apontar a inexistência da publicação do relatório das escavações de que o monumento foi alvo.

No que se refere à escavação de H. L. Pina, relatou que "incidiu principalmente nos depósitos arqueológicos do corredor e da câmara, os quais foram totalmente removidos" (Monteiro, 1979: 1). Em relação à mamoa, explica que foi desmantelada "numa ampla área em redor do corredor e da câmara, estando hoje apenas em contacto com a pedra de cabeceira" (Monteiro, 1979: 1).

IMAGEM 7: INTERVENÇÃO DE H. L. PINA NA AGZ



AUTOR: DAVID DE FREITAS
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

Segundo o autor citado, não existiu o cuidado de fazer o registo e compreender o processo de construção e o aparelho.

Igualmente, ficou por perceber o papel desempenhado pelos dois blocos pétreos depositados nas proximidades do edifício funerário, tendo ficado também por sondar a zona do átrio onde, de acordo com o autor, noutros monumentos megalíticos peninsulares, "se encontraram testemunhos de cerimónias rituais" (Monteiro, 1979: 1).

A identificação da "avenida", o local de onde foram extraídas as terras para construir a mamoa e a localização do acampamento dos construtores da anta, são outros dos temas

"que restam por explorar e que nos privam de uma compreensão integral do monumento" (Monteiro, 1979: 1).

Conforme Pinho Monteiro, "terminadas as escavações (...), a Anta Grande do Zambujeiro ficou exposta à erosão, desmoronando-se os cortes praticados no tumulus e partindo-se alguns dos elementos arquitectónicos, o que colocou a estrutura num estado de equilíbrio precário" (Monteiro, 1979: 1-2).

Posto isto, o arqueólogo defendeu uma primeira fase de estudo arqueológico, de modo a proteger as estruturas ainda enterradas ou mal conhecidas, com o objectivo de avançar para uma correcta recuperação (Monteiro, 1979).

Pinho Monteiro referiu mesmo que "o projecto situa-se deste modo numa dimensão claramente pluridisciplinar, implicando a articulação de problemas de arqueologia, de restauro, de engenharia, de arquitectura e de arranjo paisagístico" (Monteiro, 1979: 2).

Para se ter a noção da dimensão do projecto em causa, Pinho Monteiro considerava-o o segundo maior programa de recuperação de um monumento pré-histórico europeu, a seguir a Stonehenge (Monteiro, 1979).

No que se refere ao estudo arqueológico, este teria que incidir nas áreas a afectar pela recuperação, cabendo-lhe também documentar "os aspectos negligenciados ou ignorados pela escavação de Henrique Pina" (Monteiro, 1979: 2).

Propôs também trabalhos de prospecção e fotografia aérea de forma a identificar a avenida, o acampamento e o(s) fosso(s) resultante(s) da remoção de terras para a mamoa (Monteiro, 1979).

Igualmente, avançou com uma proposta de sondagens a decorrer no tumulus, para estudo do processo construtivo e do aparelho em várias vertentes, na base dos esteios, para análise dos alicerces, no entorno dos blocos pétreos tombados no exterior, para compreender a função que desempenhavam, no átrio, para exame de eventuais vestígios de cerimónias rituais e, por fim, na avenida, para estudar e documentar a possível estrutura de pavimentação ou de arranjo do solo. Para uma segunda fase reservava a escavação do acampamento (Monteiro, 1979).

Nesse trabalho, abordou também os problemas relacionados com a conservação e o restauro. Foram apontados os problemas dos monólitos fracturados e os outros que estavam em risco de quebrar por linhas de fractura já visíveis. Defendeu também a necessidade de consolidar toda a estrutura, de forma a acautelar a abertura de fendas após a reposição da mamoa (Monteiro, 1979).

Essa reposição, para o arqueólogo, obrigaria a selar a câmara funerária e o corredor, de forma discreta e sem afectar a integridade dos elementos pétreos, para evitar a penetração das terras no monumento (Monteiro, 1979).

Em relação aos problemas de engenharia, Pinho Monteiro apontou como tarefas mais urgentes a reconstituição da mamoa e a reposição da tampa. No entanto, alertou para os "delicados problemas de equilíbrio de forças à estrutura dólmen, os quais terão que ser cuidadosamente analisados" (Monteiro, 1979: 4).

Por último, definiu aquilo que apelidou de "Bases Para Uma Recuperação Arquitectónica e Paisagística". Neste ponto, considerou duas premissas básicas:

"a) O esqueleto pétreo do monumento só estava à vista durante a construção do dólmen. Uma vez esta terminada, o conjunto era tapado pelo tumulus e os enterramentos feitos através do corredor. Queremos dizer que a panorâmica que hoje desfrutamos é falsa, nada tendo haver com o estado original do monumento.

É por esta razão que defendemos que o tumulus deve ser reconstruído, até porque, alem de preservar o monumento da erosão, o estado em que hoje se encontra é a todos os títulos degradante.

b) Por outro lado, não deixa de ser um facto que o esqueleto pétreo do monumento se reveste de um elevado interesse didáctico, para não falar do impacto que exerce sobre o visitante a visão do gigantismo desta arquitectura megalítica, factores estes que devem ser tomados em consideração na hora de recuperar o monumento" (Monteiro, 1979: 4).

Como o próprio apontou, as premissas que definiu colidem, situação que o projecto de arquitectura deveria solucionar de forma harmoniosa (Monteiro, 1979).

A complementar o trabalho produzido por Pinho Monteiro, estava o já referido projecto de "Protecção e Enquadramento Paisagístico da Anta do Zambujeiro". Segundo os autores (Maria Conceição Lopes, José Ramalho, João Barão da Cunha e Alexandre Cancela d´Abreu), este plano teve como primeiro propósito a protecção imediata do monumento, prevendo-se para mais tarde a recuperação e reconstituição do mesmo. Previa ainda a melhoria dos acessos e da sinalização, de forma a incrementar as visitas à anta.

Em termos da concepção, os autores começaram por estabelecer uma área de protecção de cerca de um hectare, delimitada por uma sebe de ramos mortos (elemento tradicional da região), ao longo da qual se desenvolveria a vegetação arbustiva natural. Segundo os subscritores, a sebe asseguraria a ligação entre a área protegida e a paisagem envolvente, não se estabelecendo como uma barreira visual.

Para o interior da área de protecção, foram pensadas duas zonas. A de visita ao monumento, e uma outra para merendas.

Foi também proposta, junto à entrada, a construção de um edifício de apoio, que teria as valências de casa do guarda, espaço de recepção e sanitários.

Igualmente, foi prevista no projecto uma zona para estacionamento automóvel. O espaço escolhido foi a margem esquerda da Ribeira da Peramanca devido à escassa distância a percorrer, porque se considerou de grande interesse a aproximação a pé e ainda para manter afastado do monumento o tráfego automóvel (Lopes et. al., 1979).

Nos anos 80 e 90 do século passado, o monumento foi novamente alvo de trabalhos de cariz arqueológico. Pelo que me foi possível apurar, foram seis as intervenções realizadas no dólmen, que decorreram entre 1983 e 1997.

As primeiras duas, assinadas por José Olívio da Silva Caeiro, corresponderam a trabalhos de conservação e restauro com base no projecto de J. Pinho Monteiro, de 1979 (Anexo 2, doc1 e 2), e à instalação da cobertura metálica de protecção, tendo decorrido em 1983.

No mesmo sentido aponta Rui Parreira. Segundo o arqueólogo, a primeira intervenção do IPPC/ IPPAR na Anta Grande, aconteceu no início dos anos 80. Nessa altura procedeu-se à execução dos escoramentos de estrutura do corredor e à montagem do telheiro metálico, protecção temporária que tem cumprido a sua missão contra os efeitos das chuvas e das inclemências climáticas (Parreira 1996).

Em face da condição de ruína e do eminente valor patrimonial do monumento, foram programados estudos de arqueologia e investigação laboratorial concernente à degradação e ao tratamento dos elementos estruturais, com o objectivo de documentar, conservar e angariar elementos para o futuro restauro da anta.

Deste modo, num segundo momento, foi realizado um levantamento estereofotogramétrico da estrutura pétrea, e efectuaram-se os primeiros estudos laboratoriais com o propósito de suster os processos de degradação dos granitos empregues na estrutura. Ao mesmo tempo, iniciou-se um estudo arqueológico do monumento, assente num programa produzido na Universidade de Évora da autoria de Jorge Pinheiro Monteiro que não chegou a ser concluído pelo extemporâneo desaparecimento do arqueólogo (Parreira, 1996).

Caetano de Mello Beirão, à época director do SRAS, endereçou um convite a Carlos Tavares da Silva para tomar a dianteira desse estudo. Aceite o apelo, os trabalhos preconizados decorreram nos anos de 1985 e 1986, repartindo-se entre uma sondagem

no interior da câmara, outra junto ao esteio C4 e a escavação de uma área, relativamente ampla, a leste do corredor (Parreira, 1996).

Relativamente à intervenção de 1985, esta decorreu em duas fases distintas. Na primeira, procedeu-se à instalação de uma vedação e foram realizados pequenos trabalhos de escoramento da Anta (Anexo 2, doc 4).

A segunda, que decorreu entre 01/06/1985 e 30/07/1985, teve objectivos bem mais profundos. Nela se procedeu à "abertura de uma sondagem junto do esteio de cabeceira, na zona sudoeste da câmara. A sondagem B realizou-se no corredor, a C realizou-se no exterior da sepultura e a D também no exterior da sepultura, foi feita junto a um monólito que aflorava na periferia do tumulus. As sondagens C e D destinadas a esclarecer o significado dos dois monólitos tombados, revelou como estando inicialmente erectos, considerando-os estelas-menires pela presença de covinhas. Foram exumados grande quantidade de materiais líticos, sobretudo pontas de seta, e recipientes cerâmicos, alguns com decoração. De igual modo foi possível recolher placas e báculos de xisto, objectos de adorno, braçais de arqueiro, instrumentos em cobre, e um ídolo de mármore" (Anexo 2, doc 5). A justificação para os trabalhos assentou na urgência de se proceder a uma operação de restauro e salvaguarda do monumento. Nota final para o facto de Caetano Maria de Mello Beirão também ter assinado este pedido de autorização.

Paralelamente, Carlos Tavares da Silva coordenou a documentação da pequena colecção de materiais, que já então se conservava no Museu de Évora. Os trabalhos de campo deram origem a um relatório, referente a 1985, tendo ficado arquivada no então IPPC/ IPPAR a documentação produzida sobre os materiais do Museu. No entanto, o espólio recolhido nessas duas campanhas, encontrava-se, à data em que o arqueólogo apresentou a sua comunicação, ainda em depósito no Museu de Setúbal, nunca tendo chegado a ser apresentado o relatório relativo à campanha de 1986 (Parreira, 1996).

De resto, parece ter existido, pelo menos, mais uma campanha de pesquisas liderada por Carlos Tavares da Silva. De acordo com um ofício do IPPC (Serviço Regional de Arqueologia do Sul, de 28/10/1987), assinado por Rui Parreira, foi possível verificar que a mesma teve lugar entre os dias 9 e 27 de Novembro desse ano.

O objectivo foi a realização de um diagnóstico mais adequado das patologias da anta, com o propósito futuro de realizar trabalhos de conservação. No mesmo documento era pedido apoio (mão de obra e transporte) ao município eborense, algo que foi

concedido[15].

Infelizmente, não me foi possível obter qualquer elemento adicional que permitisse perceber, exactamente, quais as conclusões a que se chegou após a realização desses trabalhos.

No entanto, a primeira intervenção de Carlos Tavares da Silva na Anta Grande aconteceu logo no início de 1983. O objectivo foi o já referido levantamento estereofotogramétrico. Esse levantamento visou a "estereorestituição gráfica, dos planos suficientes à definição geométrica da Anta e sua representação em planta, à escala 1/10" (Anexo 2, doc 3).

Aquela que podemos considerar a terceira fase dos trabalhos corresponde às intervenções conduzidas por Rui Parreira parcialmente enquadradas no âmbito do projecto STEP CT 90-0110/ Granitix (Estudos dos processos de degradação das rochas graníticas e sua aplicação à conservação de monumentos megalíticos da Península Ibérica). Este programa de carácter pluridisciplinar, desenvolvido entre 1991 e 1994, teve coordenação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Os trabalhos decorreram em múltiplas frentes, sendo que o intuito principal era o "estudo do sítio arqueológico numa perspectiva de pesquisa de um modelo interpretativo da tecnologia de construção bem como de elaboração de recomendações para a salvaguarda e de um modelo de uso dos monumentos megalíticos" (Parreira, 1996: 2).

Ao mesmo tempo, foram implementadas algumas tarefas pontuais e prementes de conservação, que visaram tanto os problemas estruturais do monumento como os que foram desencadeados pelas próprias intervenções arqueológicas. Colateralmente, Rui Parreira implementou a inventariação e o estudo integral dos materiais, onde se incluíam os que ainda se encontravam na posse de Henrique Leonor Pina, e que aquele transferiu para o Museu de Évora.

Em suma, os objectivos específicos desta etapa dos trabalhos foram, da seguinte forma, descritos pelo autor:

- Pesquisar pré-existências – caracterizar a construção do ponto de vista das técnicas, dos elementos e dos materiais de construção utilizados;
- Definir as dinâmicas de uso do espaço intra-monumento e do espaço envolvente;
- Caracterizar o reuso e colapso/deterioração da construção;

[15] «Processo da Anta Grande do Zambujeiro». Acessível no arquivo da Câmara Municipal de Évora, Évora, Portugal.

- Pesquisar reusos do local em épocas posteriores ao fecho do monumento (Parreira, 1996: 2).

Em complemento, o autor catalogou e tencionava estudar, com o objectivo de publicar, a totalidade do espólio recolhido no monumento, numa acção de colaboração entre o IPPAR, o Instituto Arqueológico Alemão e o Museu de Arqueologia de Setúbal.

As formas de atingir os objectivos a que Rui Parreira se propunha foram:

- A análise da documentação anteriormente produzida e da escassa bibliografia existente sobre o monumento;
- O levantamento e exame dos testemunhos remanescentes;
- A execução de sondagens arqueológicas;
- A documentação e o estudo dos artefactos (Parreira, 1996: 2).

Para a intervenção no âmbito das Ciências Exactas e Naturais procurou-se:

- Determinar os processos de deterioração dos materiais de construção (biodegradação, efeitos dos ciclos de secagem-molhagem, capilaridade, etc.);
- Determinar e testar produtos e métodos de conservação a utilizar;
- Determinar a origem dos materiais de construção (Parreira, 1996: 2).

Este último ponto seria complementado pelas observações geológicas e petrográficas efectivadas no âmbito do projecto «Vale Rodrigo», com direcção de Ph. Kalb e M. Höck.

Em relação à arquitectura do monumento, o autor citado criou um sistema de descritores e variáveis que poderia ser igualmente aplicado na observação e registo de outros monumentos megalíticos.

Eram assim consideradas: "pré-existências à mamoa, volume arquitectónico exterior (mamoa), volume arquitectónico (=câmara megalítica, considerando: espaço interior da cripta, dispositivo de acesso e de comunicação com o exterior /corredor/galeria e dispositivos de sacralização e organização ritual do espaço), fachadas, demarcação arquitectónica de áreas exteriores [ex. átrios diferenciados] – sendo descritas cada uma das componentes e as soluções estruturais" (Parreira, 1996: 2-3).

Em relação à mamoa, os descritores utilizados pelo arqueólogo foram: "nível de preparação da construção, Co (=contraforte da câmara megalítica, terras que constituem o montículo, COM (=contrafortes da mamoa), Cou (=couraça[s] de revestimento pétreo) e círculo peristalítico de contenção da mamoa" (Parreira, 1996: 3).

Para o volume arquitectónico interior (câmara megalítica) [com medidas máximas de: comprimento, largura, área] foram utilizados os seguintes descritores: "C (=esteios da

cripta, numerados a partir da entrada no sentido dos ponteiros do relógio, Ch (=chapéu) [poderá acrescentar-se Cc = cúpula da cripta, representada em Vale de Rodrigo, a escassos quilómetros do Zambujeiro], pC (pilar da cripta, inexistente no Zambujeiro) Lp (laje padieira), L (lintéis da galeria/ corredor, numerados a partir da entrada da cripta) Gn (esteios do lado norte do corredor), Gs (esteios do lado sul do corredor), pG pilares do corredor, numerados a partir da entrada da cripta) [poderá acrescentar-se M = muro, ausente no Zambujeiro]" (Parreira, 1996: 3).

Finalmente, o arqueólogo considerou ainda o "Ec (=enchimento da câmara da megalítica), correspondente aos diversos momentos de uso do espaço interior" (Parreira, 1996: 3).

As variáveis utilizadas foram: "a técnica de construção; a forma, tamanho/peso, quantidade e posição relativa dos elementos de construção; a caracterização petrográfica dos materiais de construção empregues" (Parreira, 1996: 3).

Ao analisar as pré-existências à mamoa, Rui Parreira compreendeu que as estruturas e actividades que indiciavam esse fenómeno estavam ainda mal compreendidas, pelo facto da área escavada sob a mamoa ser reduzida e as evidências pouco claras.

Ainda assim, identificou, em todas as sondagens a leste, um estrato rico em carvões, que "pode eventualmente relacionar-se com a existência de um recinto megalítico, cujos componentes – nomeadamente uma grande estela-menir – terão sido reintegrados no espaço sacralizado envolvente da mamoa..." (Parreira, 1996: 3).

No que concerne à arquitectura, nomeadamente à construção inicial e a posteriores intervenções, o autor estabeleceu que "a construção megalítica interna terá sido erguida numa segunda fase, sobre a rocha de base previamente limpa dos sedimentos que a cobriam, tendo os alvéolos para implantação dos esteios sido abertos no subsolo granítico" (Parreira, 1996: 3), tendo a planta da estrutura sido delineada, em tamanho natural, sobre a rocha de base. Os esteios foram levantados sequencialmente, do topo da câmara para o corredor, encontrando-se imbricados. Na sua base, foram colocadas pequenas pedras subroladas (Parreira, 1996).

Rui Parreira caracteriza a Anta Grande como "uma enorme estrutura megalítica de granito – um espaço interior em forma de anta com câmara poligonal de sete esteios, servida por um elaborado dispositivo de acesso e de comunicação com o exterior, constituído por um corredor longo formado por duas fiadas de esteios aproximadamente paralelas. Esta galeria apresenta interessantes soluções estruturais e é servida por diversos dispositivos de sacralização comunicando com a câmara através de um pórtico

de 5 pilares, vagamente simétrico, que suporta o lintel sobre o qual vem assentar a laje padieira que fecha o espaço formado pela diferença de cotas entre a cripta e a galeria. Esta tem a meio uma divisão septal constituída por um alinhamento longitudinal de pilares e, na sua extremidade oriental, abre em pátio para o exterior, entrosando no círculo peristalítico de contenção da mamoa" (Parreira, 1996: 3).

No exterior, o monumento foi amparado por um contraforte de pedras e barro amassado, que mantém os esteios posicionados através da pressão colocada sobre a sua base, do exterior para o interior. O referido contraforte, presente ao longo da totalidade da estrutura funerária, foi recoberto por um estrato de barro que, para além de o manter correctamente posicionado, oferece impermeabilização ao interior da câmara (Parreira, 1996).

Por cima dessa estrutura complexa foi depositada a terra da mamoa, em forma de calote esférica. O resultado é uma impressionante mamoa com cerca de 50m de diâmetro, "cuja base foi reforçada por um estrato de pedras e cujo núcleo é composto por terras muito saibrosas, depositadas em camadas e reforçadas por muros radiais (em contraforte)" (Parreira, 1996: 3).

A mamoa foi ainda protegida por uma "dupla couraça pétrea" (Parreira, 1996: 3) composta por granitos, corneanas e quartzos, incluindo dormentes de mó manual, pedras subroladas e calibradas com diâmetros que variam entre os 10 e os 20 cm.

Uma das couraças foi aplicada cerca de 1m abaixo da superfície da mamoa e coberta por um nível de terras saibrosas, formando a segunda a superfície visível da mamoa, protegendo-a à maneira de uma calçada. A travar a mamoa existe, no seu perímetro externo, "um círculo lítico periférico de lajes com forma aproximada de estela, algumas lajes estelizadamente antropomórficas, tanchadas na vertical e que, encurvando na zona do átrio, vão topejar, a norte e a sul, no prolongamento dos esteios do corredor" (Parreira, 1996: 3-4).

Segundo o mesmo autor, "a meio da galeria, entre Gn2 e Gn3, foi colocada uma estela-menir, de forma estelizadamente antropomórfica. Prolongando a fiada Gn existe um enorme monólito que estabelece a ligação entre Gn e o círculo peristálico. C2 apresenta restos de pintura a negro e vermelho. C1 apresenta pelo exterior uma faixa vertical de meandros paralelos. A padieira apresenta círculos gravados na sua face interior" (Parreira, 1996: 4).

A intervenção arqueológica comprovou a utilização, em período pré-histórico, de toda a zona do átrio, bem como da zona diante da frontaria para onde este abre, eventualmente

para "rituais de antepassados" (ancestor rituals) ou mesmo deposições (Parreira, 1996). Verificando-se este segundo caso, Rui Parreira supõe "a presença de uma área coberta com materiais perecíveis, que prolongasse a galeria para o exterior numa espécie de galilé" (Parreira, 1996: 4).

Em suma, o arqueólogo considerava estar diante de uma estruturação ritual do espaço, intrincada e a que, possivelmente, terá norteado um equilíbrio entre rituais revelados, "desenrolando-se no exterior, numa zona de luz diante da fachada do monumento (que funcionava assim como espaço cenográfico), e rituais ocultos, nas trevas do espaço interior do monumento" (Parreira, 1996: 4).

Em relação ao uso, reuso e colapso, Rui Parreira refere que, no IV milénio, o monumento foi utilizado como espaço funerário. No entanto, a gigantesca estela-menir, profusamente decorada por covinhas, que se encontra depositada a sudeste da mamoa, possivelmente resultado de uma pré-existência à mamoa, confirma o cunho sagrado do espaço envolvente (Parreira, 1996).

"Em Ec (= enchimento da câmara megalítica), segundo as observações, inéditas, de Pina, o arqueólogo que o escavou nos anos 60, o nível inferior da cripta continha apenas micrólitos, machados de pedra polida e contas de colar; este nível estava selado pelo esteio C2 que, aparentemente pouco depois da construção da anta, caiu para o interior da cripta, o que não impediu que o monumento continuasse a ser usado; só nos níveis superiores (sobre C2, tombado aproximadamente na horizontal, e cerca de 1m acima do chão da câmara) se encontravam os ídolos-placas de xisto, a cerâmica e as pontas de seta, maioritariamente de base côncava; muito mais acima, um nível da Idade do Bronze incluía um enterramento de cócoras, com restos antropológicos pessimamente conservados mas acompanhado por uma faca curva de cobre" (Parreira, 1996: 4).

Ainda assim, e embora apresente várias carências, o autor considera que alguns dos registos realizados nas escavações de Leonor Pina apresentam alguma fiabilidade, assentes na selagem provocada pelo colapso do esteio C2 (Parreira, 1996).

De qualquer forma, o arqueólogo considerou não ser mais exequível realizar a caracterização dos contextos e da dinâmica de ocupação do monumento, sendo apenas possível o estudo comparado com outras antas contemporâneas onde essa informação ainda existe, o que possibilitaria ultrapassar a insuficiência de elementos existentes para esta e quase todas as outras antas alentejanas (Parreira, 1996).

No tocante a resultados, Rui Parreira apresenta a lista sumariada que adiante se reproduz:

Resultados:

Como principais resultados da pesquisa, podem, neste momento, destacar-se:

- A construção da mamoa é antecedida pela formação de um nível de ocupação com carvões, cerâmica e sílex, correspondendo provavelmente a uma utilização do sítio que será lícito relacionar com a estela-menir tombada a SE da mamoa;
- Identificaram-se os processos de construção da estrutura megalítica;
- A mamoa foi protegida por duas couraças de pedras de granito, corneana e quartzo, subroladas e calibradas com diâmetros que variam entre os 10 e os 20cm, que incluem fragmentos de dormentes de mós;
- A mamoa é travada no seu perímetro externo por um círculo peristalítico de lajes de forma aproximadamente estelar, tanchadas na vertical e que, encurvando na zona do átrio, vão topejar no prolongamento dos esteios do corredor, a N e a S;
- Em frente ao átrio, no exterior da mamoa, detectaram-se restos de ocupação: um estrato rico em carvões que embalava material cerâmico e lítico, o que veio reforçar a ideia de que todo o exterior do monumento funcionou como espaço sacralizado, cujo cenário era a mamoa (Parreira, 1996: 4).

Por último, o arqueólogo apresentou as seguintes propostas de intervenção para a Anta Grande do Zambujeiro:

Propostas de reabilitação:

No âmbito de um programa-base para a arquitectura, foram já definidas e ponderadas algumas opções de conservação e de impacte visual da reabilitação do monumento.

O assunto foi longamente discutido em conjunto com técnicos da Direcção de Monumentos do Sul (DGEMN), a quem foi solicitada a elaboração de um estudo prévio de arquitectura e engenharia, para um projecto de conservação da estrutura pétrea e de concepção de uma cobertura que reponha a volumetria original do exterior. Deverão definir-se, neste âmbito, quais as áreas a escavar em função da colocação dos pilares de suporte da cobertura.

Por outro lado, é necessário reestudar e projectar o ordenamento da envolvente e os acessos, a partir de um estudo elaborado há alguns anos pelo Departamento de Planeamento Biofísico da Universidade de Évora.

Prevê-se que a execução da obra fique posteriormente a cargo do recentemente criado Instituto Português de Arqueologia, sendo necessário adquirir para o Estado os terrenos necessários à sua concretização e encontrar os meios financeiros adequados à envergadura do projecto (Parreira, 1996: 4-5).

Infelizmente, para além deste importante conjunto de informações, não foram publicados os resultados finais dessa operação, que se tornariam, com toda a certeza, muito importantes para o processo de restauro do monumento.

Após os trabalhos de Rui Parreira, e em face da confirmação das graves questões do âmbito da conservação da Anta Grande, a Direcção Regional de Évora do IPPAR, com o objectivo de realizar um diagnóstico mais aprofundado, voltou a contactar o LNEC tendo sido acordada uma vistoria técnica conjunta tanto à Anta do Zambujeiro como ao Cromeleque dos Almendres, efectivamente realizada em Maio de 2005.

Esse exame deu origem ao envio à DRE de um ofício do LNEC, em 16.06.2005, onde se propunha a realização de um relatório de diagnóstico mais aprofundado. Ainda assim, alertava para o perigo de desabamento da cobertura existente do monumento, situação considerada especialmente gravosa pelo número de visitantes que se deslocam ao local. Desde logo sugeriu-se o escoramento provisório e a colocação de sinalética a alertar para o perigo, medidas imediatamente colocadas em prática pelo IPPAR.

Sequencialmente, o estudo de diagnóstico, que incidia sobre a Anta Grande do Zambujeiro e Cromeleque dos Almendres, foi adjudicado pelo IPPAR ao LNEC. A liderança do projecto foi atribuída ao Director do Serviço de Geotecnia do LNEC, Doutor Delgado Rodrigues, perito com provas dadas no âmbito do património cultural e, particularmente, no que se refere às questões da conservação da pedra.

O estudo deu origem ao relatório que foi enviado ao IPPAR no dia 1 de Março de 2006. António Carlos Silva, arqueólogo do IPPAR que acompanhou o processo, numa informação técnica (Anexo 4), referiu que esse documento revelou "um cenário calamitoso"[16], se bem que estivesse agora "devidamente fundamentado"[17].

Ressalvou ainda um aspecto positivo, ao escrever que o relatório apresentado "avança com propostas de intervenção objectivas que devem ser urgentemente executadas"[18].

A partir da análise do documento enviado, António Carlos Silva chegou a produzir uma estimativa de orçamento para uma eventual intervenção na Anta Grande, que se reproduz em baixo:

g) Estimativa (imprecisa) de custos de execução das medidas propostas pelo LNEC

Anta G. ZAMBUJEIRO:

Projecto de estabilidade e assessorias científicas

---

[16] SILVA, António Carlos (2006) – «Informação interna sobre a Anta Grande do Zambujeiro de 14.03.06», in *crookscape*, [em linha], http://antagrandezambujeiro.blogspot.com/>, (25.02.09).

[17] Idem.

[18] Ibidem.

30 000 €

Execução do Projecto de estabilidade

150 000 €

Consolidação física dos esteios

20 000 €

Projecto de arquitectura paisagística (incluindo envolvente e acessos)

10 000 €

Execução do projecto de arquitectura paisagística

100 000 €

TOTAL

310 000 €[19]

É este o contexto que rodeou a produção do estudo sobre o "Estado de Alteração e Conservação dos Monumentos Megalíticos Cromeleque dos Almendres e Anta do Zambujeiro" que, como se verá adiante através da sua análise pormenorizada, promete tornar-se peça fundamental para o objectivo em vista.

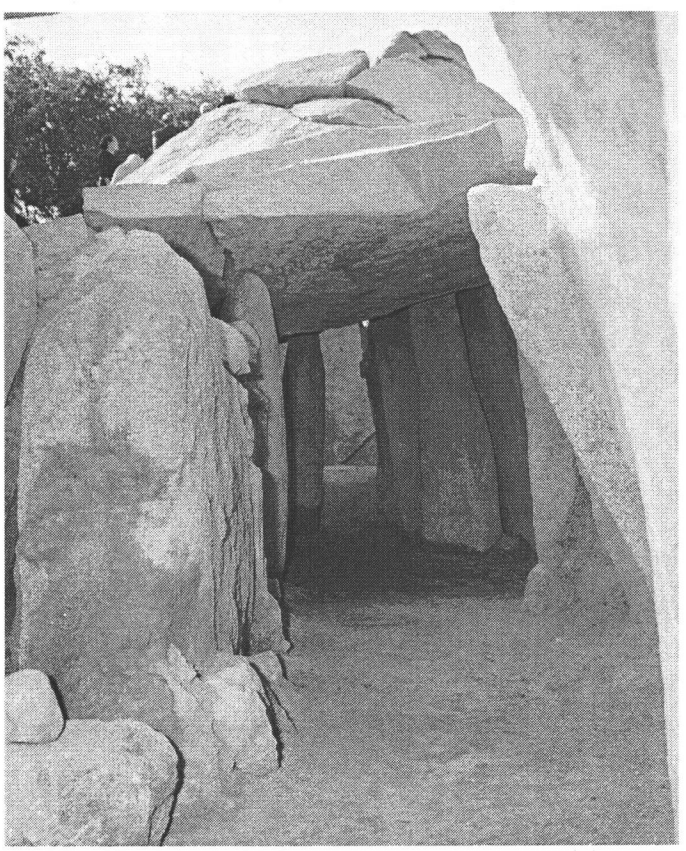


IMAGEM 8: ASPECTO DO CORREDOR DA AGZ APÓS A ESCAVAÇÃO DE H.L. PINA
AUTOR: MARCOLINO SILVA
PROPRIEDADE: ARQUIVO FOTOGRÁFICO DA CME

[19] Ibidem.

2.5 – Cultura material: alguns artefactos recuperados nas campanhas de escavação

Sobre o espólio recolhido na Anta Grande do Zambujeiro, foram várias as fontes a que me foi possível recorrer, ainda que todas elas se mostrassem demasiadamente genéricas na descrição dos elementos, facto que, com alguma garantia, poderemos imputar às deficiências de inventário referidas por Rui Parreira (Parreira, 1996) e às quais já fiz alusão anteriormente. Ainda assim, em todas as descrições mencionadas adiante, há um denominador comum, que é o vasto e extraordinário conjunto artefactual proveniente do monumento.

Imagem 9: Parte do espólio da AGZ recolhido por H. L. Pina
Autor: Marcolino Silva
Propriedade: Arquivo Fotográfico da CME

Foram, recorrentemente, mencionados os vasos com decoração simbólica, as contas de âmbar, as lâminas e pontas de seta de sílex e cristal de rocha, os instrumentos de cobre e adornos de ouro (Património Arqueológico no Perímetro Escoural-Valverde-Guadalupe, 1989), os báculos, as contas de colar, micrólitos e até lâminas de ouro (Gonçalves, 1975), os ídolos-placa de xisto, a cerâmica (lisa e ornamentada), os machados e enxós de pedra polida (Parreira, 1996), braçais de arqueiro, instrumentos em cobre, e um ídolo de mármore (Anexo 2, doc. 5).

No registo foi também arrolado um conjunto de ossadas. Sobre as dificuldades com que se deparou, Henrique Leonor Pina disse o seguinte, "havia o problema de recolha e de levantamento dos ossos. Nós levantámos o que foi possível. Nós embrulhamos os fragmentos de ossos que se iam desfazendo. Mas não há propriamente nenhum conjunto, uma ossada. Havia tíbias, costelas (...)"[20].

Mais adiante no seu relato, o arqueólogo aprofundou mais um pouco a questão, "o mais próximo de um indivíduo foi apelidado de Marcelino, via-se que estava ali, sei que ele tinha a cabeça caída, muito próxima da bacia, mas era sobre as coxas. Sim, há na colecção restos de dentes, maxilares, e algumas costelas. O Marcelino não tinha placa. A mandíbula estava caída sobre as coxas, o que dava a ideia de ele estar encostado"[21].

[20] PINA, Henrique Leonor, Arqueólogo – **A Anta Grande do Zambujeiro na memória do arqueólogo Henrique Leonor Pina**, in *CENACULO, Boletim on line do Museu de Évora*, [em linha], <http://boletimevora.googlepages.comhttp://boletimevora.googlepages.com>, (19.09.09).

[21] idem

3 – UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO: O MODELO DE RECUPERAÇÃO DE ALCALAR 7

Em Portugal, são vários os exemplos de intervenções de restauro em monumentos megalíticos. Não será necessário sequer ultrapassar as fronteiras alentejanas para reunirmos um conjunto alargado de nomes de arqueólogos envolvidos em experiências do género.

Alguns exemplos são Jorge de Oliveira, com as intervenções em Alter do Chão (Oliveira, 2006) ou em monumentos localizados na Bacia Hidrográfica do rio Sever (Oliveira, 1995), Mário Varela Gomes, nos Recintos Megalíticos dos Almendres (Gomes, 1997) e da Portela de Mogos (Gomes, 1997), Manuel Calado, no recinto Megalítico de Vale Maria do Meio (Calado, 1997) e no Menir do Barrocal (Calado, informação pessoal), entre vários outros.

No entanto, há um trabalho que se destaca dos demais.

Refiro-me à intervenção, com coordenação científica de Elena Morán e Rui Parreira (2004), de que foi alvo o monumento megalítico de Alcalar 7. Sobre ela, farei de seguida um breve resumo.

Alcalar 7 faz parte de um conjunto monumental, localizado junto à pequena localidade de Alcalar (concelho de Portimão) no barrocal algarvio, descoberto no último quartel do séc. XIX. Desde então foram vários os investigadores que, em momentos diversos, lhe consagraram as suas atenções. Foi o caso do Padre António José Nunes da Glória, Estácio da Veiga, Pereira Jardim, Santos Rocha, José Formosinho e, ultimamente, Elena Morán e Rui Parreira (Morán e Parreira, 2004).

Em Novembro de 1975, o Estado Português concretiza a aquisição parcial de Alcalar 7, não sem que a vedação em torno do edifício tumular deixasse de fora parte da mamoa, bem como a totalidade do corredor e a área fronteira ao monumento, sendo a estrutura parcialmente afectada pela abertura das bases para os postes.

Nos primeiros anos da década de 80 do séc. XX, José Arnaud e Teresa Gamito apresentaram uma "proposta de intervenção preliminar na necrópole de Alcalar" (Morán e Parreira, 2004: 29).

Aprovados os planos de trabalho, pelo então IPPC, a operação decorre durante o primeiro semestre de 1982 em duas vertentes; acções de conservação no monumento 7 e levantamento topográfico geral do conjunto de elementos identificados nas parcelas de terreno entretanto adquiridas pelo Estado. Nessa fase, foi igualmente solicitado um

parecer técnico ao LNEC sobre as medidas a tomar para a estabilização estrutural de Alcalar 7 e um estudo preliminar referente à "protecção e utilização didáctica" (Morán e Parreira, 2004: 29) desse elemento patrimonial.

O estudo foi apresentado ao IPPC em 1985, juntamente com o relatório dos trabalhos de conservação realizados por Arnaud e Gamito. Todavia, ainda que o relatório das intervenções tivesse sido aprovado, o Conselho Consultivo do IPPC decidiu rejeitar o projecto de reabilitação e determinou solicitar ao Serviço Regional de Arqueologia do Sul a apresentação de um projecto de intervenção integral no espaço de Alcalar (Morán e Parreira, 2004).

Em consequência de todo esse processo, uma equipa de arqueólogos iniciou, em 1987, o "Programa Genérico de Intervenção" para Alcalar.

Outubro de 2000 marca o final da intervenção de reabilitação no monumento Alcalar 7 e a inauguração do Centro de Acolhimento e Interpretação dos Monumentos Megalíticos de Alcalar, espaço edificado pelo IPPAR no âmbito do programa daquela instituição "Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve" (Morán e Parreira, 2004).

Em termos da intervenção, os trabalhos, que decorreram entre Julho de 1987 e Setembro de 2000, abarcaram os oito aspectos que, de acordo com os autores, em baixo se sintetizam:

1- Constituição de uma base de dados documental acerca do monumento.
2- Desmatação e limpeza do local, registo fotográfico e levantamento microtopográfico do sítio, com registo de estruturas visíveis em planimetria, corte e alçado.
3- Discussão e definição de uma estratégia de intervenção no terreno.
4- Abertura de sanjas de diagnóstico na estrutura da mamoa, com a finalidade de tipificar o edificado e apurar a estratégia de intervenção no túmulo.
5- Decapagem da superfície da mamoa por sectores, procurando deixar íntegro, como testemunho, o sector NW.
6- Escavação em profundidade de algumas partes do edifício, com a finalidade de estabelecer um diagnóstico de patologias e de elaborar um plano de consolidação estrutural e de restauro, bem como com a finalidade de documentar e interpretar o processo construtivo e de descodificar rituais ou outras formas de expressão social que pudessem depreender-se dos vestígios materiais.
7- Escavação em profundidade da área envolvente, com a finalidade de caracterizar uma eventual ocupação em redor do edifício, detectar eventuais estruturas

litúrgicas, documentar a estrutura de condenação, bem como preparar o arranjo paisagístico para uma leitura do edifício exento, ao nível envolvente aproximado da época de construção e uso.

8- Trabalhos arqueológicos de acompanhamento de projecto de construção e de obra, com escavação em profundidade de algumas partes do edifício, como medida minimizadora do impacte da obra de consolidação e restauro (Morán e Parreira, 2004: 67).

Este projecto de intervenção no monumento pré-histórico, foi complementado com a construção de um novo edifício projectado com o propósito de acolher e receber quem visita o local.

Os preceitos a que obedeceu a sua construção basearam-se na tentativa de estabelecer uma continuidade com a envolvente natural. Desta forma, "a fronteira entre uma e outra é definida pela laje – cobertura da recepção – que se constitui, simultaneamente, como forma do espaço interior e suporte da paisagem. Um espaço que se abriga semienterrado reforçando desse modo o valor da paisagem e questionando a quase desejável sacralização do local. Um espaço que pela sua característica também antecipa a experiência adiada da visita às practicamente inacessíveis criptas" (Morán e Parreira, 2004: 300).

O Centro Interpretativo compõe-se de um pequeno edifício, discretamente integrado na paisagem e um circuito exterior que permite a visita às câmaras megalíticas. Dentro do espaço edificado existe uma área de recepção, um posto de vendas e também uma galeria onde se apresenta, do ponto de vista da história do núcleo megalítico, o conjunto monumental (Morán e Parreira, 2004).

Em termos de materiais, foram utilizados "o betão à vista no exterior como contraponto à utilização da pedra em muros existentes e no revestimento do cairn da mamoa; a cobertura, revestida com terra vegetal, propondo a continuidade do prado existente; e a câmara (centro de acolhimento) com o pavimento revestido com material autonivelante de coloração idêntica à da terra do território em que se localiza" (Morán e Parreira, 2004: 301).

4 – ESTUDO DO LNEC: O PONTO DE PARTIDA PARA A INTERVENÇÃO

Denominado de "Estado de Alteração e Conservação dos Monumentos Megalíticos Cromeleque dos Almendres e Anta do Zambujeiro", este estudo, como de resto está perfeitamente explícito no nome, teve como objecto o Cromeleque dos Almendres e a Anta Grande do Zambujeiro. Como é evidente, centrar-me-ei neste último elemento.

Antes de mais, é importante referir que este estudo é o mais recente de uma série de três que tiveram como fim a análise do estado da Anta Grande.

A primeira vez que o monumento foi visitado, por técnicos do LNEC, aconteceu no final da década de 70 do século passado, tendo dado origem a um relatório (Delgado Rodrigues e Castro, 1979). Nesse documento foram analisadas as condições de conservação e feitas recomendações para acções de manutenção.

No início dos anos 90, do século XX, no âmbito do Projecto GRANITIX, resultado de uma parceria entre IPPAR e LNEC, foram realizados novos estudos sobre o estado de conservação do edifício funerário, alguns de natureza arqueológica, que resultaram na produção de um novo relatório (Delgado Rodrigues et al, 1992).

No entanto, de acordo com J. Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, as medidas de salvaguarda apontadas nesse documento não tiveram seguimento prático, "pelo que o monumento chega aos nossos dias em situação mais grave, claramente em piores condições do que as que se verificaram aquando do primeiro estudo realizado" (Rodrigues e Nunes, 2006: 24).

Em relação ao estado da estrutura aquando do último relatório, os autores referem que "o estado de alteração e degradação dos vários monólitos que compõem o monumento megalítico é diversificado, ocorrendo alguns bastante sãos e resistentes e outros muito alterados e em processo rápido de desintegração" (Rodrigues e Nunes, 2006: 24).

No que concerne à questão da degradação, os autores definiram dois tipos principais de problemas. O primeiro diz respeito ao destacamento de material pétreo da superfície dos monólitos e o segundo reporta-se à gradual debilidade das características de resistência dos monólitos com função estrutural (Rodrigues e Nunes, 2006).

Em 1979, quando foi realizada a primeira visita ao monumento, os técnicos do LNEC verificaram que os principais fenómenos de deterioração, por destacamento de material pétreo, tinham por base a arenização e a formação de lascas, placas e plaquetas.

"Os casos de arenização foram detectados principalmente nas pedras que compõem o corredor (...) e nos bordos dos esteios da câmara como, por exemplo, na pedra de

cabeceira (...). A formação de lascas, placas e plaquetas ocorria um pouco por todo o lado, podendo observar-se na parte exterior da pedra da cobertura do corredor e nos esteios da câmara" (Rodrigues e Nunes, 2006: 24).

Em 1992, no relatório a que já fiz referência, os autores apontavam a fissuração localizada no bordo esquerdo de um dos esteios, bem como a existência de fracturas de direcção sub-vertical, paralelas entre si, na parte superior. Também salientaram que a espessura das lascas formadas diminuiu, o que podia indiciar o seu desprendimento, pelo que, possivelmente, foi atingida uma zona mais profunda em que a pedra se encontra mais resistente (Rodrigues e Nunes, 2006).

No relatório realizado em 1992, anotou-se a existência de placas, plaquetas e escamas em algumas peças, principalmente na sua superfície exterior. Foram igualmente apontadas a importância da fracturação e fissuração presentes em algumas das peças, sendo, geralmente, mais graves nas zonas dos bordos do que na parte central dos mesmos (Rodrigues e Nunes, 2006).

De acordo com os autores, já em 1979 se tinha verificado que alguns monólitos se encontravam em fase de degradação extremamente rápida das suas características de resistência. Nestas condições já se encontrava o pilar, com fractura longitudinal e rotura sub-vertical no seu topo, devido à carga que suportava e que lhe era transmitida pela laje de cobertura. A ameaça de ruína deste pilar conduziu a uma intervenção urgente, com o objectivo de aliviar a carga, que obrigou à construção de uma estrutura de apoio em tijolo que certamente terá contribuído para a relativa estagnação deste processo de alteração, como comprova a informação relativa ao relatório datado de 1992 e a análise do estado actual (Rodrigues e Nunes, 2006).

No trabalho de 1992, assinalou-se também a fissuração e fracturação mais ou menos sub-vertical de outros dois pilares, com particular incidência nas zonas de contacto com os esteios da cobertura (Rodrigues e Nunes, 2006).

De acordo com as recomendações do primeiro relatório, terão sido construídas, numa primeira instância, estruturas de tijolo para solucionar o problema de estabilidade estrutural e, mais recentemente, uma estrutura de madeira na zona que antecede a entrada na câmara para impedir a queda dos esteios fragmentados da cobertura (Rodrigues e Nunes, 2006).

Os elementos de cobertura do corredor foram assinalados como estando também muito danificados, apresentando uma fragmentação já bastante avançada, cuja principal causa os autores atribuem a deficiência na colocação e na transmissão das cargas. Como é

referido, as dimensões consideráveis destes blocos pétreos originam tensões muito elevadas por flexão das peças, o que poderá ter provocado, ainda no tempo de funcionamento da necrópole, o reforço da sustentação pelos pilares que se encontram a meio do corredor (Rodrigues e Nunes, 2006).

Ao efectuarem a comparação de um pormenor do topo dos esteios da câmara em 1979 e em 2006, os autores assinalam o arredondamento das arestas e, em particular, a fracturação do esteio C5, dando realce à velocidade a que a alteração se processou, uma vez que a fracturação evoluiu rapidamente resultando na desintegração da parte superior do monólito em duas peças de menores dimensões que anunciam desabamento.

No estudo executado em 1992, apontaram a existência de cavidades de dimensões reduzidas (poucos cm2) e de forma arredondada, repartidas de modo irregular na face interior deste esteio. Igualmente, verificaram uma descamação notória na quase totalidade da superfície exterior.

Na altura do último relatório, 2006, este monólito encontra-se relativamente estável no tocante a perdas de material na parte exterior, o que, de acordo com os técnicos, pode indiciar uma diminuição da taxa de alteração, "possivelmente devido à presença da estrutura que a protege, mas que também se pode dever ao facto de as zonas mais fragilizadas já terem sido eliminadas e se haver atingido uma zona mais profunda em que a pedra se encontra mais resistente" (Rodrigues e Nunes, 2006: 31).

Em relação à tampa, os autores explicam que foi removida da sua posição original durante as escavações, uma vez que se verificou que ela se encontrava partida e caída para o interior da câmara.

Actualmente encontra-se no flanco poente da mamoa. Trata-se de um monólito de granito de grão grosseiro e, embora partida, o seu estado de alteração não é muito avançado. Como resultado da sua exposição aos agentes meteóricos, encontra-se recoberta de líquenes (Rodrigues e Nunes, 2006).

No que concerne aos taludes da mamoa, os autores fizeram referência à sua inclinação muito íngreme, resultado das escavações arqueológicas, inadequadas para solos de natureza terrosa com aquelas características geotécnicas.

Consequência desse facto é a erosão muito acentuada dos solos, que, inclusivamente, têm sofrido pequenos desmoronamentos, constituindo uma situação particularmente caótica, para a qual deu forte contributo o calcorrear desordenado que foi permitido aos visitantes. Para além da falta de ordenamento das superfícies, o processo erosivo representou igualmente uma perda de material arqueológico e contribuiu para a

destruição de alguns vestígios escavados e que estavam ainda no seu contexto, como são os níveis de enrocamento do sopé da mamoa (Rodrigues e Nunes, 2006).

Para os autores, a escavação arqueológica de que foi alvo o corredor realizou-se até níveis muito profundos, deixando as fundações dos esteios descompensadas do lado escavado, o que também contribuiu para acelerar a instabilização destas peças.

Findas as escavações, deveriam ter sido repostos estes níveis escavados, a fim de restabelecer condições de fundação adequadas. Essa reposição é agora urgente, pois a situação de grande número destes esteios não pode permanecer assim por mais tempo (Rodrigues e Nunes, 2006).

Em 1979, o relatório apresentado apontava já a possibilidade da existência de alterações provocadas pela possível presença de sais solúveis, cujas eflorescências, embora consideradas pouco significativas, os técnicos puderam observar nos pilares do corredor, tendo a sua origem sido remetida para as águas de ascensão capilar a partir dos terrenos de fundação (Rodrigues e Nunes, 2006).

Em todo o caso, os monólitos estão pouco afectados por colonização biológica. "Estudos efectuados para identificação das espécies colonizadoras e para avaliação da sua acção deletéria demonstraram que as espécies liquénicas ocorrentes eram maioritariamente crustáceas e muito eficazes em penetrar em profundidade na massa pétrea (Romão, 1996). É de notar o efeito que a construção da estrutura metálica teve na redução do desenvolvimento de colonização biológica" (Rodrigues e Nunes, 2006: 31).

O acesso ao relatório do LNEC permitiu-nos ter um diagnóstico extremamente aprofundado do estado de conservação da Anta Grande do Zambujeiro, factor fundamental para estabelecer um plano de acção coerente para o monumento.

Para além disso, é um documento muito recente (2006), o que significa que podemos trabalhar a partir dele, sem receio da sua eventual caducidade.

A somar ao anterior, tem a grande vantagem de estabelecer uma súmula do historial de degradação da estrutura, uma vez que frequentemente se refere aos estudos anteriores (1979 e 1992), permitindo-nos perceber quais os pontos mais sensíveis do monumento, sendo a esses que primeiro deveremos acorrer.

Mas este documento não se fica pela realização de um levantamento dos principais problemas da Anta Grande do Zambujeiro, pelo contrário, vai muito mais longe, chegando a estabelecer medidas para a conservação da estrutura, num ponto, denominado "Algumas Medidas para a Conservação do Monumento", que a seguir se analisa.

O conjunto de informações recolhidas nos vários relatórios apresentados, possibilitou, de certa forma, acompanhar a evolução do processo de alteração de alguns monólitos desde o inicio das escavações, "resultando dessa análise a demonstração da necessidade de intervenção urgente, tanto ao nível de evitar ou reduzir o destacamento de material pétreo como de melhorar a estabilidade estrutural do monumento" (Rodrigues e Nunes, 2006: 31).

Segundo Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, os trabalhos arqueológicos realizados no monumento, com o objectivo de o pôr a descoberto, deixaram-no bastante desprotegido e sujeito à acção severa dos agentes meteóricos.

O facto de os elementos pétreos terem estado enterrados durante milénios, permitiu que eles tivessem chegado até nós com as suas formas intactas. No entanto, a exposição às águas de infiltração, ainda que não tenha afectado a morfologia externa das peças, provocou ataques de natureza química que debilitaram a estrutura cristalina dos componentes mineralógicos do granito (Rodrigues e Nunes, 2006).

Desta forma, quando a rocha foi exposta, a estrutura dos seus componentes minerais encontrava-se algo debilitada pelo que o meio externo mais agressivo atacou essas zonas mais debilitadas e rapidamente desencadeou processos de degradação mais perigosos.

Foi este aspecto que provocou as ocorrências, mais ou menos generalizadas, de arenização, de formação de escamas e de placas e o destaque de lascas, por vezes de grandes dimensões. "É, por isso, necessário tomar medidas que reponham as características de resistência nas peças que se encontrem mais debilitadas, ao mesmo tempo que se deve procurar retardar a progressão da degradação" (Rodrigues e Nunes, 2006: 31).

Já no momento da produção do primeiro relatório, os autores tinham considerado que a situação anterior às escavações, com a mamoa in situ, era mais favorável para a preservação do monumento do que a situação corrente. Ainda que não tomem partido relativamente ao grau de reconstituição que é aceitável, consideram, no entanto, que a mamoa deve ser objecto de medidas de protecção que eliminem a progressão do seu desmantelamento, tal como se verifica actualmente (Rodrigues e Nunes, 2006).

Com o objectivo de dar algum contributo para a criação de um modelo para soluccionar os problemas da Anta Grande, Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes estabeleceram um conjunto de recomendações que consideraram relevantes.

Em primeiro lugar surge:

a) Apresentação geral e conceito de conservação

Neste ponto referem que, desde a sua escavação, a Anta Grande do Zambujeiro esteve sujeita aos agentes climatéricos, sem qualquer protecção, até que foi colocada a cobertura provisória que, actualmente, ainda lá se encontra.

Durante este período, não existiu qualquer preocupação em estabelecer e impor percursos de acesso aos visitantes, pelo que quem visita o local o faz de forma completamente anárquica, agredindo de forma constante, ainda que inconscientemente, as estruturas arqueológicas, nas quais têm produzido danos irreparáveis.

A própria localização do monumento, em espaço ermo, e o livre acesso a que ele se tem são factores que, segundo os autores, favorecem o vandalismo, só sendo de admirar que os danos desta natureza provocados no monumento não sejam de maior monta (Rodrigues e Nunes, 2006).

Neste contexto, J. Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, definiram um conjunto de questões a considerar no momento de projectar a musealização daquele espaço e que leve em conta os aspectos relativos à conservação dos diversos componentes do monumento, os meios de vigilância disponíveis, os locais a aceder, e a forma de o fazer (Rodrigues e Nunes, 2006). Eis as interrogações levantadas pelos autores e que aqui se reproduzem:

a) Pretende-se ou não manter uma cobertura sobre a generalidade dos monólitos?

A sua acção de protecção tem sido efectiva, mas é óbvio que, na presente situação, a sua qualidade estética e funcional não se coadunam com o significado do monumento;

b) Pretende-se ou não deixar que os visitantes acedam ao interior da câmara?

Esta opção terá grandes consequências em termos de conservação, pois a manutenção do acesso implicará a implantação de medidas de segurança pessoal específicas, o que exigirá obras de consolidação e de suporte de grande envergadura. Por sua vez, para permitir a observação exterior da câmara é necessário prever acessos e estruturas adequados, quer para garantir a segurança dos visitantes, quer para proteger as delicadas extremidades dos monólitos da câmara.

c) Como se pretende deixar exposto o corredor e a câmara?

Considerando que o corredor terá sido escavado até às fundações dos monólitos, que por isso perderam condições de estabilidade, será importante decidir se se quer manter essas condições ou se se aceita repor artificialmente algum aterro no corredor e na câmara de forma a melhorar a estabilidade estrutural dos monólitos.

d) Que se pretende mostrar, onde e como, dos aterros originais da mamoa?
Sabendo que os terrenos originais não comportam inclinações acentuadas e que, dada a sua constituição terrosa, rapidamente se cobrem de vegetação e se tornam "invisíveis", apenas uma solução muito específica, cuidada e de difícil manutenção permitiria ter esses terrenos à vista.

e) É aceitável ocultar completamente as cicatrizes deixadas pelas escavações da mamoa?
No seguimento da alínea anterior, a solução mais natural seria efectuar a total cobertura das zonas escavadas, repondo artificialmente o aterro de forma a eliminar a erosão natural provocada pelas chuvas e a artificial causada pelo calcorrear anárquico dos visitantes (Rodrigues e Nunes, 2006: 33).

Como referem os autores, as questões levantadas apresentam vários pontos de interacção, pelo que qualquer tomada de decisão terá implicações sucessivas. Como exemplo apresentam a problemática da manutenção, ou não, da cobertura. Da resposta dependerão as acções relativas à protecção dos monólitos e das estruturas arqueológicas escavadas, constituindo-se pois como uma das primeiras opções a clarificar (Rodrigues e Nunes, 2006).

Estas são, de facto, questões essenciais que se têm de colocar antes de avançar para a fase de trabalho de campo. Efectivamente, será necessário estabelecer um período de reflexão para seleccionar a solução mais adequada, de acordo com o tipo de intervenção pretendida, para a recuperação do monumento. Ao tipo de operações que considero possíveis para a anta voltarei em momento mais adiantado.

Mas o excelente trabalho do LNEC levanta várias outras questões de importância fulcral em termos de conservação e restauro, nomeadamente no que se refere à segurança estrutural, à consolidação das peças arenizadas e à resolução dos problemas relacionados com a colonização biológica. Em boa verdade, o trabalho do LNEC não só levanta as questões, como aponta as soluções a colocar em prática:

No que concerne à segurança estrutural, os autores afirmam que os monólitos do corredor, mais concretamente os esteios, as peças de suporte e as lajes de cobertura, demonstram sinais claros de instabilidade, que chegam a casos de rotura parcial ou mesmo total das peças.

Este facto forçou o encerramento do acesso ao interior da câmara e o reforço do escoramento de algumas das peças em maior risco, pelo que é fundamental buscar soluções de carácter mais definitivo e mais consentâneas com a apresentação que se quer dar ao monumento. Nestes termos, Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes propõem as seguintes medidas:

1. Reforço, ao nível das fundações, dos esteios laterais do corredor. O peso dos terrenos do lado exterior deverá ser compensado com a colocação de uma camada de aterro devidamente compactado do lado interior, não se excluindo que alguns dos esteios possam ser ligeiramente reposicionados para a posição vertical;

2. As peças da entrada da câmara devem ser reposicionadas de forma mais estável, pois a actual situação é demasiado perigosa para quem se tenha de abeirar desta área. A movimentação destas peças é um acto de intromissão na autenticidade do monumento, pelo que todas as acções devem ser objecto do máximo cuidado. Assim, importa referenciar devidamente a situação antes da intervenção e intervir apenas no mínimo indispensável para resolver a situação;

3. As peças remexidas devem ser recolocadas em devidas condições, podendo algumas delas ter necessidade de serem coladas ou consolidadas;

4. Alguns dos esteios que suportam as peças de cobertura do corredor estão profundamente alterados e a sua secção é já muito pequena, pelo que a sua capacidade de carga já ultrapassou os limites de segurança. Deste modo, estas peças necessitam de ser definitivamente aliviadas das cargas que suportam, devendo, pois, ser encontrada solução apropriada para este fim. Dada a especificidade e importância deste assunto, será conveniente obter a colaboração de um especialista em estruturas;

5. A laje de cobertura deve ser objecto de especial cuidado, pois encontra-se fracturada e a necessitar de ser reconstruída por anastilose dos fragmentos separados. A grande dimensão desta peça exige meios de movimentação pesados, pelo que não deve ser tentada a intervenção com meios insuficientes pois podem daí resultar problemas para o monumento e para os operadores;

6. A fim de garantir a sua estabilidade futura, esta peça deve ser suportada em esteios independentes do monumento, pelo que será necessário encontrar uma solução apropriada. Os materiais a utilizar no reforço estrutural deverão integrar-se no monumento de forma a minimizar o impacto visual decorrente da presença dos mesmos. O uso de esteios metálicos, não facilmente perecíveis, pode ser uma alternativa a encarar;

7. As extremidades dos monólitos da câmara estão debilitadas, apresentam alguns fragmentos em estado de instabilidade e a pedra está arenizada. Dado que estas áreas estão muito expostas aos agentes de alteração, incluindo a acções de vandalismo, deve ser prevista a fixação dos elementos em vias de destacamento, devendo ainda prever-se a consolidação das áreas com menos coesão (Rodrigues e Nunes, 2006: 33).

Igualmente, são avançadas medidas com o objectivo de proceder à Consolidação das Peças Arenizadas.

Conforme foi referido, há um conjunto alargado de peças fortemente arenizadas e algumas delas têm sofrido erosão significativa das suas superfícies. "Esta erosão é facilitada pela progressiva perda de coesão do granito, que resulta da sua alteração herdada da pedreira, das transformações que sofreu durante a fase de enterramento e da exposição aos agentes agressivos após a escavação. Nos casos mais graves, é notório que as peças já perderam espessuras consideráveis, pelo que se torna urgente proceder à consolidação das zonas mais debilitadas" (Rodrigues e Nunes, 2006: 33).

Como explicam os autores, a experiência acumulada pelo LNEC, em casos de edificações em granito, tem demonstrado que as operações de consolidação se podem realizar com facilidade devido à existência de produtos com suficiente poder de consolidação e com excelente capacidade de impregnação, aspectos que devem estar bem presentes na selecção de um tratamento de consolidação.

Segundo Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, "nas situações mais comuns, a consolidação com produtos à base de silicato de etilo (por ex. Wacker OH, da Wacker Chemie, ou o RC70, da Rhône-Poulenc) é uma solução satisfatória. Nos casos em que for exigida uma acção consolidante mais forte, pode ser usado um silicato de etilo com adição de resina metilfenil (RC90, da Rhône-Poulenc) ou, mesmo, optar pela impregnação com uma resina epoxídica cicloalifática (EP101, da Bresciani), de grande poder de penetração e com forte poder consolidante. Estes dois últimos produtos poderão provocar uma certa alteração de cor, pelo que será recomendável efectuar alguns testes preliminares em local pouco visível para verificar da aceitabilidade dessas modificações cromáticas" (Rodrigues e Nunes, 2006: 34).

Não deixam, no entanto, de lançar um alerta, ao referir a delicadeza deste tipo de acções, pelo que só devem ser realizados por técnicos de conservação e restauro com experiência em consolidação de materiais pétreos (Rodrigues e Nunes, 2006).

No relatório do LNEC existe ainda um outro aspecto aludido, ao qual foi atribuida a denominação de "Outras Operações". Nele é tratada a problemática da colonização biológica. Segundo os autores, esta só é evidente nas áreas totalmente expostas, como sejam o chapéu e uma pequena parte do monólito-estela, pelo que não configura um problema sério de conservação. Ainda assim, aconselham a utilização da metodologia sugerida em capítulo anterior para o Cromeleque dos Almendres.

A concluir o relatório, Delgado Rodrigues e Cristiana Nunes, produzem ainda as seguintes recomendações:

"A situação em que a Anta se encontra não parece condizer com a sua excepcional qualidade e a sua envolvente também não ajuda a transmitir essa impressão de grandiosidade. Recomenda-se, pois, que todo o entorno seja analisado e que seja definida uma zona tampão e realizadas obras de regularização e de ordenamento topográfico e florestal a fim de melhor enquadrar o conjunto megalítico.

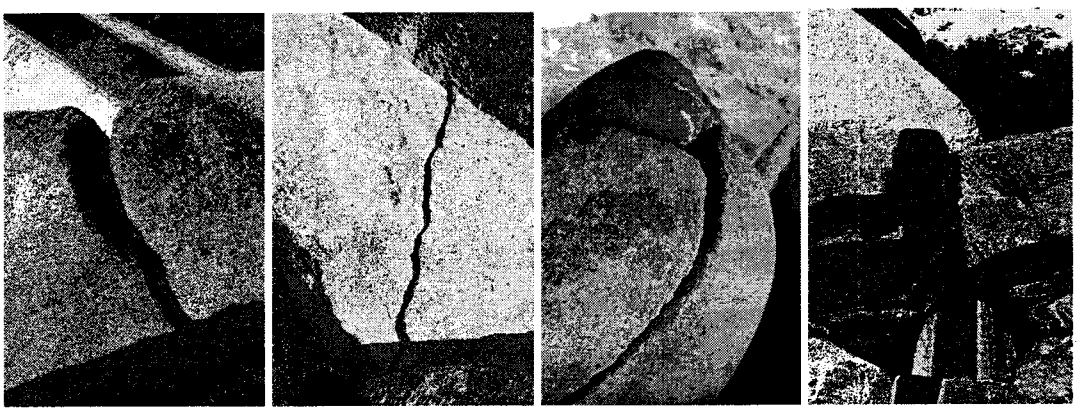
Finalmente, é importante salientar que a intervenção deverá ser objecto de relatório pormenorizado, onde conste a descrição e documentação do estado de conservação do monumento à data do inicio dos trabalhos, a indicação dos materiais e procedimentos utilizados e seja documentada a situação no final da intervenção" (Rodrigues e Nunes, 2006: 34).

É impossível deixar de elogiar, mais uma vez, o trabalho realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, da autoria de J. Delgado Rodrigues e Cristiana Paulos Nunes, que produzem um texto de superior qualidade e que aborda todos os pontos

fundamentais a considerar para um projecto de recuperação da Anta Grande do Zambujeiro.

Trata-se pois, de um elemento indispensável e que servirá de base para qualquer intervenção que se pretenda realizar no monumento.

A consulta de tal documento valoriza sobremaneira esta dissertação de mestrado, mas vai muito além desse aspecto quase redutor da sua valia, a sua existência consolida enormemente a esperança na rápida resolução de todos os problemas que rodeiam aquele que é, por muitos, considerado o mais alto dólmen do mundo.



IMAGENS 10, 11, 12 E 13: ALGUNS EXEMPLOS DE DEBILIDADES NOS ELEMENTOS QUE COMPÕEM A AGZ
Autor: Sara Piteira

5 – RESTAURO E MUSEALIZAÇÃO DA ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO: CONCLUSÕES E PROPOSTAS

A Anta Grande do Zambujeiro justifica, plenamente, um plano de trabalhos de fundo com vista à sua recuperação. Esta é uma afirmação que quase roça o banal, de tão incontestável. Ora, se a necessidade de restabelecimento é evidente e de consenso alargado, o que tem impedido o inicio dos trabalhos?

Do meu ponto de vista, há vários factores que contribuem para o sucessivo adiamento da operação.

Em primeiro lugar, e assumindo importância vital, temos a questão da propriedade. O monumento encontra-se em domínio particular, o que condiciona sobremaneira qualquer projecto de intervenção. Assim sendo, a primeira atitude a tomar terá que ser, forçosamente, a negociação dos termos com o proprietário do terreno para prescindir da parcela de solo onde está implantada a anta, à qual teremos de adicionar uma zona tampão. Neste caso, parecem existir duas possibilidades.

A primeira delas, claramente a mais aconselhável, passaria por uma permuta de terrenos com a Herdade da Mitra, propriedade da Universidade de Évora, com a qual confina. De resto, esta solução foi sugerida, em 2006, por Manuel Calado, numa reunião com elementos da Câmara Municipal de Évora e técnicos do IGESPAR (Manuel Calado, informação pessoal) e proposta posteriormente à Universidade de Évora. Como aspecto particularmente positivo a realçar, foi-me dada a informação de que existe interesse por parte dessa entidade para negociar com o proprietário (Leonor Rocha, informação pessoal).

A segunda hipótese seria, em caso de se tornar impossível o acordo com o proprietário, iniciar um processo de expropriação, de acordo com a alínea b) do artigo 50° da Lei n.° 107-01 de 8 de Setembro de 2001, que refere:

b) Quando por razões jurídicas, técnicas ou científicas devidamente fundamentadas a expropriação se revele a forma mais adequada de assegurar a tutela do bem;

A justificação para esta atitude poderia ser fundamentada no incumprimento das alíneas b) dos pontos 1 e 2 do artigo 21.° da Lei n.° 107-01 de 8 de Setembro de 2001, que, de resto, parece perfeitamente clara. Nela, são considerados como deveres especiais dos detentores:

1. Os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados ou inventariados estão especificamente adstritos aos seguintes deveres:

   b) Conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração;

2. Sobre os proprietários, possuidores e demais titulares de direitos reais sobre bens que tenham sido classificados incidem ainda os seguintes deveres:

   b) Executar os trabalhos ou as obras que o serviço competente, após o devido procedimento, considerar necessários para assegurar a salvaguarda do bem.

Pelo que sei, nunca os proprietários do terreno se responsabilizaram por qualquer tipo de intervenção no monumento. Ainda assim, esta é, declaradamente, a solução a evitar, porque implicaria, com toda a certeza, uma longa batalha judicial que, em última análise, prejudicaria principalmente a Anta Grande do Zambujeiro.

A título de exemplo, em 1999, os proprietários da Anta Grande foram contactados pela então Direcção Regional de Évora, a pretexto de um hipotético "projecto de valorização", para averiguar da sua disponibilidade para transaccionar uma parcela de 5ha da Herdade das Figueiras. O espaço incluiria o monumento, uma zona de protecção e o respectivo acesso.

Em resposta a esta sondagem, os proprietários, como refere António Carlos Silva, "para além de terem proposto um valor "especulativo" a título dos terrenos rústicos (3 000 contos/hectar= 15 000 contos) propuseram ainda quase outro tanto (11 000 contos) pelo valor científico, cultural e turístico do monumento... naturalmente no estado em que este se encontrava"[22].

Verificando o processo, não terá sido dada resposta a esta pretensão nem, tampouco, terá sido pedida uma avaliação oficial pelo IPPAR. Em todo o caso, uma eventual negociação será, naturalmente, complexa.

Resolvendo satisfatoriamente esta primeira questão, poderíamos avançar para o problema de fundo, ou seja, a intervenção. Em qualquer das hipóteses que se apresentam adiante, teremos sempre que levar em conta o trabalho do LNEC, referido

[22] SILVA, António Carlos (2006) – «Informação interna sobre a Anta Grande do Zambujeiro de 14.03.06», in *crookscape*, [em linha], http://antagrandezambujeiro.blogspot.com/>, (25.02.09).

em ponto anterior desta dissertação, pois levanta questões que terão forçosamente de ser respondidas antes de se avançar para o trabalho de campo.

Levando em forte consideração o que fica escrito anteriormente, passo a explanar as hipóteses que considero terem maior potencial para a recuperação do monumento. Assim sendo, do meu ponto de vista, duas possibilidades se afiguram como viáveis.

A primeira delas, mais rápida e, possivelmente, menos onerosa, passaria simplesmente pela recuperação e pelo reforço estrutural do esqueleto pétreo do edifício funerário e pela estabilização da mamoa, através da reposição de terras.

Refiro-me a trabalhos, essencialmente, de engenharia civil e de conservação e restauro, com uma componente arqueológica pouco pronunciada. Uma solução deste tipo não deverá suscitar grande polémica, permitindo a sua implementação no curto prazo.

Neste caso, a existência de uma cobertura parece inevitável, de forma a evitar a erosão dos solos e a liquenização dos blocos pétreos, ainda que se deva reflectir sobre a possibilidade desta ser retirada, ou, pelo menos, estudar uma solução diversa da actualmente existente, que tenha muito menos impacto na leitura do monumento.

A segunda hipótese, para a qual tendo claramente, é mais complexa. Será, provavelmente, bastante mais cara, implicará uma intervenção mais profunda e, sem dúvida, mais prolongada no monumento.

Neste caso, estou a falar de uma operação de grande escala, que teria como propósito, não somente o restauro da estrutura pétrea e da mamoa, mas trabalhos na envolvente do monumento com vista à resolução das questões que envolvem, por exemplo e entre outras, o papel das denominadas «estelas-menir».

Também a mamoa teria de ser alvo de trabalhos arqueológicos de modo a tentar compreender como terá sido o seu aspecto original (escalada, como parece suspeitar Manuel Calado, ou *tumulus* simples). A resposta a esta dúvida terá impacto directo na fase de restauro do monumento.

Igualmente, será uma excelente oportunidade para confirmar a existência, ou não, de um átrio como parecem suspeitar Luís Raposo (Raposo, 2003) e Rui Parreira (Parreira, 1996), com base em evidências no terreno. Estas e outras interrogações de particular relevância teriam que ser respondidas antes de se pensar sequer nos trabalhos de restauro do monumento.

Naturalmente, com semelhante nível de "intrusão" na Anta Grande, será fundamental que o responsável pelos trabalhos estivesse escudado da melhor forma possível, de forma a evitar atrasos nos trabalhos e polémicas desnecessárias, enormes consumidoras

de tempo e boas vontades.

Para que tal suceda, defendo a criação daquilo a que, à falta de melhor denominação, se pode designar como "Conselho de Sábios", ou seja, um grupo de trabalho, de abrangência internacional, com experiência reconhecida na matéria a tratar que, de forma consensual, avalize o rumo a seguir no que concerne à correcta recuperação da Anta Grande do Zambujeiro.

Independentemente da solução escolhida, temos de estar cientes dos problemas que afectam o monumento. Estes, de acordo com o relatório do LNEC de 2006, dividem-se em três áreas fundamentais:

- Em primeiro lugar surge a alteração e a degradação dos elementos pétreos constituintes do monumento;
- Em segundo, aparece a erosão muito acentuada dos taludes do remanescente da mamoa, responsabilidade dos factores climatéricos, mas provocada também pela incursão descontrolada dos visitantes;
- Finalmente, tudo se traduz na gravíssima situação de estabilidade estrutural, particularmente grave na zona de articulação do corredor com a câmara, o que, de resto, esteve na base dos trabalhos de escoramento anteriormente referidos.

No mesmo documento foram avançadas algumas medidas de conservação que se prendem com o tipo de acesso e visita a facultar ao monumento, ainda que estejam directamente relacionadas com decisões do foro conceptual do projecto a implementar. No limite, o relatório avança mesmo com a hipótese de não serem permitidas visitas e o monumento ser reentulhado e selado.

Uma acção deste tipo limitaria, de facto, o processo degenerativo da estrutura, mas penso que deverá ser a última possibilidade a equacionar. Não sendo este o caso, alvitraram um conjunto de propostas, que se podem incluir no âmbito da segurança estrutural, nomeadamente quando se reportaram à desmontagem dos esteios e à sua posterior implantação em apoios reforçados[23].

Evidentemente, este tipo de propostas teriam de ser equacionadas num projecto de largo espectro que incluísse disciplinas tão diversas como a arqueologia, a engenharia civil, a biologia, a arquitectura paisagista, a conservação e restauro, entre outras, com o objectivo de efectuar uma intervenção abrangente que contemplasse as diversas vertentes do trabalho. Ainda assim, não posso deixar de reflectir um pouco sobre o

[23] SILVA, António Carlos (2006) – «Informação interna sobre a Anta Grande do Zambujeiro de 14.03.06», in *crookscape*, [em linha], http://antagrandezambujeiro.blogspot.com/>, (25.02.09).

conjunto de questões levantadas no relatório do LNEC de 2006. Nele foram incluídas:

f) Pretende-se ou não manter uma cobertura sobre a generalidade dos monólitos?
Muitas vezes posta em causa pela sua forte componente inestética, a verdade é que ninguém se atreve a criticar a sua inquestionável utilidade, como de resto ficou comprovado na análise do relatório do LNEC. Pessoalmente, defendo que o monumento deve ficar a descoberto, desde que fiquem salvaguardadas todas as questões relativas à sua conservação. Se assim não for, penso que deve ser considerada a manutenção de uma estrutura de cobertura, buscando uma solução que procure aliar a componente prática a uma estética mais apurada e mais condizente com a excepcionalidade da Anta Grande do Zambujeiro.

g) Pretende-se ou não deixar que os visitantes acedam ao interior da câmara?
Neste caso, a resposta estará profundamente relacionada com as questões da segurança. Uma vez garantidas, penso que o acesso ao interior do espaço funerário se tornará uma componente muito importante da visita. Para além disto, parece-me que a câmara, bem como o átrio, têm enorme potencial para nele se realizarem algumas actividades lúdicas pontuais (por exemplo observações solsticiais ou de estrelas).
No que concerne ao exterior, considero que devem ser traçados percursos obrigatórios de modo a proteger o monumento, promover a segurança e terminar, de uma vez por todas, com o calcorrear desordenado dos visitantes.

h) Como se pretende deixar exposto o corredor e a câmara?
Em relação a este ponto, e partindo do principio que o corredor foi escavado até às fundações dos monólitos, retirando-lhes condições de estabilidade, defendo claramente a reposição artificial de parte do aterro no corredor e na câmara com o objectivo de melhorar a estabilidade estrutural dos monólitos.

i) Que se pretende mostrar, onde e como, dos aterros originais da mamoa?
Tendo noção das inclinações acentuadas e da forte erosão que tem afectado o que resta da mamoa, julgo que a solução a implementar terá, forçosamente, de passar por uma reposição artificial dos níveis de terra.

j) É aceitável ocultar completamente as cicatrizes deixadas pelas escavações da mamoa?

Na sequência da resposta à questão levantado na alínea anterior, do meu ponto de vista, e na sequência do que é defendido no relatório do LNEC, a atitude mais razoável seria recobrir completamente as áreas afectadas pelos trabalhos arqueológicos, através da reposição, com recurso a meios técnicos actuais, do aterro de modo a corrigir a erosão natural, causada pelos agentes climatéricos, e a artificial, provocada pela acção caótica e desregrada dos visitantes.

No que se refere às questões de conservação e restauro, temos, em primeiro lugar, que ter presente que "a preservação e apresentação *in situ* de vestígios arqueológicos é o principal objectivo dos programas de valorização de sítios arqueológicos" (Tinturé e Garcia, 2004: 247).

Olhar e perceber os sítios é acção complexa, uma vez que observamos elementos que, desde a sua construção, sofreram um conjunto de alterações que, em certo sentido, os deixaram desfigurados e com uma imagem diversa da que tiveram originalmente.

"Assim, podemos afirmar que as intervenções de conservação e restauro têm, em parte, como função tornar os sítios mais legíveis, preparando-os para a sua apresentação, preservação e integração na sociedade" (Tinturé e Garcia, 2004: 247).

No que concerne às operações de conservação e restauro necessárias, há um conjunto de princípios que devem estar sempre presentes e que fui encontrar no trabalho que Antonia González Tinturé e Joaquim Garcia produziram sobre Alcalar 7, e que adiante se adapta à situação da Anta Grande:

- Uma intervenção de conservação e restauro tem como objectivo principal a manutenção da estabilidade física e química do objecto ou estrutura, procurando minimizar e mesmo travar o impacto dos processos de degradação desencadeados ao longo dos tempos.

- A conservação do conjunto sem modificar a sua estrutura original constituiu uma prioridade, com recurso ao restauro em situações específicas para garantir a estabilidade física do monumento e recuperar, na medida do possível, essa leitura original, perdida ou alterada ao longo dos tempos.

- Tendencialmente, as reconstruções devem ser limitadas a casos muito concretos e somente com o propósito de garantir a estabilidade estrutural, ainda que, em determinados casos, se possa justificar o recurso à anastilose para reforçar a leitura do

monumento.

- Os restauros, entendidos como reconstituições, devem ficar submetidos à conservação em primeiro lugar, desenvolvendo, porém, uma função didáctica, visto que contribuem para aproximar o público a um passado muitas vezes desconhecido e dificilmente assimilável perante a visão de uma ruína.

- Uma vez decidido o tipo de intervenção a realizar, surge a necessidade de elaborar um plano de actuação e definir a metodologia de trabalho. Em diversas ocasiões, a falta de um plano integral definido a priori determina que o trabalho seja realizado de forma parcial e sem uma visão de conjunto, o que a médio e longo prazo se torna extremamente ineficaz, além de ser eticamente incorrecto.

- Todas as acções de conservação e restauro devem respeitar os critérios circunscritos aos príncipios deontológicos contemplados na Carta de Veneza, que refere a necessidade de realizar estudos prévios antes de iniciar a intervenção material. Qualquer anastilose somente é possível quando a maior parte dos elementos da estrutura se encontra bem conservada e pode ser adequadamente identificada.

- O projecto de restauro deve ser realizado após um profundo trabalho de documentação e registo pormenorizado do monumento, quer a nível histórico, quer a nível técnico, de modo a permitir, na fase de execução, uma abordagem a mais correcta possível. Deve-se ter presente que, quanto maior for o grau de conhecimento científico, mais correcta e segura será a intervenção.

- Outra prioridade deve ser a de preservar, sempre, a autenticidade da estrutura perante os elementos anexados. A intervenção deve ser planeada no sentido de ser perfeitamente diferenciável do original, evitando possíveis falsificações e erros de interpretação. Os restauros devem ser integrados no conjunto de modo a ficarem esteticamente inseridos, devendo ser, ao mesmo tempo, possível identificá-los como elementos acrescentados.

- Os materiais e técnicas a utilizar devem ser escolhidos em função da sua estabilidade e compatibilidade com os materiais originais, ainda que se deva levar sempre em consideração a sua reversibilidade sem danificar ou alterar a estrutura arqueológica primitiva.

- O acompanhamento dos trabalhos arqueológicos em campo pode permitir a observação das técnicas de construção e fornecer os elementos necessários para levar a cabo as operações de restauro.

- A opção deve recair na utilização de materiais suficientemente testados e que reuniam características similares – quando não idênticas – às dos materiais de construção

originais.

- A área envolvente tem também uma importância crucial na compreensão do sítio, pois a paisagem desempenha um papel preponderante no contexto funerário pré-histórico, acentuando, por vezes, a monumentalidade das suas construções. A intervenção foi concebida de modo a alterar o menos possível a envolvente, que deverá ser entendida como mais um elemento da estrutura e, portanto, tratada como tal (Tinturé e Garcia, 2004).

No caso de Alcalar 7, como referem Antonia González Tinturé e Joaquim Garcia, "uma estreita colaboração entre o arqueólogo e o restaurador foi essencial para definir a estratégia de intervenção. Cada um na sua área e aportando conhecimentos específicos, juntaram esforços destinados a atingir um objectivo comum. Como é óbvio, interpretar e decidir até que ponto se deve reconstruir com intenção didáctica é sempre função do arqueólogo responsável, sendo da exclusiva responsabilidade do conservador-restaurador as questões técnicas relativas aos problemas específicos da conservação dos materiais" (Tinturé e Garcia, 2004: 249).

Para a Anta Grande do Zambujeiro, a estratégia terá igualmente de passar por este tipo de colaboração muito próxima.

Por fim, a questão do Centro Interpretativo. Um projecto de intervenção no monumento pré-histórico de tal envergadura tem, forçosamente, de ser complementado com a construção de um espaço projectado com o objectivo de acolher e receber quem visita o local.

O Centro Interpretativo deve ser composto de um edifício, discretamente integrado na paisagem no caso de ser construção nova, de onde se parta para o circuito de visita ao monumento.

No interior do espaço edificado deve existir uma área de recepção aos visitantes, um posto de vendas de bibliografia sobre a temática megalítica e, porque não, sobre o património em geral e onde esteja disponível merchandising diverso.

Deverá ainda ser pensado um espaço expositivo onde se evoque, para além da Anta Grande, o megalitismo funerário regional. Como hipótese para a localização do Centro Interpretativo, sugiro o Conventinho do Bom Jesus de Valverde, propriedade da Universidade de Évora, por três razões fundamentais:

- A primeira relaciona-se com a proximidade a que esta estrutura se encontra da estrada de alcatrão, perfilando-se como o local certo para o visitante acorrer sem dificuldades de maior;

- Em segundo lugar, porque o acesso ao monumento se terá de fazer através da Herdade da Mitra, pelo que a Universidade tem, deste modo, uma forma de controlar o fluxo turístico, actualmente "selvagem", e estabelecer as regras para a correcta fruição do espaço e do monumento;

- Finalmente, a questão económica. Adaptar uma parte do espaço disponível do Conventinho de Valverde para receber o Centro Interpretativo implicará um investimento muito inferior ao necessário para construir um edifício de raiz, ainda que esta última fosse a solução ideal por permitir estabelecer um espaço à medida e perfeitamente adaptado às necessidades de uma estrutura museológica.

De resto, defendo a construção/adaptação de um espaço semelhante, para interpretação do megalitismo não funerário, nas proximidades do Cromeleque dos Almendres (por exemplo na aldeia de Nossa Senhora de Guadalupe, em espaço disponibilizado pela Junta de Freguesia).

Por último, é de promover uma actuação concertada entre as várias instituições públicas ligadas ao património (Câmara Municipal de Évora, Museu de Évora, Universidade de Évora, IGESPAR e DRCALEN, entre outras possíveis associações), de forma a divulgar os vários espaços de carácter museológico existentes no concelho, com o objectivo de estimular os visitantes a cumprir um circuito bem mais alargado do que actualmente se verifica.

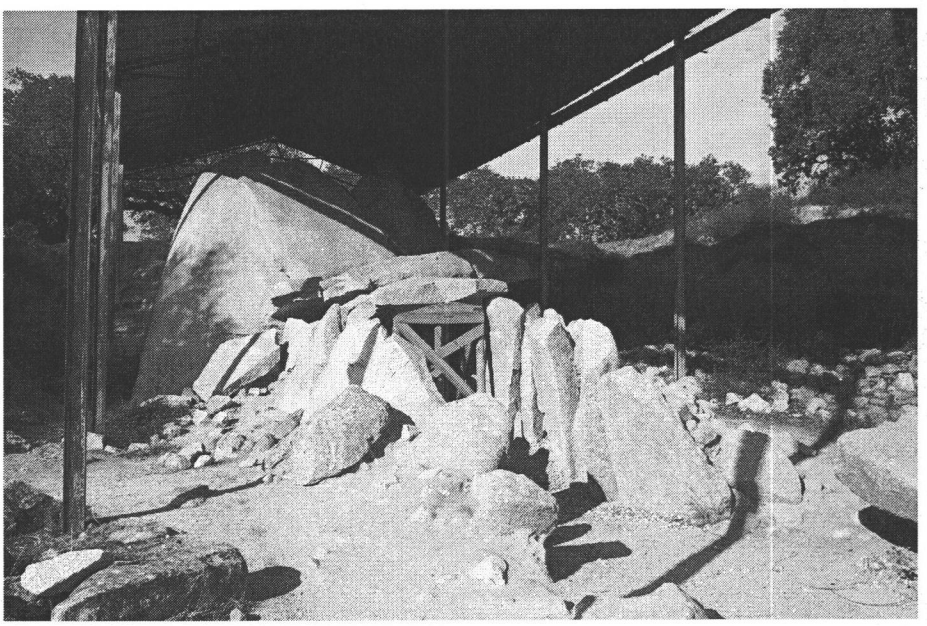


IMAGEM 14: A ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO NA ACTUALIDADE
Autor: Sara Piteira

5.1 – RECOMENDAÇÕES PARA O PLANO DE MANUTENÇÃO DO MONUMENTO

> "A intervenção no património abrange todas as componentes em presença, sejam as obras de restauro propriamente ditas, a classificação ou a protecção administrativa dos bens, mas também a sua gestão em termos latos do ponto de vista territorial e de usos (ou reafectação de usos) – como também a gestão no sentido mais estrito, ou seja, em termos económicos e financeiros" (Calado, Pereira e Leite, 2001: 106).

Com este sub-capítulo, assumidamente inspirado em ponto do trabalho coordenado por Elena Morán e Rui Parreira referente a Alcalar 7, pretendo tecer algumas considerações relativamente ao futuro da Anta Grande do Zambujeiro, numa fase pós-intervenção.

A ideia base é que a reabilitação do monumento não pode ser encarada como o fim do trabalho, mas antes como o início de um processo de constante monitorização.

Transformar um elemento histórico mal conservado num recurso cultural qualificado, implica a criação de um modelo de gestão que garanta a manutenção das condições físicas do monumento e a sua disponibilidade para o futuro como objecto de conhecimento social útil.

Assim sendo, "a intervenção curativa levada a efeito não pode ser encarada como uma acção isolada e sem continuidade, nem muito menos como uma acção definitiva" (Morán e Parreira, 2004: 327).

Para que os resultados de uma eventual intervenção na Anta Grande do Zambujeiro sejam duradouros, é essencial que se criem instrumentos que permitam dar continuação aos trabalhos de manutenção e conservação preventiva, bem como garantir a permanente monitorização do monumento funerário de forma a detectar, precocemente, qualquer tipo de anomalias estruturais e proceder à sua imediata correcção.

Como referem Elena Morán e Rui Parreira em relação a Alcalar 7, sendo perfeitamente aplicável à Anta do Zambujeiro, "as medidas de conservação, curativas e preventivas, têm obrigatoriamente de garantir para o futuro a integridade do edifício pré-histórico e não podem, por conseguinte, ter um horizonte temporal de apenas algumas gerações. Debaixo da terra, o monumento e os contextos a ele associados conservaram-se durante milhares de anos, mas a escavação arqueológica de que foram alvo tão-só conservou parte dos contextos estudados mediante o seu registo, desmontou parcialmente e perturbou o equilíbrio mecânico da construção e poderá ter facilmente condenado o edifício à destruição, salvo se o nosso horizonte de futuro, em que se inscreve a conservação, tiver, no mínimo, os mesmos milhares de anos que este património

edificado presumivelmente duraria se o mantivéssemos estável na sua condição de ruína soterrada e em equilíbrio químico e mecânico com o meio envolvente" (Morán e Parreira, 2004: 327).

Pela sua localização no exterior, onde é refém das condições meteorológicas, e pelo facto de ser objecto de fruição cultural, onde está sujeita à acção fortemente erosiva do turismo de massas, a Anta Grande do Zambujeiro é um elemento patrimonial que necessita de uma atenção particular.

É o propósito de minimizar estes impactos que deve estar na base do conjunto de princípios de monitorização do monumento, de forma a precaver eventuais processos degenerativos do monumento.

É neste contexto que surge o plano de manutenção para a fase pós-obras da Anta Grande, plano esse baseado naquele que foi constituído por Elena Morán e Rui Parreira para Alcalar 7, que tiveram em mente a identificação e resolução das situações anómalas identificadas no monumento:

- Anomalias estruturais: traduzidas no desalinhamento, na deterioração ou fractura dos monólitos graníticos, ou outros elementos estruturais;
- Anomalias provocadas pela acção erosiva dos elementos climatéricos sobre os elementos construídos: traduzidas em infiltrações, nas descontinuidades das alvenarias e da condensação nas fracturas e microfracturas do material pétreo e dos ligantes argilosos;
- Anomalias provocadas pela colonização biológica de líquenes, herbáceas e arbustos: traduzidas em tensões mecânicas sobre as alvenarias e elementos monolíticos, agravamento das condições de infiltração e circulação de água, acumulação de terras nas fissuras, mas igualmente o decaimento químico derivado do metabolismo das plantas;
- Anomalias provocadas pelas vicissitudes históricas do monumento e pela pressão antrópica dos utentes: traduzidas no uso inadequado e desrespeito pelos percursos definidos para a visita, bem como da própria intervenção que foi efectuada pelos arqueólogos e dos desequilíbrios eventualmente resultantes de intervenções de restauro e da recomposição da mamoa;
- Anomalias provocadas pelo crescimento da vegetação na área imediatamente envolvente do túmulo.

Com base nestes elementos, deve ser delineada uma proposta para uma Acção de Verificação de carácter regular e que deve ser, no mínimo, bi-anual (Inverno e Verão).

CONCLUSÕES DO TRABALHO

Em conclusão, é seguro dizer que a Anta Grande do Zambujeiro continua, pacientemente, à espera que lhe seja restabelecida a nobreza que é sua, por direito próprio.

Ainda assim, apesar das agressões do tempo e dos homens (involuntárias, sem dúvida), o fundamental, mais ou menos incólume, permanece duradouro. É o caso da câmara funerária que persiste, exceptuando o chapéu (recuperável) e o esteio reparado por Leonor Pina, e do corredor.

Desta forma, o restauro do edifício funerário, sendo tarefa complexa e que terá que ser bastante acautelada, é perfeitamente exequível, bastando para isso recorrer aos meios e à tecnologia de que dispomos actualmente.

Se assim é, então o que nos impede de colocar em prática o projecto de restauro da Anta Grande?

Os motivos são vários e, por mais do que uma vez, repetidos.

Em primeiro lugar, e acima de tudo, é indispensável que se congreguem vontades e se efectuem diligências nesse sentido. Designadamente, terá que existir um esforço conjunto entre o poder central, legalmente responsável pelos sítios classificados, e o poder local a quem, naturalmente, não pode ser indiferente a importância cultural e turística da Anta Grande do Zambujeiro. Doutra forma será muito mais difícil...

E, perguntarão alguns, como justificar uma tal operação?

Para responder a esta questão, basta reflectir um pouco sobre os elementos que se apresentam.

Na Bretanha, os conhecidos alinhamentos de Carnac contabilizam cerca de seiscentos mil visitantes por ano. Por outro lado, o investimento realizado pelas autoridades francesas não deixa de ser impressionante. Nos primeiros anos deste século, iniciaram um projecto de valorização daquele espaço, com apoios comunitários, com custos na ordem dos quinze milhões de euros (Calado, 2002).

Em Stonehenge, outro exemplo sintomático, foi igualmente iniciado um projecto de recuperação paisagística que, para além da deslocação do parque de estacionamento e do Centro Interpretativo para zonas mais afastadas, compreende a construção de um túnel, com vários quilómetros, de modo a suprimir a via que passa ao lado do monumento (Calado, 2002).

Os exemplos apresentados permitem compreender a importância que assumem, nos

nossos dias, os fluxos turísticos direccionados a este tipo de produto. E é precisamente nesse "nicho de mercado" que se insere a "nossa" Anta Grande. A sua recuperação tem de ser encarada como um investimento que trará ao território onde se insere um número ainda maior de visitantes. Para mais, é importante deixar bem vincado que o território onde este monumento se insere é particularmente relevante no que concerne ao património arqueológico.

Manuel Calado considera que o megalitismo de Évora tem uma importância semelhante aos locais que referimos anteriormente (Carnac e Stonehenge).

Se estes locais míticos se têm estabelecido, por si só, como elementos turísticos de primeira grandeza, porque não a Anta do Zambujeiro?

Em boa verdade, o que tem diferenciado os monumentos bretões e britânicos dos seus congéneres alentejanos são, como refere Manuel Calado, séculos de "marketing" de distância (Calado, 2002).

Tanto Stonehenge como Carnac, para referir apenas estes casos, são referidos desde o séc. XVII, tendo sido, desde então, alvo de centenas de artigos que abrangem aspectos dos mais científicos aos mais extravagantes (Calado, 2002).

Com o anterior, pretendo ressalvar uma ideia que me parece muito importante, mais concretamente, a "juventude" do nosso megalitismo. Não me refiro, como é óbvio, à menor antiguidade dos nossos monumentos megalíticos, mas sim à sua mais recente descoberta.

Exemplo perfeito desse aspecto é o facto da Anta Grande do Zambujeiro, tal como os recintos megalíticos dos Almendres, Portela de Mogos (para referir apenas alguns exemplos no Concelho de Évora), terem sido identificados de há pouco mais de quarenta anos a esta parte (Calado, 2002).

Como tal, a bibliografia existente, sobre qualquer um dos monumentos referidos, é infinitamente menor do que a que existe sobre os elementos arqueológicos bretões e britânicos.

Curiosamente, ou talvez não, os monumentos apontados são muito procurados por visitantes, o que permite perceber que nesta questão do aproveitamento turístico das estruturas arqueológicas em território eborense, há ainda um longo caminho a percorrer.

Ainda dentro deste campo, não posso deixar de reconhecer o contributo, muito positivo, dado pelos guias de carácter arqueológico que foram surgindo nas últimas décadas, nomeadamente e entre outros, o "Roteiro de Alguns Megálitos de Évora", de José Pires Gonçalves, e o "Roteiro do Megalitismo" de António Carlos Silva, Rui Parreira, Miguel

Lago e Panagiotis Sarantopoulos.

Todavia, é necessário criar novas ferramentas de divulgação, utilizando as mais recentes tecnologias, que alarguem o leque de visitantes ao património eborense, ainda que o conceito possa ser aplicado noutras tipologias e escalas territoriais. Não podemos ignorar que o potencial, relacionado com o turismo cultural, é imenso e cresce a ritmo acelerado.

No entanto, a juventude, a que fiz referência anteriormente, não é um factor decisivo por si só, a verdade é que também nós (Instituições Públicas com responsabilidades na matéria da gestão do património) temos contribuído para o relativo desconhecimento existente sobre o megalitismo eborense, ao encararmos, sistematicamente, o Centro Histórico de Évora como a nossa única mais-valia em termos patrimoniais.

A realidade, do meu ponto de vista, é um pouco diversa.

A elevação de Évora a património da humanidade assentou, fundamentalmente, num Centro Histórico bem conservado e revelador dos mais de dois mil anos de história desta cidade.

No entanto, ao fazê-lo, Évora projectou uma imagem que se encerra no circuito amuralhado. A região que o envolve surge apenas como um espaço indistinto, adornado, pontualmente, por um ou outro monumento megalítico, frequentemente negligenciado (Calado, 2002).

Deste facto decorre que, em termos de oferta turístico-cultural, Évora compete, só na Península Ibérica, com cidades como Braga, Santiago de Compostela, Cáceres, Salamanca, Ávila, Toledo, Mérida, Granada, entre outras (Calado, 2002).

E, no entanto, se a estratégia passasse por uma aposta forte e estruturada no megalitismo, Évora poderia alcançar um estatuto até agora sem precedentes.

Os menires e recintos megalíticos de Évora, aos quais devemos somar a Anta Grande do Zambujeiro, pela altura dos seus esteios, bem como várias outras estruturas funerárias megalíticas classificadas, deparam-se com muito menor concorrência (à escala peninsular) e podem, seguramente, constituir-se como um dos sustentáculos maiores para atrair, ao território eborense, renovadas correntes turísticas de qualidade.

Com elas, se trabalharmos com afinco e inteligência, surgirá o desenvolvimento sustentado (Calado, 2002).

Deste modo, julgo que a cidade se terá de abrir, forçosamente, ao território, renovando e aprofundando a íntima relação que com ele estabelece, de resto inexplicavelmente interrompida, o que permitirá complementar o leque de ofertas.

É fundamental ter presente que a cidade e a região decorrem uma da outra e é contraproducente tentar compreendê-las de forma separada e autónoma.

Voltando a centrar o discurso na Anta Grande, devo dizer que recordo uma conversa com Manuel Calado em que ele explicava, aplicando algum humor, que a responsabilidade pela situação da Anta Grande se deve, em primeiro lugar, aos seus construtores.

De facto, mesmo descontando a nota de boa disposição, dei por mim a concordar plenamente com a sua afirmação; afinal foram eles, os construtores, os primeiros a actuar contra o monumento, no preciso instante em que tomaram a decisão de colocar tais "blocos" numa posição tão pouco natural.

Serve o anterior como preâmbulo de uma ideia que gostaria de deixar bem vincada neste trabalho. Parece-me que este já não é o momento de continuar a assacar culpas a intervenções mal efectuadas, que realmente existiram, mas que não foram, como é óbvio, revestidas de má fé por parte de quem as praticou. Este é, de facto, o momento de nos despedirmos do passado, mas não esquecê-lo, e projectar o futuro.

Se assim não for, julgo que também nós não passaremos de forma imaculada ao escrutínio crítico daqueles que estão para vir, porque, em boa verdade, também nós somos culpados, justificados réus de não agir em prol de um monumento único. E esse será, sem dúvida, um triste modo de ficarmos ligados à história da Anta Grande do Zambujeiro. Ora aí está algo que não é desejável.

A solução está nas nossas mãos. A tecnologia e os meios para recuperar o monumento são uma realidade, o diagnóstico técnico está feito (LNEC), a experiência já foi tentada noutros monumentos e com sucesso (Alcalar 7).

Assim sendo, o que, do meu ponto de vista, tem travado o processo é, essencialmente, uma questão de vontades e de verbas para avançar com os trabalhos. É esta a questão que tem, muito rapidamente, de ser ultrapassada.

Finalmente, espero que este modesto contributo, em conjunto com os apelos que foram sendo feitos ao longo do trabalho, resulte no processo de restauro que todos desejamos.

BIBLIOGRAFIA

AAVV – A pré-história e o início da civilização. História da Humanidade. Vol. I. Verbo. 1994.

ALVIM, Pedro – Paisagem, Paisagens: os Almendres e a Serra de Monfurado. Trabalho de estágio vertente técnico-científica. Supervisor Prof. Dr. José Gorjão Jorge. Orientador Prof. Dr. Manuel Calado. 2006.

ALVIM, Pedro – Recintos megalíticos da região da serra de Monfurado e os «cabeços do meio-mundo»: monumentos, paisagem e cultura no neolítico alentejano. In CALADO, Manuel (Ed.) – Sinais de Pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre. Évora. Fundação Eugénio de Almeida. 2004.

ALVIM, Pedro – Sobre alguns vestígios de paleoastronomia no cromeleque dos Almendres. In A Cidade de Évora. Évora: C.M.E. II: 2. 1996-97, p. 5-23.

ANDRADE, Eugénio de; ALVES, Armando – Alentejo. Fundação Eugénio de Andrade. Campo das Letras. 1997. ISBN: 972-610-070-4.

ANTUNES, A.S.; MARTINS, A.; VILHENA, J.; VIRZEDA SANZ, L.; CORREIA, S. – Intervenções de salvamento na área a afectar pelo regolfo de Alqueva: antas da bacia do Degebe. In GONÇALVES, V.S. (Ed.) – Muita gente, poucas antas. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2003, p. 227-250.

BARATA, Filipe Themudo; MASCARENHAS, José Manuel – Preservando a memória do território: O parque cultural de Tourega/ Valverde. Cadernos do Centro de Estudos de Ecossistemas Mediterrânicos n.º 1. Évora. Edição CEEM e Universidade de Évora. 2002.

BRADLEY Richard – The land, the sky and the scottish stone circle. In SCARRE, Chris (ed.) - Monumentality and Landscape in Atlantic Europe. London. Routledge. 2002b, p. 122-38.

BRADLEY, Richard – Altering the earth: the origins of monuments in Britain and continental Europe. Edimburgh. Series 8. Society of Antiquaries of Scotland. 1993.

BRADLEY, Richard – Rock art and the Prehistory of Atlantic Europe. London: Routledge. 1997a.

BURGESS, Colin – Fieldwork in the Évora District, Alentejo, Portugal, 1986-88: A preliminary report. In Northern Archaeology, [s.l.], 8. 1987.

BURGESS, Colin; MADDISON, Margaret (ed.) – Northern archeology. Vol. 8. Great Britain. 1987.

CALADO, Luís Ferreira; PEREIRA, Paulo; LEITE, Joaquim Passos – Falando com franqueza: a salvaguarda do património e os seus (enormes) problemas. In revista PATRIMÓNIO, ESTUDOS. Número 1. IPPAR. 2001.

CALADO, M.; ROCHA, A. – Relatório de escavação no povoado pré-histórico das Águas Frias. Relatório de escavação. IPA. 2004c.

CALADO, Manuel – A região da Serra d'Ossa: introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico. Lisboa. FLUL (edição policopiada). 1995.

CALADO, Manuel – Aspectos do Megalitismo Alentejano. Comunicação apresentada às IV Jornadas da Associação de Arqueólogos Portugueses. O Giraldo (Julho e Agosto). Évora. [s.n.]. 1990.

CALADO, Manuel – Cadernos de campo 8: Alentejo. In OOSTERBEEK, Luiz (dir.) Territórios da Pré-História em Portugal. Tomar. Edição apoiada pela Comissão Europeia. 2006.

CALADO, Manuel – Carta Arqueológica do Alandroal. Alandroal: Câmara Municipal de Alandroal. 1993a.

CALADO, Manuel – Cromlechs alentejanos e arte megalítica. Actas do III Colóquio Internacional de Arte Megalítico. A Coruña: Museo Arqueolóxico e Histórico. 1997b, p.289-297.
CALADO, Manuel – Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional. Trabalhos de Arqueologia 19. Lisboa: IPA. 2001a.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (11). Diário do Sul. Évora. 2002.04.30, p. 4.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (13). Diário do Sul. Évora. 2002.05.15, p. 4.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (14). Diário do Sul. Évora. 2002.05.22, p. 8.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (15). Diário do Sul. Évora. 2002.05.29, p. 4.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (3). Diário do Sul. Évora. 2002.03.05, p. 4.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (4). Diário do Sul. Évora. 2002.03.12, p. 5.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (6). Diário do Sul. Évora. 2002.03.26, p. 5.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (7). Diário do Sul. Évora. 2002.04.02, p. 5.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (8). Diário do Sul. Évora. 2002.04.10, p. 6.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo (9). Diário do Sul. Évora. 2002.04.17, p. 4.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo. Diário do Sul. Évora. 2002.02.19, p. 5.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo. Diário do Sul. Évora. 2002.02.26, p. 6.
CALADO, Manuel – Évora, capital do megalitismo. Diário do Sul. Évora. 2002.03.19, p. 8.
CALADO, Manuel – Inventário Arqueológico de Évora. Relatório inédito inserido no Plano Director Municipal de Évora. Relatório inédito. 2003a.
CALADO, Manuel – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2003b, p. 351-369.
CALADO, Manuel – Menires do Alentejo Central. Génese e evolução da paisagem megalítica regional. Lisboa. FLL. Tese de Doutoramento policopiada. 2004b.
CALADO, Manuel – Menires, alinhamentos e cromelechs. In MEDINA, João (dir.), História de Portugal. Lisboa. Ediclube. 1. 1993b, p. 294-301.
CALADO, Manuel – Neolitização e megalitismo no Alentejo central: uma leitura espacial. Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular. Porto. Adecap. 2000a, p. 35-45.
CALADO, Manuel – O recinto megalítico de Vale Maria do Meio (Évora, Alentejo). In Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Monsaraz, 1996). Lisboa. IPA. 2000b, p. 167-182.
CALADO, Manuel – Povoamento pré e proto-histórico da margem direita do Guadiana. In Al-Madan. II série. Número 11. 2002b, p. 122-127.

CALADO, Manuel – Relatório das escavações no povoado calcolítico de S. Gens (Terena, Alandroal). Relatório inédito. 2002a.
CALADO, Manuel – Standing stones and natural outcrops. The role of ritual monuments in the neolithic transition of the central Alentejo. In SCARRE Chris (ed.) – Monuments and Landscape in Atlantic Europe. London. Routledge. 2002b, p. 17-35.
CALADO, Manuel – The revolution of the stones. In FIGUEIRA, E.; SAÚDE S.; SANTOS J. A.; RODRIGUES, A. (Eds) – Tourism and sustainable development in rural marginal areas. Arraiolos. Monte. 2002a.
CALADO, Manuel – Vale Maria do Meio e as paisagens culturais do neolítico alentejano. In Sarantopoulos, P. (ed.) – Paisagens arqueológicas a Oeste de Évora. Évora. Câmara Municipal de Évora. 1997a, p. 41-51.
CALADO, Manuel; ALVIM, Pedro; HENRIQUES, Rafael (n.p.) – Menhirs in dolmens. Comunicação apresentada ao Colóquio Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica. Évora. 2003.
CALADO, Manuel; BILOU, Francisco – Megalithic Évora Megalítica. Edição da Câmara Municipal de Évora. 2005.
CALADO, Manuel; MATALOTO, Rui – Carta Arqueológica do Redondo. Redondo. Câmara Municipal de Redondo. 2001.
CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor – Neolitização do Alentejo interior: os casos de Pavia e Évora. Actas do I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica. Gavà. II. 1996, p. 673-682.
CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor; ALVIM, Pedro – Neolitização e megalitismo: o recinto megalítico das Fontainhas (Mora, Alentejo Central). In Revista Portuguesa de Arqueologia. vol. 10. Nº 2. Lisboa. IPA. 2007, 75-100.
CALADO, Manuel; SANTOS, João; CARVALHO, Mário – Arqueologia do concelho de Évora: um ponto da situação. In A Cidade de Évora. II Série. Número 7. 2007-2008, p. 47-71.
CALADO, Manuel; SARANTOPOULOS, Panagiotis – O cromeleque de Vale Maria do Meio (Évora, Portugal): contexto arqueológico e geográfico. Actas do I Congrés del Neolític a la Península Ibèrica. Gavà. [s.n.]. II. 1996, p. 493-504.
CARDOSO, João Luís; NORTON, José – As caçoilas campaniformes da anta de Bencafede (Évora). In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 7. Número 1. 2004, p.129-136.
Circuitos turísticos: roteiro megalítico. Edição da Câmara Municipal de Évora. [s.d.].
DINIZ, M; CALADO, M. – O povoado neolítico da Valada do Mato (Évora, Portugal) e as origens do megalitismo alentejano. Actas do II Congreso de Arqueologia Peninsular. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. II. 1997, p. 23-32.
DINIZ, Mariana – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa. IPA. 16. 2000, p. 105 – 116.
DINIZ, Mariana – O sítio neolítico da Valada do Mato, Évora: problemas e perspectivas. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 4. Número 1. 2001, p. 45-59.
DINIZ, Mariana – Patalim. In PESSANHA, V.R. – Arqueologia nas autoestradas. Lisboa: Brisa. 2003, p. 27-33.
DINIZ, Mariana – Uma datação absoluta para o sítio do neolítico antigo da Valada do Mato, Évora. Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 4. Número 2. 2001.
ESPANCA, P.J. – Estudo sobre as antas e seus congéneres. Vila Viçosa: [s.n.]. 1894.
ESPANCA, T. – Inventário Artístico de Portugal: Concelho de Évora. Academia Nacional de Belas Artes. Lisboa. VII. 1966.

ESTRELA, Susana – Monte Molião, Lagos: intervenção de emergência (1998) e problemas da gestão do património em sítios arqueológicos classificados. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 2. Número 1. 1999, p. 199-234.
GIOT, Pierre-Roland, 1985 – Le mythe des relations directes atlantiques. In Revista Arqueologia. Número 12. Dezembro de 1985, p. 84-86.
GOMES, Carlos J. Pinto – Esboço ecológico e considerações fitossociológicas. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) – Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora. Évora. Câmara Municipal de Évora. 1997, p. 7-13.
GOMES, M.V. – Cromeleque da Portela de Mogos. Um monumento sócioreligioso megalítico. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) – Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora. Évora. Câmara Municipal de Évora. 1997a, p. 35-40.
GOMES, M.V. – Cromeleque do Xerez. A ordenação do caos. In SILVA, A.C. (Ed.) – Das pedras do Xerez às novas terras da Luz. Beja. Edia. 2000a, p. 17-190.
GOMES, M.V. – Cromeleque dos Almendres. Um dos primeiros grandes monumentos públicos da Humanidade. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) – Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora. Évora. Câmara Municipal de Évora. 1997b, p. 25-34.
GOMES, Mário Varela – Estela-menir da Herdade do Barrocal (Reguengos de Monsaraz, Évora): resultados dos trabalhos de 1995. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 10. Número 1. 2007, p. 43-71.
GOMES, Mário Varela – O cromeleque da herdade dos Cuncos (Montemor-o-Novo, Évora). In Revista Almansor. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. Número 4. 1986, pp. 7-42.
GONÇALVES V. S. (1989b) – Manifestações do sagrado na pré-história do ocidente peninsular. 1. deusa(s)-mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. In Almansor. Montemor-o-Novo. Número 7. 1989b, p. 289-302.
GONÇALVES, José Pires – Roteiro de alguns megálitos do distrito de Évora. Revista A Cidade de Évora. Évora. Ano XXXII. Número 58. Janeiro-Dezembro. 1975, pp. 241-61.
GONÇALVES, V. S. – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. Volume 4. Número 2. 2001a, p. 115-206.
GONÇALVES, V. S. – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). In Portugália. Porto. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. N.S. 9-10. 1988/89, p. 49-61.
GONÇALVES, V. S. – A revolução dos produtos secundários e a metalurgia do cobre. In MEDINA, J. (dir) – História de Portugal. Lisboa. Ediclube. I. 1993b, p. 237-241.
GONÇALVES, V. S. – As práticas funerárias nas sociedades do 4° e 3° milénios. O megalitismo. In MEDINA, J. (dir) – História de Portugal. Lisboa. Ediclube. I. 1993c, p. 247-301.
GONÇALVES, V. S. – Duas áreas de inesperado avanço sobre a vida e a morte das antigas sociedades camponesas do Guadiana médio - a mega-operação do Alqueva, um balanço dos blocos 3 e 6 em fins de 2002. In Al-Madan. II ª série. 11. 2002a, p. 99-108.
GONÇALVES, V. S. – Manifestações do sagrado na pré-história do Ocidente Peninsular. In Almansor. Actas do Colóquio Internacional de Arte Pré-histórica. Montemor-o-Novo. Câmara Municipal de Montemor-o-Novo. 7. 1989, p. 289-302.
GONÇALVES, V. S. – Manifestações do sagrado na pré-história do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. 15. 5ª Série. 1993d, p. 41-47.
GONÇALVES, V. S. – Manifestações do sagrado na Pré-história do Ocidente peninsular. 5. O explícito e o implícito. Breve dissertação, invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro

mílénio a.n.e. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. Volume 7. Número 1. IPA. 2004, 165-183.
GONÇALVES, V. S. – O IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas (Lisboa, 1880): Uma leitura, seguida da "crónica" de Bordalo Pinheiro. CHUL. 1980.
GONÇALVES, V. S. – Sítios, "Horizontes" e Artefactos: 2. Algumas considerações sobre as chamadas taças carenadas e a primeira metade do 3º milénio em Portugal. Arquivo de Cascais. Cascais: Câmara Municipal da Cascais. 10. 1991, p. 81-120.
GONÇALVES, V. S. – Sítios, "horizontes" e artefactos, estudos sobre o 3º milénio no centro e sul de Portugal. Cascais: Câmara Municipal. 2ª Edição revista e aumentada com dois novos ensaios. 2003c.
GONÇALVES, V. S. – Sítios, "horizontes" e artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. 1995c.
GONÇALVES, Victor dos Santos – A Anta 2 da Herdade dos Cebolinhos (Reguengos de Monsaraz, Évora): sinopse das intervenções de 1996-97 e duas datações de radiocarbono para a última utilização da câmara ortostática. In Revista portuguesa de Arqueologia. Volume 6. Número 2. 2003b, p.143-166.
GONÇALVES, Victor dos Santos – As deusas da noite: o projecto «placa nostra» e as placas de xisto gravadas da região de Évora. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 7. Número 2. IPA. 2004, p.49-72.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Intervenções arqueológicas em monumentos do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz na área a inundar pela Barragem de Alqueva. Um ponto da situação em fins de 2001. In Revista Portuguesa de Arqueologia. 5. 1. Lisboa. 2002, p. 39-65.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 3. A Deusa dos olhos de sol. Um primeiro olhar. In Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa. 5ª Série. Número15. 1993, p. 41-47.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular: 4. A "síndrome das placas loucas". In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 6. Número 1. 2003a, p.131-157.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 7. As placas híbridas. Definição do conceito. Alguns poucos exemplos. De novo, os possíveis significados das placas. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 9. Número 2. IPA. 2006, p. 27-59.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Megalitismo e metalurgia no alto Algarve oriental: uma aproximação integrada. Lisboa. 2 Volumes. INIC. 1989.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve oriental. Lisboa. INIC/UNIARQ. 2 Volumes. 1989a.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. In Trabalhos de Arqueologia. 16. Lisboa. IPA. 2000, p. 5-10.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz. Lisboa. UNIARQ/INIC. 1992.
GONÇALVES, Victor dos Santos – Sítios, «horizontes» e artefactos. Estudos sobre o 3º milénio no centro e sul de Portugal. Câmara Municipal de Cascais. 2003.
GONÇALVES, Victor dos Santos – STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). In Trabalhos de Arqueologia; 32. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. 2003.

GONÇALVES, Victor dos Santos – TESP3: o povoado pré-histórico da Torre do Esporão (Reguengos de Monsaraz). In PORTVGALIA. Porto. N. S., 11-12. 1990/91, p. 53-72.
GONÇALVES, Victor dos Santos (ed.) – Muitas antas, pouca gente? Actas do I colóquio internacional sobre megalitismo, Reguengos de Monsaraz, oct.1996. Trabalhos de Arqueologia. 16. Lisboa. IPA. 2000, 219 p.
GONÇALVES, Victor dos Santos; CALADO, Manuel; ROCHA, Leonor – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. In Setúbal Arqueológica. Volume IX-X. 1992, p. 391-412.
GONÇALVES, Victor dos Santos; PEREIRA, André; ANDRADE, Marco – As notáveis placas votivas da Anta de Cabacinhitos (Évora). In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 8. Número 1. 2005, p.43-109.
GONÇALVES, Victor dos Santos; SOUSA, Ana Catarina – Novos dados sobre as práticas funerárias das antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. In Muita gente, poucas antas. Origens, espaços e contextos do megalitismo. Actas do 2º Colóquio Internacional sobre Megalitismo (Reguengos de Monsaraz, 2000). Lisboa. Instituto Português de Arqueologia. Trabalhos de Arqueologia. 25. 2002, p. 195-221.
GONÇALVES, Victor dos Santos; SOUSA, Ana Catarina – Novos dados sobre o grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: o limite oriental. In Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2003, p. 199-226.
GONÇALVES, Victor dos Santos; SOUSA, Ana Catarina – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz). In Gonçalves, V.S., (ed.) - Muitas Antas, Pouca Gente? Actas do Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2000, p. 11-104.
HÖCK, Martin; KALB, Philine – Novas investigações em Vale de Rodrigo. In Gonçalves, V.S., (ed.) - Muitas Antas, Pouca Gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2000.
HOSKIN, M.; CALADO, M. – Orientations of Iberian tombs: Central Alentejo region of Portugal. In Archaeoastronomy. 23. Cambridge. 1998, p. S77-82.
JORGE, Vitor Oliveira – Arqueologia social dos sepulcros megalíticos atlânticos: conhecimentos e perspectivas actuais. In Revista da Faculdade de Letras do Porto.
JOUSSAUME, R. – Des dolmens pour les morts. Paris. 1985.
JOUSSAUME, R. ; LAPORTE, L. ; SCARRE, C. (dir.) – Origine et développement du mégalithisme de l'ouest de l'Europe. Actes du colloque international, 26-30 octobre 2002. Bougon (France). Niort, Conseil Général des Deux-Sèvres. 2 vols. 2006, 830 p.
KALB, P. e HÖCK, M., – Vale de Rodrigo (Évora): projecto interdisplinar para a investigação do megalitismo numa região do sul de Portugal. Edição da Câmara Municipal de Évora. 1995.
KALB, Ph.; HÖCK, M. (1994) – Vale de Rodrigo 3, concelho Évora, Portugal. Vorbericht über die Ausgrabungen 1992. Madrider Mitteilungen. 35. 1994, p. 69-81.
KALB, Philine – Die Megalith-Kultur auf der Iberischen Halbinsel. Separata de Hispania Antiqua. Koordination und Redaktion Michael Koch, Deutsches Archäologisches Institut Madrid. 2001, p. 101-119.
KALB, Philine – Megalithic transport and territorial markers. Evidence from Vale de Rodrigo, Évora, South of Portugal. In Antiquity. Vol. 70. 1996, p. 683-685.
KALB, Philine – Vale de Rodrigo – megalithforschung in Portugal – Vortrag Zur Jahressitzung 2002 der Römisch-Germanischen Komission. Römisch-Germanische

Komission des Deutschen Archäologischen Instituts. Frankfurt. M. Verlag Philipp von Zabern, Mainz am Rhein. 2002.
LAGO, M; DUARTE, C; VALERA, A; ALBERGARIA, J; ALMEIDA, F; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dado preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. IPA. 1. 1998, p. 45-153.
LEISNER, G. e V. – Die megalithgrber der iberischen halbinsel: der westen. Madrider Forschungen I, 2, Berlin. 1959.
LEISNER, Georg – Antas dos arredores de Évora. Revista A Cidade de Évora. Évora. Ano VI. Número 15-16/17-18. 1949, p. 3-40/499-534.
LEISNER, Georg – O Dólmen de falsa cúpula de Vale-de-Rodrigo. Biblos. Coimbra. Volume XX. 1944, p. 1-30.
LEISNER, Georg e Vera – Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz. Edição coordenada por Victor Gonçalves. Lisboa. UNIARCH (reed.). 1985.
MATALOTO, Rui – A propósito de um achado na Herdade das Casas (Redondo): megalitismo e Idade do Bronze no alto Alentejo. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 8. Número 2. 2005.
MATALOTO, Rui – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto alentejano. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 10. Número 1. 2007, p. 123-140.
MORÁN, Elena; PARREIRA, Rui (coord.) – Alcalar 7: estudo e reabilitação de um monumento megalítico. In Cadernos. IPPAR. 2004.
OLIVEIRA Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis e BALESTEROS, Cármen – Antas-capelas e capelas junto a antas no território português: elementos para o seu inventário. In A Cidade de Évora. II Série. Número 1. 1994-1995, pp. 287-329.
OLIVEIRA, C. – Lugar e memória. Testemunhos megalíticos e leituras do passado. Lisboa. Colibri, 2001. ISBN 972-772-199-0.
OLIVEIRA, Catarina; ROCHA, Leonor; SILVA, Cândido Marciano da – O megalitismo funerário no Alentejo central – arquitectura e orientações: O estado da questão em Montemor-O-Novo. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Volume 10. Número 2. 2007, p. 35-74.
OLIVEIRA, J.; SARANTOPOULOS, P.; BALESTEROS, C. – Antas-capelas e capelas junto a antas no território português. Lisboa. Ed. Colibri. 1997.
OLIVEIRA, Jorge de – Antas e menires do concelho de Marvão. In Ibn Maruán. Marvão. Número 8. 1998, p. 13-47.
OLIVEIRA, Jorge de – Datas absolutas de monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever. Zamora. In Actas do II Congreso de Arqueologia Peninsular. Zamora. Fundación Rei Afonso Henriques. 1997, p. 221-228.
OLIVEIRA, Jorge de – Menires do distrito de Portalegre. In Ibn Maruan. Marvão. Número 9-10. 1999-2000, p. 147-180.
OLIVEIRA, Jorge de – Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do rio Sever: Castelo de Vide, Cedillo, Herrera de Alcántara, Marvão, Nisa, Valencia de Alcántara. In Ibn Maruán (Edição Especial). Lisboa. Edições Colibri. 1997.
OLIVEIRA, Jorge de – O megalitismo de xisto da bacia do Sever (Montalvão-Cedillo. In Gonçalves, V.S., (ed.) - Muitas Antas, Pouca Gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2000.
OLIVEIRA, Jorge de – O megalitismo funerário a Oeste de Évora: o estado da questão. In SARANTOPOULOS, P. (ed.) Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora. Évora. 1997, p. 53-57.

OLIVEIRA, Jorge de – Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris. Lisboa. Vol. 1. Edições Colibri e Universidade de Évora. 2006.
OLIVEIRA, Jorge de – Questões por resolver no megalitismo da foz do Sever: o caso do dólmen da Charca Grande de la Regañada. In Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2003, p. 251-268.
OLIVEIRA, Jorge de, et al. – Carta Arqueológica do Concelho de Évora. Relatório inédito.1987.
OLIVEIRA, Jorge de; SARANTOPOULOS, Panagiotis – Alguns monumentos megalíticos afectados pela expansão urbana da cidade de Évora. In V Jornadas Arqueológicas. Lisboa: [s.n.]. 1994, p.187-194.
PARREIRA, Rui – Anta Grande do Zambujeiro: programa de salvaguarda e valorização. Conferência na Câmara Municipal de Évora. Organização Câmara Municipal de Évora. 1996/06/08.
Património arqueológico no perímetro Escoural-Valverde-Guadalupe. Serviço Regional de Arqueologia do Sul do Instituto Português do Património Cultural. Évora. 1989.
PEREIRA, Gabriel – Dolmens ou antas dos arredores d'Évora. Notas dirigidas ao Exmo Sr. Dr. Augusto Filipe Simões Évora. [s. ed.]. 1875.
PINA, Henrique Leonor – Cromlechs und menhire bei Évora in Portugal. In Madrider Mitteilungen. Número17. 1976.
PINA, Henrique Leonor – Novos monumentos megalíticos do distrito de Évora. Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia. Coimbra. Vol. I. 1971, pp. 151-161.
Plano Director Municipal de Évora – Inventário do Património Arquitectónico e Arqueológico Concelhio Évora. Relatório: ANEXO IV. Junho 2005.
Plano Director Municipal de Évora – Relatório Diagnóstico. Vol. I. Dezembro 2007.
Portugal. Assembleia da República. Lei nº. 107/01 - Lei de bases do património cultural. Número 209/01. DR SÉRIE I-A.
«Processo da Anta Grande do Zambujeiro». Acessível no arquivo da Câmara Municipal de Évora, Évora, Portugal.
RAPOSO, Luís; SANTOS, Ana Isabel – Évora-Carnac: paisagens megalíticas. Catálogo da Exposição. Museu Nacional de Arqueologia e Museu de Pré-História de Carnac. Lisboa_Évora, 2003.
ROCHA, L. – As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno. Tese de doutoramento policopiada. 2005.
ROCHA, Leonor – Aspectos do Megalitismo da área de Pavia, Mora (Portugal). In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. IPA. 2. 1999, p. 71-94.
ROCHA, Leonor – Entre vivos e mortos...arte rupestre e megalitismo funerário na região de Évora. Sinais de Pedra. Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo e Arte Rupestre na Europa Atlântica (Évora, Janeiro 2003). Évora: Fundação Eugénio d'Almeida. 2004.
ROCHA, Leonor – O alinhamento do Monte da Têra, Pavia (Mora): resultados da 1ª campanha (1996). In Trabalhos de Arqueologia 16: Muitas antas, pouca gente? - Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2000, p. 183-194.
ROCHA, Leonor – O megalitismo funerário da área de Pavia, Mora (Portugal). Estado actual da investigação. II Congrés del Neolític a la Península Ibèrica. 1999.
ROCHA, Leonor – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa. Volume 10. Número 1. IPA. 2007a, p. 73-94.

ROCHA, Leonor – O monumento megalítico do Monte da Tera (Pavia, Mora), Sector 2: resultados das últimas escavações. In Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Lisboa. IPA. 2003, p. 339-349.
ROCHA, Leonor – O Povoamento Pré-histórico da área de Pavia. In Revista Portuguesa de Arqueologia. Lisboa: IPA. 4. 2001, p. 17-43.
ROCHA, Leonor – Os menires de Pavia, Mora (Portugal). Comunicação apresentada ao II Congreso Peninsular de Arqueologia. Zamora: [s.n.]. II. 1997, p. 221-228.
ROCHA, Leonor – Povoamento megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da pré-história regional. Setúbal: Câmara Municipal de Mora. 1999.
RODRIGUES, J. Delgado; NUNES, Cristiana (LNEC) – «Relatório do Estado de alteração e conservação dos monumentos megalíticos Cromeleque dos Almendres e Anta do Zambujeiro». 2006. Acessível no Arquivo da Direcção Regional de Cultura do Alentejo, Évora, Portugal.
Roteiro turístico de alguns monumentos megalíticos do distrito de Évora. Edição dos Serviços Culturais da Câmara Municipal de Évora. [s.d.].
SANTOS, Ana Palma dos – Guias arqueológicos de Portugal: monumentos megalíticos do alto alentejo. Lisboa. Número 1. Fenda. 1994.
SANTOS, M.F. – A Cerâmica Cardial da Gruta do Escoural. Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia. Lisboa. AAP. 1. 1971, p. 93-95.
SANTOS, Manuel Farinha dos – A necrópole tipo "tholos" de Santiago do Escoural. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série III. Vol. I. 1967, pp. 107-113.
SANTOS, Manuel Farinha dos – Dolmens et menhirs de l´Alentejo. Les Dossiers de L´Archeologie. Dijon. 4. Mai-Juin. 1974, p. 10-18.
SANTOS, Manuel Farinha dos; FERREIRA, O. Da Veiga – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. O Arqueólogo Português. Lisboa. Série III. Vol. III: 3. 1969, pp. 37-62.
SARANTOPOULOS, P. – Actividade arqueológica a oeste de Évora: breve síntese. In SARANTOPOULOS, Panagiotis (coord.) Paisagens Arqueológicas a Oeste de Évora. Câmara Municipal de Évora. 1997, p. 15-21.
SARANTOPOULOS, P. – Actividade arqueológica em Évora na última década do século XX. In Revista A Cidade de Évora. Évora. II Série. Número 4. 2000, p. 9-34.
SCARRE, Chris – Exploring Prehistoric Europe. Oxford. Oxford University Press. 1998.
SCARRE, Chris (ed.) – Monuments and landscape in Atlantic Europe: perception and society during the Neolithic and early Bronze Age. London. Routledge. 2002.
SILVA, A. C. – Salvamento Arqueológico no Guadiana. Memórias d'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva. 1. Beja. EDIA. 1999.
SILVA, A. C.; PARREIRA, R.; SILVA, M. L.; SARANTOPOULOS, P. – Roteiro do megalitismo de Évora. Évora. Câmara Municipal de Évora. 1992.
SILVA, António Carlos – «Antas-capelas» do Alentejo: as persistências do paganismo. Diário de Notícias (suplemento de cultura). Lisboa. 1993.12.03, p. 15.
SILVA, António Carlos – Património arqueológico do Alentejo: plano de conservação e valorização a médio prazo. Évora. SRAZS. 150 ex. fotocopiados. 1990.
SILVA, António Carlos; PARREIRA, Rui – A colecção arqueológica do Hospital Distrital de Évora. Catálogo de Exposição. Organização do Museu de Évora e Serviço Regional de Arqueologia do Sul. 1990.
SILVA, C. T; SOARES, J. – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V.S. (ed.) - Muitas antas, pouca gente? Actas

do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo. Trabalhos de Arqueologia. Lisboa: IPA. 16. 2000, p. 117-134.
SOARES, Joaquina; SILVA, Carlos Tavares da – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. In Setúbal Arqueológica. Vol. IX-X. 1992, pp. 37-88.
SOLEDADE, Arnaldo – Sines, terra de Vasco da Gama. 2ª Ed. Câmara Municipal de Sines. 2ª Ed. 1981.
TINTURÉ, Antonia González, GARCIA, Joaquim – Estudo de Conservação e Proposta de Intervenção, 1997-2000. In MORÁN, Elena, PARREIRA, Rui (coord.), Alcalar 7: Estudo e Reabilitação de um Monumento Megalítico. IPPAR. 2004, p. 247-265.

DOCUMENTAÇÃO ONLINE:

A Anta Grande do Zambujeiro, in crookscape, [em linha], http://antagrandezambujeiro.blogspot.com/>, (25.02.09).
Anta Grande do Zambujeiro, in IPA, [em linha], <http://www.ipa.min-cultura.pt>, (04.02.08).
BRADLEY, Richard (2007) – Os Megalitos e as Pedras Decoradas da Grã-Bretanha e Irlanda no Contexto europeu, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjun2007/text12.html>, (11.11.09).
BRANCO, Manuel (1993) – Ficha monumento da Anta Grande do Zambujeiro, in IHRU, [em linha], <http://www.monumentos.pt>, (26.12.07).
CALADO Manuel (2006) – Menires da Península Ibérica: Origens e desenvolvimento do megalitismo na Europa Ocidental, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textdez2006/text10.html>, (03.07.09).
CALADO, Manuel (2005) – Standing stones and natural outcrops, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjan2005/text.html>, (19.09.09).
CASSEN, Serge; VAQUERO LASTRES, Jacobo (2008) – El deseo pasmado, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textmar2008/text15.html>, (19.09.2009).
IHRU – Elementos relativos à Anta Grande do Zambujeiro, in IHRU, [em linha], <http://www.monumentos.pt>, (26.12.07).
IPPAR (1992) – Ficha de elemento patrimonial: Anta Grande do Zambujeiro, in IPPAR, [em linha], <http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70498>, (19.01.09).
LARSSON, Lars (2007) – Arte e Pedra: uma perspectiva Escandinava sobre megalitismo e arte rupestre, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/texdez2007/text14.html>, (19.09.2009).
MARECO, Patrícia – Sítios arqueológicos e Centros de Interpretação em Portugal: Alentejo e Algarve. Universidade do Minho: s.e., 2007, (Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Património e Turismo). [em linha], <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/7252>, (15.09.2009).
OLIVEIRA, Catarina; SILVA, Cândido Marciano da (2006) – Moon, Spring and large stones: Landscape and ritual calendar perception and symbolization, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textmsls2006/n_00moonspring.html>, (19.09.2009).
PINA, Henrique Leonor (2003) – Abordagem Semiótica de um tema arqueológico, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textset2005/text05.html>, (18.09.2009).
PINA, Henrique Leonor, Arqueólogo – A Anta Grande do Zambujeiro na memória do arqueólogo Henrique Leonor Pina, in CENACULO, Boletim on line do Museu de

Évora, [em linha], <http://boletimevora.googlepages.comhttp://boletimevora.googlepages.com>, (19.09.09).
SCARRE, Chris (2007) – Monumentos de Pedra "Rude" e Pedras Troféu: A Relação com os Materiais nos Megalitos da Europa Ocidental, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textset2007/text13.html>, (22.07.09).
SILVA, António Carlos (2006) – Informação interna sobre a Anta Grande do Zambujeiro, in crookscape, [em linha], http://antagrandezambujeiro.blogspot.com/>, (25.02.09).
SILVA, Cândido Marciano da (2005) – Sobre o possível significado astronómico do Cromlech dos Almendres, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjul2005/text03.html>, (05.10.09).
SILVA, Cândido Marciano da; CALADO, Manuel (2005) – Spring Moon Sites in Central Alentejo, in crookscape, [em linha], <http://www.crookscape.org/textjulb2005/text04.html>, (19.09.09).

ANEXOS

ANEXO 1

HISTÓRIA DA INVESTIGAÇÃO

Registo do Processo de Correspondência

Doc. 1. Pequeno fragmento de papel que diz apenas "processo requerido por mim no Arquivo. Para arquivar no Departamento."Assinatura ilegível. Datado de 4/8.81. Está agrafado aos documentos 2 a 4, que se encontram dentro de uma pasta do Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 3ª Sec. – L° 6-L, Proc. N.° 1 (51). Entrada 26 de Outubro de 1964. Procedência: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Assunto: Pedido de Autorização para reconhecimento do espólio arqueológico da Anta do Monte do Zambujeiro, Valverde, Évora. Ref.ª JN9/1 (54)

Doc. 2. Carta datada de 23 de Outubro de 1964, da Associação dos Arqueólogos Portugueses, para o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes (Ministério da Educação Nacional), onde se refere que a Secção de Pré-História da Associação, através dos seus membros Tenente Coronel Afonso do Paço, Dr.ª Vera Leisner e Dr. José Fernandes Ventura pretendem fazer um reconhecimento do espólio arqueológico proveniente da Anta do Monte do Zambujeiro "que se encontra desmantelada", pelo que se solicita a devida autorização à Junta Nacional da Educação, 6ª Secção, 2ª Subsecção. A carta vem assinada pelo Secretário-Geral, António Machado de Faria.

Doc. 3. Informação, de 26/10/1964, do Ministério da Educação Nacional, Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, onde se refere que o assunto deve ser submetido à Junta Nacional da Educação. Assinatura Carvalho. Tem carimbo de entrada na Junta de 27/10/1964 e um despacho a dizer "Homologo" de 30/10/1964, com assinatura ilegível.

Doc. 4. Em 30/10/1964, o Director-Geral da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, responde dizendo que "por despacho ministerial, foi concedida a autorização".

Capa de Pasta de Cartão, da Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura, Direcção-Geral do Património Cultural, 1° Volume, 3ª Sec., 2° JN9,

Proc. 1 (54). Tem no canto superior direito a designação do Processo N.º JN9/1 (54). C.N.6-62. Procedência: Henrique Leonor Pina. Assunto: Trabalhos de Conservação na Anta Grande do Zambujeiro de Valverde, freguesia de Tourega, concº Évora. Ref.ªs: 6K/1 (51); JN7/1 (54). Tem em baixo, anotado a vermelho, "Classificado como M.N. pelo decreto n.º 516/71 de 22 de Novembro de 1971".

A partir desta capa, os documentos deste processo tornam a ser numerados com o número um.

Doc. 01. A 12/10/1970, Henrique Leonor Pina escreve ao Presidente da Subsecção de Arqueologia da Junta Nacional de Educação – Ministério da Educação Nacional, no sentido de solicitar autorização, urgente, para proceder a trabalhos de conservação na Anta Grande do Zambujeiro de Valverde. Esta carta dá entrada na Junta Nacional da Educação em 14/10/1970 e na Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, em 16/10/1970.

Doc. 02. Informação, da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, com a data de 21/10/197, assinada por Mário Fonseca, onde se refere que para uma correcta apreciação deste pedido, "parece que deverá solicitar-se o plano dos trabalhos que o interessado se propõe efectuar na Anta Grande do Zambujeiro de Valverde". Sobre esta Informação existem dois despachos de 22/10/1070, onde se diz "Concordo", com assinaturas ilegíveis.

Doc. 03. Ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, de 23/10/1970, a Henrique Leonor Pina a solicitar o plano de trabalhos. Este Ofício é assinado (nome ilegível) pelo Inspector Superior das Belas-Artes, verificando-se que esta rubrica é igual a uma das que assinavam o despacho "Concordo" anteriormente referido.

Doc. 04. Em 27/10/1970, Henrique Leonor Pina responde referindo que o plano de trabalhos a realizar é:

"1) Consolidação dos esteios e pedras de cobertura do corredor do monumento;

2) Reunião das partes da pedra de cobertura da anta e sua ligação sólida sobre o monumento;

3) Trabalhos de protecção contra a arenização dos megálitos da construção;

4) Consolidação da parte aberta da mamoa e do seu perímetro;

5) Melhoramento dos acessos e local de estacionamento para visitantes."

Esta carta dá entrada na Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, em 28/10/1970.

Doc. 05. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 29/10/1970, refere que face ao pretendido se deve submeter o assunto à apreciação da Junta Nacional da Educação. Sobre esta Informação existem dois carimbos, sendo que um deles, de 29/10/1970, designa como Relator o Dr. Farinha dos Santos. Existe ainda um despacho a dizer "Concordo", de 29/10/1970, com assinatura ilegível.

Doc. 06 e 07 (tem 2 folhas). Parecer do Vogal Relator (Manuel Farinha dos Santos), de 11/11/1970, refere que apesar de considerar importante o trabalho proposto por Henrique Leonor Pina, este deve ser antecedido pela Classificação como Monumento Nacional. Por outro lado acha que o plano apresentado deve ser reformulado pois "o mesmo arqueólogo apenas apresentou uma simples, ainda que valiosa, relação dos trabalhos a executar nessa anta e não a forma como tal conservação vai ser efectuada."

Este parecer tem dois carimbos, um onde diz "Aprovado em sessão da 1ª Subsecção da 2ª Secção da Junta Nacional da Educação. 11 de Dezembro de 1970. O Presidente:" assinatura ilegível. O segundo, é do Ministério da Educação Nacional, Repartição de Ensino Superior e das Belas Artes, 3ª Secção, L.º JN9, N.º 1(54), Fls..., Em 15 de Dezembro de 1970.

Existe ainda um despacho de "Homologo" de 15.X.70, com assinatura ilegível.

A partir do Documento anterior começam a existir duas numerações, a do canto superior direito encontra-se atrasada um número na numeração atribuída uma vez que no Doc. 6, com duas folhas, foi atribuído apenas um número enquanto que a do canto inferior direito, numerou todas as folhas. Assim, segue-se a numeração deste último.

Doc. 08. Em 15/12/1970, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, comunicação Director-Geral da Fazenda Pública que, por despacho ministerial

foi mandado passar o decreto de classificação da Anta Grande do Zambujeiro de Valverde, pelo que se solicita informações sobre a sua propriedade.

Doc. 09. Ainda nesta data, a Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, envia a Henrique Leonor Pina o parecer emitido pela Junta Nacional de Educação, referindo que o mesmo foi, nessa data (15/12/1970), homologado por despacho ministerial.

Doc. 010. A 9/2/1971, a Direcção Geral da Fazenda Pública, Repartição do Património, responde ao Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, enviando-lhe o nome dos três proprietários da Herdade do Zambujeiro, onde se localiza a anta. Maria Filomena Câmara Manuel Reynoldes, residente em Ponte de Lima, Maria Margarida da Câmara Manuel Reynoldes, residente no Barreiro e Maria da Câmara Manuel Reynoldes, residente em Évora. Este documento está assinado pelo Director-Geral, António Cândido Mouteira Guerreiro e tem um carimbo de entrada na Repartição de Ensino Superior e das Belas-Artes, 3ª Secção, de 10 /2/1971.

Doc. 011. Manuscrito com o nome e morada das três proprietárias. Em relação a Maria Filomena Câmara Manuel Reynoldes, tem escrito a vermelho "Notificada C.M. Ponte de Lima" e a negro "Notificada em 27/2/71, pediu directamente esclarecimentos".

De Maria Margarida da Câmara Manuel Reynoldes, tem escrito a vermelho "Notificada Câmara M. Barreiro" e a negro "Câmara m. Barreiro notificou interessada em 19/3/71".

De Maria da Câmara Manuel Reynoldes, tem escrito, a vermelho "Notificada Comandante da Policia de Segurança Pública Évora" e a negro, "O Comando da P.S.P Évora informa que os proprietários da "Anta Grande do Zambujeiro de Valverde" são Maria Cristina Murteira Grave de Sousa Cabral; Joaquim Manuel Murteira Grave e Jacinta da Conceição Murteira Grave (nomes escritos a vermelho) e não Maria da Câmara Manuel Reynoldes."

Doc.012. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 15/2/1971 onde se refere que se deve solicitar às Câmaras Municipais de Ponte de Lima e do Barreiro e ao Comando da PSP a notificação dos proprietários indicados. Sobre esta Informação dois Despachos a dizer Concordo, datados de 15/2/1971, com assinaturas ilegíveis.

Doc. 013 e 014. Oficio, datado de 19/2/1971, do Inspector Superior das Belas-Artes ao Presidente da Câmara Municipal do Barreiro a solicitar a notificação da proprietária residente nesse concelho, sobre a classificação da Anta Grande do Zambujeiro de Valverde, como Monumento Nacional, referindo as leis em vigor e que se devem pronunciar sobre se concordam ou não, com esta classificação. Solicita-se ainda que dê conhecimento do resultado desta diligência.

Doc. 015 e 016. Oficio, datado de 19/2/1971, igual ao anterior, desta vez endereçado ao presidente da Câmara de Ponte de Lima.

Doc. 017 e 018. Oficio, datado de 19/2/1971, igual ao anterior, endereçado ao Comandante da PSP de Évora.

Doc. 019 e 020. Oficio, datado de 1/3/1971, da Câmara de Ponte de Lima, dirigida ao Inspector Superior da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, onde anexa o original do mandato de notificação de Maria Filomena Câmara Manuel Reynoldes. Este Oficio deu entrada em 4/3/1971, na Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes.

Doc. 021. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 5/3/1971, onde se refere que se deve esperar pelas respostas aos outros Ofícios. Sobre esta Informação, dois despachos a dizer "Concordo", um datado de 5/3/1971 e o outro de 6/3/1971, ambos com assinaturas ilegíveis.

Doc. 022. Carta de Maria Filomena Câmara Manuel Reynoldes, onde refere que não tinha conhecimento da existência de nenhum monumento dessa natureza na sua herdade e que "não posso autorizar uma coisa que desconheço poder realizar-se, que é tornar uma anta em monumento nacional". Assim sendo, solicita esclarecimentos sobre o assunto. Esta carta deu entrada em 11/3/1971.

Doc. 023. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 15/3/1971, onde se refere que se deve informar que a anta "é conhecida há bastantes anos e perfeitamente visível no local. Foi objecto de diferentes notícias na imprensa e de diversos estudos em publicações da especialidade, tendo sido

recentemente visitada pelos participantes do II Congresso Arqueológico Nacional, que ali se deslocaram para observar as suas dimensões espectaculares e os trabalhos de escavação já realizados". Por tudo isto consideram perfeitamente justificada a sua classificação. Sobre esta Informação, o despacho a dizer "Concordo", datado de 16/3/1971, com assinatura ilegível.

Doc. 027, que tem anexado os Docs 24 a 26. Oficio da PSP de Évora onde envia os mandatos de notificação feitos em 12/3/1971, a Jacinta da Conceição Murteira Grave, a Joaquim Manuel Murteira Grave e a Maria Cristina Murteira Grave de Sousa Cabral. Refere-se também que os notificados declararam não se oporem à classificação. Este documento deu entrada na repartição do Ensino Superior e das Belas Artes, em 17/3/1971.

Doc. 028 e 029. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 20/3/1971 onde se refere que após a recepção dos documentos anteriores, se deve ouvir a Direcção-Geral da Fazenda Pública sobre a informação prestada pela Direcção de Finanças de Évora. Sobre esta informação dois Despachos a dizer "Concordo", datados de 18/3/1971 e de 20/3/1971, com assinaturas ilegíveis.

Doc. 030. Oficio, datado de 26/3/1971, do Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao Director-Geral da Fazenda Pública, a informar que a PSP de Évora referiu que os proprietários eram outros do anteriormente referido por aquela direcção, razão pela qual se solicita que esta informe sobre a veracidade desta informação.

Doc. 031 e 032. Oficio, datado de 25/3/1971, da Câmara Municipal do Barreiro, dirigida ao Inspector Superior da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, onde anexa o original do mandato de notificação de Maria Margarida da Câmara Manuel Reynoldes. Este Oficio deu entrada em 29/3/1971, na Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes.

Doc. 033. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 31/3/1971 onde se refere que se deve aguardar a resposta da Direcção-Geral da Fazenda Pública ou insistir, caso esta não seja recepcionada dentro de 30 dias.

Sobre esta informação dois Despachos a dizer "Concordo", datados de 31/3/1971, com assinaturas ilegíveis.

Doc. 034 e 035. Oficio, datado de 3/5/1971, da Direcção-Geral da Fazenda Pública, onde se confirma os proprietários referidos pela PSP de Évora, devido ao óbito de Manuel Joaquim Grave. Este Oficio deu entrada a 4 de Maio de 1971.

Doc. 038 e 039. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 6/5/1971 onde se refere que dado que não existe oposição por parte dos proprietários, se pode incluir a classificação deste imóvel no decreto em elaboração. Sobre esta informação dois Despachos a dizer "Concordo", datados de 6/5/1971, com assinaturas ilegíveis.

Doc. 040 e 041. Ofício da Junta Distrital de Évora, de 9/8/1971, na qual se anexa uma fotocópia do Jornal "a defesa" de 24/7/1971 com a notícia "Urge completar os acessos à Anta Grande do Zambujeiro e ao «cromelech» dos Almendres". Neste Ofício solicita-se à Junta Nacional da Educação ajuda para resolver o problema dos acessos. È assinada por pelo Presidente da Junta Distrital, Armando Perdigão. Deu entrada a 16/8/1971.

Doc. 042. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 18/8/1971 onde se refere que se deve comunicar à Junta Distrital de Évora que a anta foi mandada classificar. È assinada por Mário Fonseca. Sobre esta Despacho a dizer "Concordo", datado de 20/8/1971, com assinatura ilegível.

Doc. 043. Ofício da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 23/8/1971, para a Junta Distrital de Évora a transmitir a proposta na Informação de Mário Fonseca. Assinatura ilegível.

Doc. 044. Ofício da Junta Distrital de Évora, de 23/8/1971, a agradecer a informação e a felicitar pela decisão da classificação da anta. È assinada por pelo Presidente da Junta Distrital, Armando Perdigão. Deu entrada a 3/9/1971.

Doc. 045. Ofício de Miguel Fernandes Soares, em 23/8/1972, para Bairrão Oleiro na qual lhe envia fotografias comprovativas "do estado actual a que a leviandade de certos Senhores levou a "Anta Grande do Zambujeiro", das maiores e mais perfeitas que conheci aqui na região. O estado de destruição verificado em tão poucos anos, parece representar mais desleixo que abandono". Deu entrada na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 25/8/1972.

Doc. 046. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 4/9/1972 a sugerir que o assunto seja apreciado pela Junta Nacional de Educação. Assinatura ilegível. Sobre esta Informação existem duas anotações. A primeira de 5/9/1972 diz "Concordo. À JNE remete-se a título devolutivo (...)" Assinatura ilegível. A segunda de 7/9/1972, é uma Informação e diz que o processo foi inicialmente distribuído ao Vogal Farinha dos Santos. Assinada por F. Barral.

Doc. 047. Informação produzida pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, em 8/6/1974 a dizer que o processo foi devolvido pelo Relator Farinha dos Santos, sem parecer. Assinada por F. Barral. Sobre esta encontra-se escrito "Em nova distribuição: Designo relator o Exmo. Dr. Bairrão Oleiro" Datada de 8/8/1974. Assinatura ilegível.

Doc. 048. Ofício da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais para o Presidente da Junta Nacional da Educação, em 6/9/1972, a enviar o processo JN9/1(54), uma ficha de inventário dos bens culturais e 7 fotografias. Assinatura ilegível.

[Pela data parece estar mal numerada].

Doc. 049. Deliberação da Junta Nacional da Educação, em 12/7/1974, a referir que o processo da anta deve ser devolvido à Direcção-Geral dos Assuntos Culturais uma vez que a carta enviada por Miguel Fernandes Soares, não "impor a realização de quaisquer diligências". Assinatura ilegível. Sobre esta um carimbo da JNE a dizer que foi aprovado em sessão da 1ª Sub-Secção da 2ª Secção em 12 de Julho de 1974. Assinatura ilegível.

Doc. 050. Ofício da Junta Nacional da Educação, em 2/12/1974, para a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais a referir que na sequência de uma visita ao local com três arqueólogos italianos, se comprovou que o monumento necessita de medidas de protecção e conservação. Assinatura ilegível. Deu entrada na DGAC em 5/12/1974.

Doc. 051. Informação da DGAC, em 9/12/1974, a referir que o assunto deverá ser apreciado pela JNE. Assinatura ilegível. Sobre esta encontra-se escrito "Concordo", em 10/12/1974. Assinatura ilegível.

Doc. 052. Ofício da DGAC, em 14/12/1974, a enviar o processo para apreciação da JNE. Assinatura ilegível. Deu entrada a 17/12/1974.

Doc. 053. Documento da JNE, de 19/12/1974, a designar Bairrão Oleiro como relator. Assinatura ilegível.

Doc. 054. Parecer de João Manuel Bairrão Oleiro, de 20/12/1974, a referir a necessidade de se proceder com urgência a trabalhos de consolidação e escoramento do importante monumento e que seja solicitado à DGAC, como órgão executivo, que em conjunto com a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais estudem a vedação e defesa "interessando nesse estudo e na vigilância do monumento as autarquias locais". Sobre esta um carimbo da JNE a dizer que foi aprovado em sessão da 1ª Sub-Secção da 2ª Secção em 20 de Dezembro de 1974. Assinatura ilegível.

Doc. 055. Informação da DGAC, em 9/1/1975, onde se solicita que seja designado um representante dessa Direcção-Geral. Assinatura ilegível. Sobre esta Informação vários despachos. Dois a dizer "Concordo", com assinatura ilegíveis, datados de 9.1.75 e de 17.1.75, outro a dizer "Concordo que seja indicado o Sr. Eng. João Calvão para fazer parte da comissão". Assinatura ilegível. E Outro a dizer "Tomei conhecimento", 26/2/75. Assinatura ilegível.

Doc. 056 e 057. Ofício da DGAC, em 3/3/1975, para o Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, a transmitir o parecer realizado por Bairrão Oleiro e a comunicar o nome da pessoa nomeada como seu representante. Assinatura ilegível.

Doc. 058 e 059. Fotocópia de um texto/memorando. No Doc. 58, com o título "Anta Grande do Zambujeiro", refere-se:

""A anta grande do Zambujeiro, considerado o monumento dolménico de maiores proporções da Península Hispânica, foi estudada pelo Prof. Henrique Leonor Pina, a partir de 1965 e recuperada a instâncias da Junta Distrital de Évora. Das escavações então realizadas recolheu-se um espólio arqueológico de valor limitado mas assinalável por algumas espécies raras e de alta antiguidade, conjunto que foi acautelado e classificado parcialmente pelo mesmo investigador em campanhas sucessivas.

Este espólio encontra-se em depósito mas não exposto ao apreço público na secção de Pré-História do Museu de Évora.

A anta, que se encontra situada em propriedade particular, mas de acesso relativamente fácil, por vizinha de caminho público, está devidamente sinalizada mas em mau estado de conservação, por se ter negligenciado, nos últimos tempos, o seu estado, limpeza e vigilância.

SITUAÇÃO: Localizado na Herdade do Zambujeiro, a cerca de 18 km de distância da cidade, próximo do aldeiamento de Valverde (Mitra), freguesia de N.ª S.ª da Tourega.

NECESSIDADES URGENTES

1 – Nomear investigador-arqueólogo que complete o estudo no local, bem como do espólio. Ver da possibilidade de na equipa de investigadores serem integrados alunos de História inscritos no Serviço Cívico Estudantil.

2 – Arranjo do caminho que serve a "anta".

3 – Fazer a conservação da "anta" – actualmente em muito mau estado.

4 – Dar a conhecer a verdadeira importância do monumento."

Do Documento 59, que serve de capa e que tem apenas "1-Anta Grande do Zambujeiro; 2-Museu de Évora; 3-Museu Municipal", encontram-se três anotações: uma, sem data nem assinatura refere "Enviado pela Câmara Municipal de Évora directamente ao Dr. Freitas Branco"; na segunda, datado de 7.7.75, com assinatura ilegível, diz "À DGAC chama-se a especial atenção dos serviços competentes para o que está assinalado nos textos relativos à Anta Grande e ao Museu de Évora"; no último, de 11/7/75, diz que a parte referente ao Museu de Évora foi enviado ara a Acção Cultural Interna. Assinatura ilegível.

Tem carimbo de entrada na DGAC de 14/7/75.

Doc. 060. Informação da DGAC, de 21.7.75, a referir que se deve transmitir o assunto à Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assinatura ilegível. Tem um Despacho a dizer "Concordo" de 21/7/75, com assinatura ilegível. E outra a dizer "Dr. Bairrão Oleiro" de 30/7/75, com assinatura ilegível.

Doc. 061. Ofício de 25/8/75, para Bairrão Oleiro, a enviar fotocópia do relatório apresentado pela Câmara Municipal de Évora e a comunicar-lhe que o nomearam para os efeitos do expresso no n.º 1 do mesmo relatório. Assinatura ilegível.

Doc. 062. Ofício de 25/8/75, com o semelhante ao anterior, acrescentando apenas a nomeação de Bairrão Oleiro, desta vez dirigido ao Director-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Assinatura ilegível.

Doc. 063. Ofício de resposta de Bairrão Oleiro, em 4/9/75, onde refere que apesar de agradecer a confiança nele depositada, pede que seja nomeado outro arqueólogo, invocando as seguintes razões:

"1ª) A Anta Grande do Zambujeiro é um monumento pré-histórico da mais alta importância e que deve ser estudado por um pré-historiador.

2ª) Toda a minha actividade arqueológica foi sempre encaminhada para o sector da arqueologia clássica e, acidentalmente, para o da proto-história, pelo que não me considero de forma nenhuma em condições para bem realizar um estudo que sai completamente do âmbito da minha especialidade.

3ª) O estudo do monumento e do seu espólio deveria, por razões de ética científica, ser completado por quem fez os trabalhos iniciais e que, certamente, dispões de dados colhidos durante as pesquisas".

Deu entrada em 10/9/75.

Doc. 064. Informação da DGAC, em 12.9.75, a enviar para resolução superior a resposta de Bairrão Oleiro. Assinatura ilegível.

Sobre esta encontra-se escrito "Pergunte-se ao Sr. Dr. Henrique Leonor Pina se está disposto, e em que condições, a completar o estudo do monumento e do seu espólio". Datada de 30/10/75. Assinatura ilegível.

Doc. 065. Ofício da DGAC, em 4/11/75 para Henrique Leonor Pina a solicitar a informação referida anteriormente e a enviar cópia do Relatório da CME. Assinatura ilegível.

Doc. 066. Ofício da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 10/11/75, para o Director da DGAC, a referir a visita à anta onde verificou que ao contrário do referido no relatório da CME não encontrou nenhuma sinalização, o caminho estava em mau estado e necessita que se construa uma ponte para atravessar o ribeiro perto da anta. Por outro lado refere ainda que a anta necessita de vários trabalhos e que aguardam a nomeação do arqueólogo para uma visita de avaliação ao local. Assinada pelo Eng. José Pena Pereira da Silva, Director-Geral.

Doc. 067. Informação da DGAC, e, 23.9.75, a enviar para conhecimento a carta anterior e a referir que aguardam resposta de Leonor Pina. Assinatura ilegível. Sobre esta o despacho, de 30.10.75, a confirmar que se deve aguardar. Assinatura ilegível.

NOTA:

DGAC – Direcção Geral dos Assuntos Culturais.

JNE – Junta Nacional de Educação.

Anta Grande do Zambujeiro

OSSOS CONT. 11 E 38

Metodologia

No que diz respeito às categorias criadas e aos descritores usados, dentro de cada uma delas, seguiu-se os parâmetros anteriormente definidos por V. S. Gonçalves, para monumentos megalíticos de outras áreas. (Gonçalves, 1989, 2003).

Os três primeiros parâmetros são comuns a todas as categorias consideradas, N.º: número dentro do monumento; N.º ME – número atribuído pelo Museu de Évora; O: origem (Cm = câmara; Cr = corredor).

Cerâmica

Em relação às cerâmicas foram considerados os seguintes descritores:

- FG – forma geral.

  A: aberta;

  F: fechada
- Est – estado.

  1: completo;

  2: ligeiramente fragmentado;

  3: bordo;

  4: bojo;

  5: fundo.
- HP – homogeneidade da pasta.

  1: compacta;

  2: semi-compacta;

  3: pouco compacta.
- CNP – componentes não plásticos.

  1: abundantes;

  2: em número mediano;

  3: escassos.
- CNPd – componentes não plásticos, dimensões.

  1: finos (0,1 a 0,25 mm);

  2: médios (0,25 a 0,5 mm);

3: grandes (> a 0,5 mm).

- CNPmp – componentes não plásticos, matéria-prima.

  1: quartzo;

  2: quartzo hialino;

  3: micas (biotite e moscovite);

  4: outros.

- ASE – superfície externa, acabamento.

  1: rugosa;

  2: alisada;

  3: polida;

  4: aguada;

  5: engobe.

- ASI – superfície interna, acabamento.

  1: rugosa;

  2: alisada;

  3: polida;

  4: aguada;

  5: engobe.

- CZ – cozedura.

  1: oxidante;

  2: redutora;

  3: oxidante com arrefecimento redutor;

  4: redutora com arrefecimento redutor.

- BE – bordo, espessamento.

  1: não espessado;

  2: aplanado;

  3: em bisel simples;

  4: em bisel duplo;

  5: espessado internamente;

  6: espessado externamente;

  7: almendrado.

- BD – bordo, direcção.

  1: bordo recto;

2: bordo convergente;

3: exvertido;

4: invertido.

- PF – perfurações.

  0: inexistentes;

  1: não constatadas;

  2: isoladas;

  3: apareadas.

- MM – mamilos.

  0: inexistentes;

  1: não constatados;

  2: verticais;

  3: horizontais;

  4: isolados;

  5: apareados.

- CR – carenas. Nesta categoria, considerou-se a altura do recipiente como elemento determinante. Assim, se a carena se situar acima da linha média, é alta; a meio, é média; abaixo da metade da altura, é baixa.

  1: altas;

  2: médias;

  3: baixas;

  4: indetermináveis.

- Dia – diâmetro interno da abertura ou da boca (mm).
- Dea – diâmetro externo da abertura (mm).
- Dbj – diâmetro do bojo (mm).
- Dmx – diâmetro máximo (mm).
- Espb – espessura do bordo (mm).
- Espbj – espessura do bojo (mm).
- Espf – espessura do fundo (mm).
- Espmx – espessura máxima (mm).
- Alt – altura total recipiente (mm).

Pedra lascada (Gonçalves, 1989, 2003)

Para os núcleos, lascas, raspadeiras e outros, considerou-se apenas:

- Descrição – para além das que são passíveis de serem identificadas, considerou-se ainda duas outras categorias:
  OLNI: objecto lítico não identificado;
  ALNI: artefacto lítico não identificado.
- Mp – matéria-prima.
  ANF: anfibolito;
  BFA: basalto filoniano alterado;
  CH: chert;
  J: jaspe;
  LD: lidito;
  QTZ: quartzito;
  S: sílex;
  SP: serpentinito;
  MST: meta-siltito;
  X: xisto;
  XA: xisto avinhado.
- Alt – Altura.
- Larg – Largura.
- Esp – Espessura.
- Peso.

Para as Lâminas e as Lamelas:

- Est – estado actual do artefacto.
  1: todas as medidas são possíveis;
  2: fragmento distal;
  3: fragmento mesial;
  4: fragmento proximal.
- S – secção.
  1: triangular;
  2: trapezoidal;
  3: outra.
- Bb – bolbo de percussão.

1: ausente;

2: bem definido;

3: incompletamente formado.

- RTP – retoque.

  1: na extremidade distal;

  2: na extremidade proximal;

  3: em ambos bordos;

  4: bordo direito;

  5: bordo esquerdo.

- RTA – retoque quanto ao ângulo.

  1: rasante (cerca de 10º);

  2: muito oblíquo (cerca de 30º);

  3: oblíquo (cerca de 45º);

  4: abrupto: (cerca de 70º);

  5: vertical (a 90º).

- RTS – retoque, quanto à sequência.

  1: contínua;

  2: interrompida.

- RTD – retoque, quanto à distribuição.

  1: unifacial;

  2: bifacial.

- Alt – Altura.
- Larg – Largura, medida a meio do comprimento.
- Esp – Espessura.
- Peso
- Mp – matéria-prima (as mesmas definidas anteriormente para a pedra lascada).

Para as pontas de seta.

- Est – estado actual do artefacto.

  1: todas as medidas são possíveis;

  2: fragmento distal;

  3: extremidade distal e área mesial;

4: fragmento da área mesial;

5: base e área mesial;

6: base.

7: indeterminado.

- Mp – matéria-prima. (as mesmas definidas anteriormente para a pedra lascada).
- ALT – Altura.
- LGB – Largura, medida a meio do comprimento.
- ESP – Espessura. Medida a meio do comprimento
- IA – índice de alongamento (comprimento/altura da base).

  >2 alongado;

  1-2 médio;

  <1 curto;
- IE – índice espessamento (comprimento/espessura).

  >8 abatido;

  4-8 médio;

  <4 espesso.
- FB – formato base.

  1: rectilínea ou sub-rectilinea;

  2: côncava;

  3: convexa.

  4: Indeterminada.
- GB – geometria dos bordos.

  1: rectilíneos;

  2: sub rectilíneos;

  3: convexos;

  4: sub convexos;

  5: côncavos;

  6: sub côncavos;

  7: convexo (na face) e plano (no verso).
- SC – secção.

  1: triangular;

  2: biconvexa;

3: plano convexa;

4: losangular;

5: trapezoidal;

6: indiferenciada ou demasiado irregular para entrar em qualquer das categorias anteriores.

- R - Retoque.

0: ausente

1: retoque na face RTF;

2: retoque no verso RTV;

3. dos dois lados;

- quanto à localização. (RTFL; RTVL).

1: bordo direito;

2: bordo esquerdo;

3: base;

4: todos os anteriores.

- quanto ao tipo (RTFT; RTVT).

1: rasante;

2: muito oblíquo;

3: oblíquo;

4: abrupto;

5: vertical;

6: serrilhado.

- quanto à extensão (RTFE; RTVE).

1: marginal;

2: parcial;

3: cobridor;

4: contínuo;

5: interrompido.

- Peso

Pedra Polida

A ficha descritiva da pedra polida inclui as seguintes categorias:

- DES – designação.

- Nº – número da escavação.
- Nº ME – número Museu Évora.
- Est – estado actual do artefacto.

  1: todas as medidas possíveis;

  2: talão;

  3: talão e área mesial;

  4: área mesial;

  5: extremidade distal;
- Comp – comprimento.
- Larg – largura, medida a meio do comprimento.
- Esp – espessura.
- Gb – geometria dos bordos, com a peça orientada com a extremidade distal para cima.

  1: paralelos.

  2: divergentes.

  3: rectilíneos.

  4: convexos.

  5: côncavos.

  6: sinuosos.

  7: convergentes.
- Gg – geometria do gume.

  1: rectilíneo.

  2: convexo.

  3: simétrico.

  4: dissimétrico.
- Eg – estado do gume.

  1: intacto.

  2: com ligeiros sinais de uso.

  3: com intensos sinais de uso.

  4: boleado.
- Ep – extremidade proximal (talão).

  1: truncado.

  2: arredondado.

3: ponteagudo.

4: plano.

5: convexo.

- Fc – faces.

  1: planas.

  2: convexas.

  3: côncavas.

- Ed – extremidade distal.

  1: bisel duplo.

  2: bisel simples.

  3: convexo simétrico.

  4: convexo dissimétrico.

  5: simples.

- Sec – secção.

  1: rectangular.

  2: sub-rectangular.

  3: circular.

  4: sub-circular.

  5: oval.

- Acb – acabamento.

  1: polimento total da superfície.

  2: polimento na extremidade distal.

  3: polimento nas faces.

  4: polimento nos bordos.

  5: polimento no talão.

  6: picotado.

- Mp – matéria prima.
- P – peso.

Artefactos de adorno pessoal

Contas de colar

- F: forma geral do componente de colar.

1. D: discóide;
2. De: discóide espessa (espessura igual ou superior a 4 mm);
3. BTC: bitroncocónica;
4. BTCA: bitroncocónica abatida;

- TP: tipo de perfuração.

  1: troncocónica;

  2: bitroncocónica;

  3: cilíndrica ou cilindróide;

  4: irregular.
- MP: matéria-prima
- Øt: diâmetro total da conta.
- Øp: diâmetro da perfuração.
- ESP: espessura.
- Peso: em gramas.

Bibliografia

GONÇALVES, V.S. (1989) – *Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Uma aproximação integrada.* Lisboa: Minerva do Comércio.

GONÇALVES, V.S. (2003) – STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Trabalhos de Arqueologia.* 32. Lisboa: IPA.

ANEXO 2

Doc. 1

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Conservação e Restauro**
Ano do Trabalho:	1983
Projecto:	Protecção e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Trabalhos com base no projecto elaborado em 1979 pelo arqueólogo Jorge Monteiro, designado "Conservação e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro"
Data de Início:	-
Data de Fim:	-
Resultados:	-
Arqueólogos:	José Olívio da Silva Caeiro

Voltar
Outras Pesquisas

Doc. 2

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Conservação e Restauro**
Ano do Trabalho:	1983
Projecto:	Protecção e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Protecção e recuperação do monumento, com o intuito de reconstruir e restaurar as estruturas danificadas.
Data de Início:	-
Data de Fim:	-
Resultados:	Foi instalada uma cobertura metáica de protecção.
Arqueólogos:	José Olívio da Silva Caeiro

Voltar
Outras Pesquisas

Doc. 3

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Escavação**
Ano do Trabalho:	1983
Projecto:	Protecção e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Proceder ao levantamento estereofotogramétrico, a ser realizado pelo Estereofoto. Este levantamento visava a estereorestituição gráfica, dos planos suficientes à definição geométrica da Anta e sua representação em planta, é escala 1/10.
Data de Início:	01/01/1983
Data de Fim:	01/01/1983
Resultados:	-
Arqueólogos:	Carlos Manuel Lindo Tavares da Silva

Doc. 4

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Conservação e Restauro**
Ano do Trabalho:	1985
Projecto:	Protecção e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Continuar os trabalhos de restauro e recuperação do monumento.
Data de Início:	01/01/1985
Data de Fim:	01/01/1985
Resultados:	Instalação de uma vedação sumária e pequenos trabalhos de escoramento da Anta.
Arqueólogos:	Carlos Manuel Lindo Tavares da Silva

Voltar
Outras Pesquisas

Doc. 5

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Escavação**
Ano do Trabalho:	1985
Projecto:	Protecção e recuperação da Anta Grande do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Os trabalhos de escavação foram determinados pela urgência de se proceder a uma operação de restauro e salvaguarda do monumento, em avançado grau de deterioração.
Data de Início:	01/06/1985
Data de Fim:	30/07/1985
Resultados:	Iniciaram-se com a abertura de uma sondagem junto do esteio de cabeceira, na zona sudoeste da câmara. A sondagem B realizou-se no corredor, a C realizou-se no exterior da sepultura e a D também no exterior da sepultura, foi feita junto a um monólito que aflorava na periferia do tumulus. As sondagens C e D destinadas a esclarecer o significado dos dois monólitos tombados, revelou como estando inicialmente erectos, considerando-os estelas-menires pela presença de covinhas. Foram exumados grande quantidade de materiais líticos, sobretudo pontas de seta, e recipientes cerâmicos, alguns com decoração. De igual modo foi possivel recolher placas e báculos de xisto, objectos de adorno, braçais de arqueiro, instrumentos em cobre,e um ídolo de mármore.
Arqueólogos:	Caetano Maria de Mello Beirão Carlos Manuel Lindo Tavares da Silva

Voltar
Outras Pesquisas

Doc. 6

Trabalhos do Sitio

Designação do Sítio:	**Anta Grande do Zambujeiro**
CNS:	62
Tipo de Trabalho:	**Escavação**
Ano do Trabalho:	1997
Projecto:	Trabalhos Arqueológicos na Anta do Zambujeiro
Estado:	Relatório Aprovado
Objectivos:	Conclusão da escavação das sondagens abertas em 1994; registo das estruturas e níveis arqueológicos existentes; reenterramento de todas as sondagens realizadas, com colocação de geotextil e terra crivada.
Data de Início:	21/07/1997
Data de Fim:	19/09/1997
Resultados:	Definição do limite sul da couraça lítica da mamoa; definição da couraça da mamoa, com a identificação de um nível que poderá ser atribuído ao arranque e construção desta estrutura. foi também foi identificado um elemento pétro eventualmente integrado no circuito peristálico de contenção da mamoa no lado Este; caracterização da estrutura do contraforte da câmara, constituído por três níveis de pedras intercalados com níveis de barro amassado e aparentemente e aparentemente queimado e terra.
Arqueólogos:	Ana Maria Duarte Santos Gonçalves

Voltar
Outras Pesquisas

ANEXO 3

PROJECTO DE J. PINHO MONTEIRO

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE ÉVORA

PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO

DA ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

ÍNDICE

I. PROJECTO ARQUEOLÓGICO

1. CONDIÇÕES ACTUAIS DO MONUMENTO MEGALÍTICO
2. ESTUDO ARQUEOLÓGICO
3. PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO
4. PROBLEMAS DE ENGENHARIA
5. BASES PARA UMA RECUPERAÇÃO ARQUITECTÓNICA E PAISAGÍSTICA
6. DOCUMENTAÇÃO DO PROJECTO ARQUEOLÓGICO

II. PROJECTO DE PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO

1. INTRODUÇÃO
2. CONCEPÇÃO
3. DESENHOS

3.1. Localização
3.2. Acessos
3.3. Plano Geral
3.4. Plano de plantação de árvores e arbustos
3.5. Modelação do terreno
3.6. Pormenores de construção

I

CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA ANTA GRANDE DO ZAMBUJEIRO

PROJECTO ARQUEOLÓGICO

1. CONDIÇÕES ACTUAIS DO MONUMENTO MEGALÍTICO

A Anta Grande do Zambujeiro começou a ser escavada por Henrique Leonor Pina por volta de 1966, continuando ainda por publicar o respectivo relatório de escavação O que hoje se sabe resulta do que Henrique Pina tem divulgado em comunicações e confe rências.

A escavação incidiu principalmente nos depósitos arqueológicos do corredor e da câmara, os quais foram totalmente removidos. O tumulus ou mamoa que envolvia o dol men foi desmontado numa ampla área em redor do corredor e da câmara, estando hoje apenas em contacto com a pedra de cabeceira. Não houve a preocupação de registar e estudar o processo de construção e o aparelho. O escavador tem noticiado o aparecimento de material arqueológico no tumulus, desconhecendo-se no entanto as exactas condições de jazida.

A função dos dois megálitos tombados no exterior da área abrangida pelo tumulus não foi arqueologicamente averiguada, como também se não sondou o átrio, espaço fa ce à entrada do corredor, local onde, em outros monumentos megalíticos da Península Ibérica, se encontraram testemunhos de cerimónias rituais.

A chamada avenida, caminho por onde se transportavam os monólitos até ao local de implantação, cujo piso é por vezes regularizado; o lugar de onde se extraíram as centenas de metros cúbicos para a constituição do tumulus; o acampamento dos construtores do dolmen, cujo número foi estimado por Henrique Pina em cerca de 300 indivíduos, com base no cálculo do índice tonelagem/manpower, são outros tantos aspectos do conjunto religioso-funerário do Zambujeiro que restam por explorar e que nos privam de uma compreensão integral do monumento.

Terminadas as escavações dirigidas por Henrique Pina, a Anta Grande do Zambujeiro ficou exposta à erosão, desmoronando-se os cortes praticados no tumulus e partindo-se alguns dos elementos arquitectónicos, o que colocou a estrutura num estado de

equilíbrio precário.

Propõe-se assim uma fase prévia de estudo arqueológico, salvaguardando a dest
ção de estruturas ainda soterradas ou mal conhecidas e preparando uma correcta recu
ração.

O projecto situa-se deste modo numa dimensão claramente pluridisciplinar, imp
cando a articulação de problemas de arqueologia, de restauro, de engenharia, de arq
tectura e de arranjo paisagístico.

Convém sublinhar ainda que, depois da recuperação, ainda incompleta, do recint
de Stonehenge, no Wiltshire (Inglaterra), este é o maior projecto que se programa pa
ra um monumento pré-histórico europeu.

2. ESTUDO ARQUEOLÓGICO

O estudo arqueológico terá que incidir nas áreas que vão ser alteradas pela re
cuperação, competindo-lhe também documentar os aspectos negligenciados ou ignorados
pela escavação de Henrique Pina.

2.1. PROSPECÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREAS

Observação aérea do terreno e tomada de vistas de manchas de alteração do solo
ou da vegetação que identifiquem (1) a avenida por onde os monólitos foram transporta-
dos, (2) o acampamento dos construtores do dolmen e (3) o fosso ou fossos resultantes
da extracção de terra para o tumulus.

Note-se que, caso o acampamento não venha a ser descoberto por este processo,
será necessário usar meios tradicionais (valas de sondagem) para o identificar, pois
é totalmente de afastar a hipótese de se mexer no terreno sem se saber onde ele se si
tua.

Já a avenida, dado ser geralmente de natureza muito mais precária, só poderá
ser identificada pela fotografia aérea.

2.2. SONDAGENS

2.2.1. No tumulus - estudo do processo de construção e documentação do aparelho;
obtenção de uma coluna estratigráfica destinada à recolha de amostras pa
ra análises sedimentológicas, palinológicas e de micro-fauna, as quais
fornecem elementos para a reconstituição do quadro paleo-climático.

2.2.2. Na base dos esteios - estudo e documentação dos alicerces.

2.2.3. Em redor dos megálitos tombados no exterior - no objectivo de se compre-
ender a função desempenhada por estes monólitos no conjunto funerário-re
ligioso do Zambujeiro.

2.2.4. No átrio - com a finalidade de se porem a descoberto, documentaram-se e estudaram-se eventuais vestígios de cerimónias rituais.

2.2.5. Na avenida - estudo e documentação de uma possível estrutura de pavimentação ou de arranjo do solo.

2.3. ESCAVAÇÃO NO ACAMPAMENTO

Esta escavação poderá não se integrar no programa de estudo prévio e guardar-se para tempo oportuno, caso o acampamento se situe num local que não venha a ser atingido pelo projecto de recuperação e que se comprove também não estar ameaçado por outros factores (lavoura, por exemplo). A ser assim, o projecto deve prever a sua futura inclusão valorativa na área de protecção.

Resta dizer que todo este estudo arqueológico, bem como o resto do projecto, deve ser acompanhado pelo Dr. Henrique Leonor Pina, uma vez ser ele, estando a escavação inédita, o único arqueólogo a conhecer a fundo o monumento.

3. PROBLEMAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Como se disse, alguns dos monólitos estão fracturados e outros ameaçam partir-se por linhas de fractura já visíveis. Estão no primeiro caso, por exemplo, a pedra de padieira, que tapa o desnível em altura existente entre a câmara e o corredor, e a primeira pedra de cobertura do corredor, sobre a qual aquela assenta. Ambas mostram duas fracturas abertas que dividem as pedras em três pedaços. No segundo caso, encontram-se o pilar que suporta a primeira pedra de cobertura do corredor e um dos esteios do lado direito, aquele com linhas de fractura a toda a altura, este com uma transversal.

Por outro lado, a tampa ou pedra de cobertura da câmara está partida em vários fragmentos.

Finalmente, toda a estrutura tem que ser consolidada de forma a evitar que se abram fendas uma vez reposto o tumulus, como adiante se propõe.

Estes problemas implicam a colagem de certas pedras e a sua consolidação por elementos de reforço devidamente disfarçados.

A reposição do tumulus obrigará ainda à selagem da câmara e do corredor, nas áreas cobertas por aquele, de forma a evitar a penetração de terras da mamoa. Esta selagem deve igualmente ser disfarçada e não afectar a integridade dos elementos pétreos do monumento.

4. PROBLEMAS DE ENGENHARIA

A reconstituição do tumulus e a reposição da tampa, que actualmente jaz ao lado da câmara, irão levantar delicados problemas de equilíbrio de forças à estrutura do dolmen, os quais terão que ser cuidadosamente analisados, quiçá sobre modelos à escala, antes de se proceder à execução.

Os grandes esteios da câmara, com 7 metros de altura acima do solo actual, estão inclinados para o interior, sendo necessário estudar a reacção desta estrutura quando receber o peso das 45 toneladas da tampa e sofrer a pressão envolvente das terras do tumulus. Os mesmos problemas têm que ser estudados em relação ao corredor, muito embora aqui as questões de equilíbrio dinâmico sejam de menor vulto.

No caso da estrutura actual, já abalada por desabamentos antigos, pelas escavações de Henrique Pina e pelas alterações introduzidas por via da degradação a que tem estado sujeita desde que ficou exposta à erosão, não poder aguentar as forças que sobre ela vão agir, será necessário encontrar processos de assegurar a sua estabilidade duradoura.

Saliente-se que este estudo de engenharia vai reunir elementos preciosos para se avaliarem os conhecimentos "científicos" de que dispunham os construtores calcolíticos do dolmen.

5. BASES PARA UMA RECUPERAÇÃO ARQUITECTÓNICA E PAISAGÍSTICA

A recuperação arquitectónica da Anta Grande do Zambujeiro envolve duas premissas básicas:

a) O esqueleto pétreo do monumento só estava à vista durante a construção do dolmen. Uma vez esta terminada, o conjunto era tapado pelo tumulus e os enterramentos feitos através do corredor. Queremos dizer que a panorâmica que hoje disfrutamos é falsa, nada tendo a haver com o estado original do monumento.

   É por esta razão que defendemos que o tumulus deve ser reconstruído, até porque, além de preservar o monumento da erosão, o estado em que hoje se encontra é a todos os títulos degradante.

b) Por outro lado, não deixa de ser um facto que o esqueleto pétreo do monumento se reveste de um elevado interesse didáctico, para não falar do impacto que exerce sobre o visitante a visão do gigantismo desta arquitectura megalítica, factores estes que devem ser tomados em consideração na hora de recuperar o monumento.

O sentido destas duas permissas intersecta-se, criando um problema de encruzilh
da que o projecto de arquitectura terá de resolver de forma harmoniosa.

6. DOCUMENTAÇÃO DO PROJECTO

Um trabalho deste vulto deve ser totalmente registado nas suas diversas fases, p
meios cinematográficos. A produção de um filme reveste não só valor didáctico como
também científico, na medida em que se irá de certo modo repetir, embora com uma tec
nologia moderna, a construção levada a efeito em tempos pré-históricos, há 5.000 anc
aproximadamente.

Évora, em 19 de Abril de 1979

(J. Pinho Monteiro)

II

PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO

DA ANTA DO ZAMBUJEIRO

ÍNDICE

A. MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1. INTRODUÇÃO
2. CONCEPÇÃO

B. DESENHOS

1. LOCALIZAÇÃO
2. LOCALIZAÇÃO E ACESSO
3. PLANO GERAL
4. PLANO DE PLANTAÇÃO DE ÁRVORES E ARBUSTOS
5. MODELAÇÃO DO TERRENO
6. PORMENORES DE CONSTRUÇÃO

PROTECÇÃO E ENQUADRAMENTO PAISAGÍSTICO DA ANTA DO ZAMBUJEIRO

1. INTRODUÇÃO

A Anta Grande do Zambujeiro de Valverde, considerada uma das maiores e mais interessantes da Europa, é um testemunho cultural dos povos pré-históricos que outro ra ocuparam a região, julgando-se portanto ser imprescindível a sua valorização através duma melhoria de acessos, da sua protecção e enquadramento paisagístico.

Com esse fim foi elaborado o presente projecto que tem em vista, antes de mai nada, a protecção da anta furtando-a aos perigos de degradação a que actualmente se encontra votada, prevendo-se para o futuro próximo a recuperação e reconstituição da mesma, para o que será imprescindível a intervenção de especialistas na matéria.Propõe-se ainda a melhoria dos acessos o que, conjugado com uma correcta sinalização poderá incrementar a visita a tão importante marco cultural quer da população local, que ainda de outros nacionais e estrangeiros.

2. CONCEPÇÃO

Estabeleceu-se numa área de protecção de cerca de um hectare, limitada por uma sebe de ramos mortos (tradicionalmente utilizada na região) ao longo da qual se desenvolverá progressivamente a vegetação arbustiva espontânea; esta sebe assegurará a ligação entre a área protegida e a paisagem envolvente, não constituindo de forma alguma uma barreira com impacto visual negativo.

Dentro da área protegida estabeleceram-se, sem limites rígidos, duas zonas: a de visita e observação directa da anta e a de merendas. Na primeira projectou-se um caminho ensaibrado circundando a anta e ainda um espaço amplo e livre fazendo-lhe face. Perto da anta prevê-se a colocação de um placard no qual figurarão várias referências e explicações sobre a mesma (este placard será de construção simples, de madeira - ver desenho 6).

Como complemento da zona de visita propõe-se uma outra de merendas, equipada com o mínimo indispensável ao fim proposto (mesas, bancos, locais de fogo e caixotes de lixo), proporcionando aos seus utentes o prazer duma refeição ao ar livre em ambien

te agradável. Existe um poço susceptível de servir esta zona de merendas pelo que se incluiu na área vedada, se projectou o respectivo acesso e a criação duma zona de est dia junto a ele, surgindo aqui uma vegetação arbórea e arbustiva diferenciada da res tante por ser a característica de situações mais húmidas.

Propõe-se ainda junto à entrada um pequeno edifício de apoio que integrará a casa do guarda, recepção e sanitários.

Dados os fins didácticos e culturais que se pretendem atingir, procurou-se co servar a vegetação arbórea existente e, quando necessário, propõe-se a plantação de novas árvores e arbustos da formação climácica. As técnicas e os materiais de constr ção utilizados serão simples e existentes na região de modo a conseguir-se uma mais perfeita integração e também um custo o mais baixo possível.

Como os visitantes se deslocarão em veículos automóveis (individuais ou cole- ctivos) será necessário prever um parque de estacionamento, podendo-se optar por duas soluções possíveis quanto à sua implantação: trazê-lo até junto da anta ou deixá-lo na margem esquerda da Ribeira de Peramanca; optou-se pela segunda hipótese dada a reduzi- da distância a percorrer (cerca de duzentos metros), para evitar maiores despesas (com a construção duma ponte), porque se julga de grande interesse que a aproximação se fa- ça a pé e ainda para que toda a zona protegida fique afastada do bulício automóvel. Lo calizou-se então o parque de estacionamento automóvel aquém da anta (ver o desenho nº 2) prevendo-se a construção dum pontão de madeira para assegurar aos peões a travessia da Ribeira já citada (ver desenho nº 7). O acesso ao parque de estacionamento far-se- -ia, numa primeira fase, a partir das instalações agrícolas da herdade da Mitra e, mais tarde, numa provável segunda fase, através dum reduzido troço conseguir-se-ia uma liga- ção mais directa com a estrada principal . Este acesso será feito a partir do caminho rural existente (ver desenho nº 2), com ligeiras rectificações de traçado, alargamento e pavimentação com cubos de granito. Tanto o acesso como o parque de estacionamento não poderão ser construídos sem que antes as áreas por eles ocupadas sejam devidamente pes- quisadas no sentido de verificar da existência ou não de restos do(s) acampamento(s) dos construtores da anta.

Évora, 26 de Abril de 1979

ANEXO 4

AGZ IPPAR/UE

Minuta de ofício enviado em Junho de 2006, pelo IPPAR, à UNIVERSIDADE DE ÈVORA:

ASSUNTO: Anta Grande do Zambujeiro e Cromeleque dos Almendres -Proposta de acordo de colaboração

Na sequência da reunião havida entre V.Exa e o arqueólogo António Carlos Silva, Assessor Principal do quadro esta Direcção Regional actualmente responsável pela "gestão" da Gruta do Escoural, sítio afecto ao IPPAR, vimos trazer para apreciação algumas linhas de orientação a que poderia obedecer uma maior colaboração entre a Universidade e este Serviço com vista à salvaguarda e valorização dos monumentos megalíticos classificados acima referidos, ambos localizados nas proximidades de instalações geridas pela Universidade de Évora.

Circunstâncias que aconselham e justificam a colaboração proposta:

- o IPPAR através da D.R. é a entidade responsável pela salvaguarda dos sítios e imóveis classificados, nomeadamente os arqueológicos; nas proximidades dos imóveis citados o IPPAR gere directamente um monumento arqueológico que lhe está afecto (a Gruta do Escoural) e que tem associado um "Centro Interpretativo" na vila do Escoural;

- ainda que isolados, quer a Anta Grande do Zambujeiro (A.G.Z.) quer o Cromeleque dos Almendres (C.A.), são normalmente procurados na mesma "rota" turística da Gruta do Escoural, pelo que faz sentido articular questões da salvaguarda e valorização numa perspectiva de conjunto (sem esquecer outros recursos patrimoniais de elevado valor existentes nesta mesma rota);

- ainda que a AGZ esteja localizada em terrenos privados, o acesso turístico à mesma faz-se através da Herdade da Mitra, integrada em polo da própria Universidade, pelo que faz todo o sentido que esta instituição esteja associadas de alguma forma à respectiva "gestão";

- acresce e reforça o ponto anterior, o facto da Universidade, contar na sua estrutura e no Departamento de História, de uma "área de arqueologia", integrando Docentes com especial curriculum científico no domínio do Megalitismo Alentejano (como é o caso do próprio coordenador, o Doutor Jorge Oliveira), para já não falar de outras áreas técnicas ou científicas que poderão ter uma palavra a dizer em particular nos domínios da salvaguarda (geologia, arquitectura paisagística, engenharia civil, etc...);

Outras entidades que, além do IPPAR e da EU interessará envolver

- consideramos, e julgamos que a EU partilhará essa ideia connosco, que é essencial manter a colaboração (já antiga) com a Câmara Municipal de Évora na salvaguarda destes monumentos; no entanto achamos que deverá reforçar-se a ligação à população local (Valverde e Guadalupe) e isso só será possível com um maior envolvimento das Juntas de Freguesia, apesar dos limitados recursos destas entidades;

- Laboratório Nacional de Engenharia Civil_ ainda que numa base contratual, o

IPPAR solicitou a esta entidade de referência um primeiro diagnóstico sobre questões de ordem estrutural relacionadas com a conservação de ambos os monumentos; dependendo da disponibilidade de meios, julgamos que será essencial manter essa colaboração como apoio técnico à decisão;

- Museu de Évora_ enquanto entidade depositária do "valioso" espólio da Anta Grande do Zambujeiro que interessa estudar e divulgar;

- IPA, enquanto entidade de tutela da actividade arqueológica, embora não esteja prevista a curto ou médio prazo qualquer intervenção de natureza especificamente arqueológica, pelo menos de carácter "intrusivo";

- os actuais proprietários, que por razões óbvias deverão ser mantidos ao corrente das acções a executar e autorizar as mesmas quando estas possam colidir com os seus legítimos interesses;
Principais objectivos da colaboração proposta

- embora a importância e amplitude dos problemas dos monumentos em causa impliquem necessariamente a médio prazo a elaboração de ponderados planos de intervenção, numa primeira fase pretende este Serviço, e como forma de resolver alguns problemas imediatos e de chamar a atenção e envolver todas as entidades interessadas, associar a AGZ e o CA, a um programa de "animação cultural", a candidatar ao POC, e que entre outros sítios arqueológicos afectos, incluirá a GRUTA DO ESCOURAL. Pretende-se melhorar as condições de visita àqueles monumentos megalíticos, (tendo especialmente em conta questões de segurança dos visitantes e de conservação das estruturas) de modo a que, as escolas e outros participantes nas acções a promover no ESCOURAL possam ser encaminhados de forma mais apoiada e organizada, para aqueles monumentos megalíticos, complementando assim um "roteiro pré-histórico" de inegável interesse cultural e didáctico.

Neste contexto e independentemente dos futuros desenvolvimentos, pretendíamos desde já contar com a colaboração científica da Universidade, nomeadamente do Doutor Jorge de Oliveira enquanto especialista no megalitismo, ao nível do apoio à decisão, reafirmando no entanto uma condicionante de base que sabemos ser partilhada, de que não devem (pelo menos a curto e médio prazo) realizarem-se quaisquer acções intrusivas (mesmo arqueológicas) naqueles monumentos.

Com os nossos melhores cumprimentos

POSTED BY MANUEL CALADO AT 9:35 AM 0 COMMENTS

LABELS: DOCUMENTS

ANEXO 5

DOCUMENTO E PLANTAS DO IHRU

Anexo 5
Doc. 1

PRESIDENCIA DO CONSELHO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
Direcção-Geral do Património Cultural

Ao Ex.mo Sr. Arqt.º Dir. Monumentos Nacionais. Devidos efeitos.
Data 24/11/1977
O Engenheiro Director-Geral

D.S.M.N.
Reg. 80/02

Exmo. Senhor
Director Geral dos Edifícios e
Monumentos Nacionais
Praça do Comércio

À DIRECÇÃO DO Sul
25/11/77

LISBOA - 2

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência
Ofº 3138	26-9-77	JN9/1(54)

Rua Ocidental ao Campo Grande, 83, 1.º Piso (Edifício da Biblioteca Nacional) — LISBOA-5
Telefone 76 28 21

ASSUNTO Anta Grande do Zambujeiro (Valverde)

Em referência ao ofício acima indicado, tenho a honra de informar V. Exa. de que o Dr. Victor dos Santos Gonçalves, Professor de Ciências Arqueológicas da Faculdade de Letras de Lisboa, residente na Av. Luís Bivar, nº 7 1º Esq. Lisboa, está disposto a colaborar com a Direcção dos Monumentos do Sul no estabelecimento de um plano de restauro da anta "Grande" do Zambujeiro.

Para melhor esclarecimento de V. Exa. se transcreve parte da carta do citado investigador.

"..

1. No caso do proprietário científico da estação não poder assegurar colaboração com a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, estou disposto a participar na "enunciação concreta das medidas cautelares a adoptar para a conservação do monumento" e também em "todas as outras que se justifiquem para a sua valorização".

2. A primeira quinzena do mês de Dezembro de 1977 parece-me ser a altura mais apropriada à minha colaboração.

3. Permito-me recordar V. Exa. que na mesma região cultural (no âmbito do Neolítico) não é apenas a Anta Grande do Zambujeiro que cumpre proteger, e entre os monumentos que o justificam se encontra em primeiro lugar o importantíssimo cromlech dos Almendress..."

Com os melhores cumprimentos.

O DIRECTOR-GERAL,
G. Nunes de Oliveira

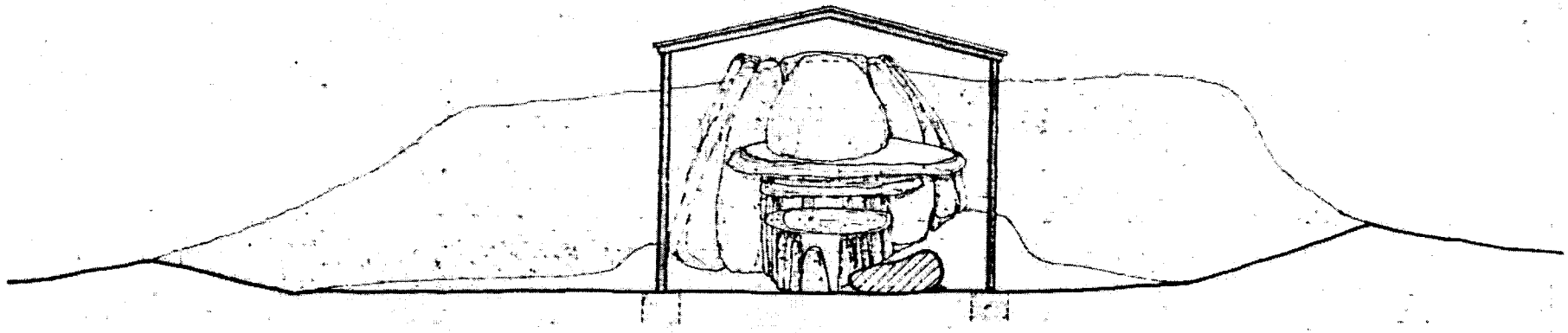
MP/CF.

Na resposta, indicar a referência deste documento

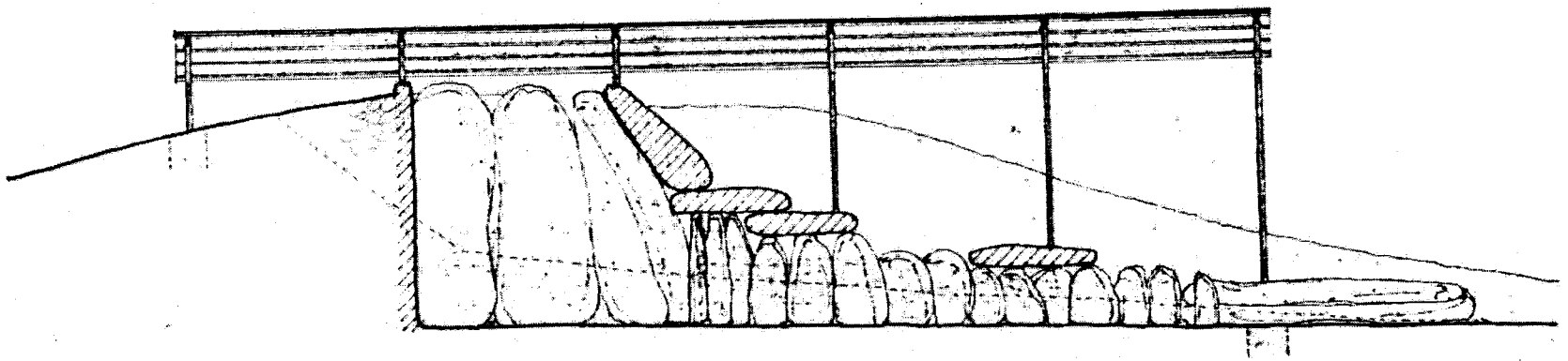
MESA - D.G.E.M.N.
R.S.A.
23 NOV 1977
ENTRADA
Nº 10359 FLS 336

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DOS MONUMENTOS NACIONAIS
25 NOV 1977
ENTRADA
Nº 7255 Fls 787

Mod.



ALÇADO NASCENTE

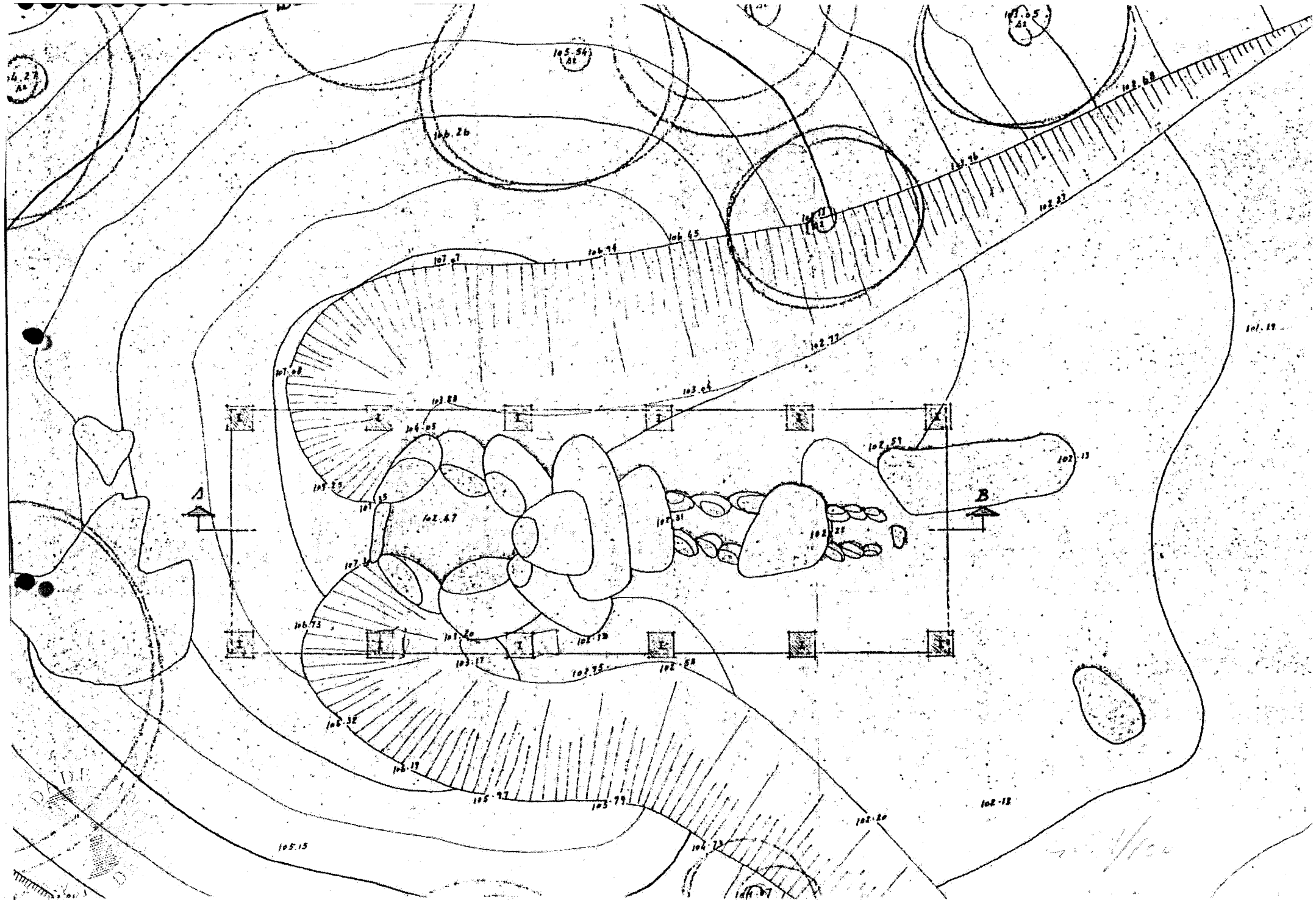


CORTE A·B

—— ANi

esc. 1/100

ALC
COR


A
B